UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CAMILA FERRER ANTUNES MACIEL

IMPACTO SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARALÍMPICO BRASILEIRO: INSERÇÃO E ANÁLISE CONTEXTUAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

CÁCERES-MT
2026

CAMILA FERRER ANTUNES MACIEL

IMPACTO SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARALÍMPICO BRASILEIRO: INSERÇÃO E ANÁLISE CONTEXTUAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a) professor(a) Dr. Riller Silva Reverdito

CÁCERES-MT

2026

© by Camila Ferrer Antunes Macial, 2026.

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

M152i Maciel, Camila Ferrer Antunes.
IMPACTO SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARALÍMPICO BRASILEIRO: INSERÇÃO E ANÁLISE CONTEXTUAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO / Camila Ferrer Antunes Maciel. - Cáceres, 2026.
134f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Educação/CAC-PPGEDU - Cáceres - Mestrado Academico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: Riller Silva Reverdito.

1. Pessoa com Deficiência. 2. Avaliação. 3. Impacto Social. 4. Inclusão. 5. Bioecológico. I. Reverdito, Riller Silva. II. Título.

UNEMAT / MTSCB CDU 796.035-056.26:364.6

CAMILA FERRER ANTUNES MACIEL

IMPACTO SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA PARALÍMPICO BRASILEIRO: INSERÇÃO E ANÁLISE CONTEXTUAL NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

_____

Dr. Riller Silva Reverdito (Orientador – PPGEdu/UNEMAT)

_____

Dr. Vinícius Denardin Cardoso (Membro Externo – UERR)

_____

Dra. Elizeth Gonzaga dos Santos Lima (Membro Interno – PPGEdu/UNEMAT)

APROVADA EM: ____/____/_____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Simone e Júlio César e aos meus irmãos, Caroline e José Pedro, pelo apoio constante, incentivo e amor incondicional em cada etapa da minha vida.

Agradeço ao meu marido, Anderson, e especialmente aos meus filhos Ana Júlia e João Vítor pela paciência e compreensão nos momentos de ausência que este trabalho exigiu. Sem vocês nada disto faria sentido!

Às minhas amigas Caroline, Cícera, Daniele, Divadir, Ediléia, Enilda, Edivana, Fabiana, Fabíola, Graziene, Josefa, Juliana, Lucinalda, Maria Thereza, Marilaine e Raquel, meu reconhecimento e gratidão. Em cada palavra de apoio e em cada gesto de cuidado, vocês reafirmaram que a amizade entre mulheres é também um ato político. Caminhar juntas, sonhar juntas e resistir juntas é romper silêncios e desafiar estruturas que tantas vezes tentam nos parar. Este trabalho é atravessado pela força de vocês, pela coragem que compartilhamos e pela certeza de que, unidas, abrimos caminhos para outras mulheres.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, instituição onde ingressei em 2013 como acadêmica e no ano de 2015 como servidora efetiva. Tenho orgulho de fazer parte desta Universidade e poder contribuir para que mais pessoas, assim como eu, tenham a oportunidade de ingressar em um curso superior público e de qualidade. Sou igualmente grata pela possibilidade de cursar uma Pós-graduação Stricto Sensu, com afastamento remunerado e bolsa de estudos, o que reforça o compromisso da UNEMAT com o ensino, a pesquisa e a valorização de seus profissionais.

Agradeço a todos (as) os professores (as) do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEdu, da UNEMAT, por todo o conhecimento compartilhado e significativas reflexões oportunizadas ao longo deste percurso acadêmico.

Aos (Às) colegas do mestrado, deixo meu agradecimento pela parceria, troca de experiências e momentos de descontração que tornaram a caminhada mais leve. Em especial, à Daniele, que mais que uma colega, tornou-se uma amiga querida.

Aos (Às) professores (as), estagiários (as) e bolsistas do CIPEEF pela convivência acolhedora durante esses anos de pesquisa. Minha gratidão ao Prof. Me. Emanuel Carvalho, Supervisor do CRPB da UNEMAT, pelo apoio e colaboração.

Agradeço também a cada mãe e pai que participou dos grupos focais, cujas contribuições foram fundamentais para a construção e conclusão desta pesquisa.

Por fim, meu agradecimento especial ao Prof. Dr. Riller Silva Reverdito pela orientação atenta, pelos valiosos ensinamentos, pela escuta sensível e pelo apoio ao longo de todo o processo de construção desta dissertação. Sua dedicação e generosidade intelectual foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também aos demais membros da banca examinadora, pelas contribuições pertinentes, sugestões enriquecedoras e pela leitura cuidadosa, que certamente agregaram valor à pesquisa e à minha formação como pesquisadora.

Quando eu era criança, meu boletim de educação física vinha com uma palavra que me doía: 'dispensada'. O esporte não era para mim. Era um mundo de exclusão, um lembrete do que eu não podia fazer. Por 45 anos, essa aversão me acompanhou.

Até que os Jogos Paralímpicos 2025 em Mato Grosso me colocaram de frente com o que eu sempre evitei. Fui a trabalho, mas saí transformada. Ver o ginásio cheio de atletas, a força de cada um, os gritos de incentivo das famílias. Vi mães vibrando com os filhos na natação, vi minha afilhada, a Natália, nadando com garra.

A emoção me tomou. Não era só sobre esporte; era sobre a vida pulsando, sobre o grito de liberdade de quem sempre foi silenciado. Vi a inclusão se tornando real, um trabalho coletivo que finalmente dá frutos.

Hoje, a menina que era invisível está aqui. Estou do outro lado, com o coração cheio de esperança e a certeza de que a inclusão é possível. Minha história é a prova disso, e enquanto eu viver, continuarei a usá-la para inspirar. Porque pessoas com deficiência não precisam de pena, precisam de oportunidade. E o esporte está aí para mostrar que a nossa força não tem limites.

(Taís Paula, Superintendente Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Mato Grosso)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender em que medida e de que forma o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da Universidade do Estado de Mato Grosso (CRPB-UNEMAT), localizado em Cáceres/MT, impacta na vida de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, bem como de suas famílias e a comunidade local. Partindo da premissa de que o esporte adaptado quando articulado a políticas públicas inclusivas, transcende o caráter meramente recreativo ou competitivo, a pesquisa buscou avaliar esse impacto social. A investigação utilizou uma abordagem qualitativa, apoiada em análise documental de legislações, tratados internacionais e dados oficiais, além de revisão bibliográfica sobre os direitos da pessoa com deficiência, direito ao esporte e avaliação de impacto social, bem como na realização de grupos focais com mães e pais de alunos (as) do projeto. Os dados coletados nos grupos focais foram submetidos à Análise de Conteúdo, o que permitiu a identificação de quatro categorias principais: vivências anteriores ao ingresso no CRPB-UNEMAT; experiências no âmbito do projeto; mudanças percebidas no desenvolvimento físico-motor, emocional, cognitivo e social; e avaliação geral das famílias sobre a iniciativa. Os resultados evidenciaram impactos diretos, como a integração social, fortalecimento da autoestima, desenvolvimento motor e cognitivo, melhorias na saúde e inserção esportiva em nível regional e nacional, além de impactos indiretos, como o fortalecimento de políticas públicas, ampliação da cultura inclusiva, quebra de barreiras sociais e institucionais, estímulo à pesquisa e à formação profissional e construção de protagonismo e cidadania. O estudo demonstrou que o esporte adaptado, quando desenvolvido em ambiente inclusivo e sustentado por políticas públicas, atua como vetor estratégico de desenvolvimento humano, social e comunitário, evidenciando a universidade pública como agente fundamental na produção de conhecimento, inovação tecnológica e promoção da dignidade humana.

Palavras-Chave: Pessoa com Deficiência. Avaliação. Impacto Social. Inclusão. Bioecológico.

ABSTRACT

This study aimed to understand the extent and manner in which the Brazilian Paralympic Reference Center at the State University of Mato Grosso (CRPB-UNEMAT), located in Cáceres, Mato Grosso, impacts the lives of children, adolescents, and young people with disabilities, as well as their families and the local community. Based on the premise that adapted sports—when aligned with inclusive public policies—transcend a merely recreational or competitive nature, the research sought to evaluate this social impact. The investigation employed a qualitative approach, supported by a documentary analysis of legislation, international treaties, and official data; a literature review covering the rights of persons with disabilities, the right to sport, and social impact assessment; and focus groups with the parents of students participating in the project. Data collected from the focus groups underwent content analysis, allowing for the identification of four main categories: experiences prior to joining CRPB-UNEMAT; experiences within the project; perceived changes in physical-motor, emotional, cognitive, and social development; and the families' overall assessment of the initiative. The results revealed direct impacts—such as social integration, boosted self-esteem, motor and cognitive development, health improvements, and entry into sports at regional and national levels—as well as indirect impacts, including the strengthening of public policies, the expansion of an inclusive culture, the breaking down of social and institutional barriers, the encouragement of research and professional training, and the fostering of agency and citizenship. The study demonstrated that adapted sports, when conducted in an inclusive environment and supported by public policies, act as a strategic driver of human, social, and community development, highlighting the public university as a fundamental agent in knowledge production, technological innovation, and the promotion of human dignity.

Keywords: Persons with Disabilities. Evaluation. Social Impact. Inclusion. Bioecological.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ART – Artigo

CMDPD – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CRPB - Centro de Referência Paralímpica Brasileiro

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EF – Educação Física

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NPJ – Núcleo de Prática Jurídica

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

PCD – Pessoa com Deficiência

PNAD C – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

SAJUDH – Serviço de Assessoria Jurídica Popular em Direitos Humanos

SECEL/MT – Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso

SEDUC/MT – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

SME – Secretaria Municipal de Educação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de bolsas por Estado Brasileiro e categoria---------- 36

Gráfico 2 - Distribuição dos participantes por faixa etária---------- 56

Gráfico 3 - Quantitativo de alunos por tipo de deficiência diagnóstica ---------- 57

Gráfico 4 - Proporção de participantes por sexo biológico ---------- 59

Gráfico 5 - Quantitativo de matrículas por modalidade paralímpica ---------- 60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização das fontes de dados primárias e secundárias ---------- 47

Quadro 2 - Representação do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner ---------- 48

Quadro 3 - Deficiências elegíveis e estruturação de modalidades paralímpicas ---------- 58

Quadro 4 - Representação, seguindo o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner---------- 106

Quadro 5- Descritivo dos impactos observados no contexto - ---------- 108

Quadro 6 - Roteiro de perguntas grupo focal ---------- 119

Quadro 7 - Síntese das respostas dos grupos focais 1, 2 e 3 ---------- 120

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Atividade esportiva inclusiva denominada vôlei sentado ---------- 69

Fotografia 2- Festival Paralímpico 2024/1 ---------- 70

Fotografia 3-- Ex. Ministra do Esporte Ana Moser com as crianças e jovens do CRPB da UNEMAT ---------- 72

Fotografia 4- Visitação ao CRPB da UNEMAT ---------- 73

Fotografia 5- Atletas Paralímpicos com bandeira com o símbolo da UNEMAT ---------- 74

Fotografia 6- Encontro entre atletas, corpo docente do CRPB-UNEMAT e o Presidente do CPB, Mizael Conrado---------- 77

Fotografia 7- Recepção dos atletas do CRPB-UNEMAT---------- 78

Fotografia 8- Atletas do CRPB-UNEMAT ---------- 79

Fotografia 9- Atletas paralímpicos vinculados ao projeto CRPB-UNEMAT ---------- 80

Fotografia 10 - Atletas de Parabadminton do CRPB UNEMAT---------- 81

Fotografia 11- Comemoração do aniversário de um atleta do CRPB-UNEMAT ---------- 82

Fotografia 12 - Atletas do CRPB/UNEMAT participando do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe)- ---------- 84

Fotografia 13- Autoridades e atletas do CRPB/UNEMAT ---------- 85

Fotografia 14- Momento das premiações do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe)---------- 86

Fotografia 15- Momento das premiações do Festival Internacional de Pesca Esportiva -- 87

Fotografia 16- Atletas do CRPB/UNEMAT participando do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe) ---------- 88

Fotografia 17- Professores em Formação -CIPEEF — Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação ---------- 91

Fotografia 18- Professores em Formação - CIPEEF — Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação ---------- 91

Fotografia 19- Professores em Formação ---------- 92

Fotografia 20- Reunião entre mães de crianças com deficiência, profissionais da saúde e a Superintendente Estadual da Pessoa com Deficiência, Taís Paula---------- 93

Fotografia 21- CIPEEF - Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação (direita)---------- 94

Fotografia 22- CIPEEF - Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação (esquerda) ---------- 95

Fotografia 23- Registro do Estatuto Social da AGISOLe da ASSELC (direita) ---------- 96

Fotografia 24- Registro do Estatuto Social da AGISOLe da ASSELC (esquerda) ---------- 96

Fotografia 25- Participantes do curso: curso “Cidadania Ativa: O papel das associações civis sem fins lucrativos e a Participação cidadã nos Conselhos Municipais”---------- 97

Fotografia 26- Posse do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Cáceres-MT, 2025/2027 ---------- 98

Fotografia 27- Participantes do projeto: Além dos Limites ---------- 102

Fotografia 28- Visita de autoridades ao CRPB-UNEMAT ---------- 103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ---------- 15

2 PERSPECTIVA TEÓRICA ---------- 19
2.1 Percurso histórico dos direitos da pessoa com deficiência - principais marcos e instrumentos legais ---------- 19
2.2 O direito ao esporte para as pessoas com deficiência: inclusão, desafios e perspectivas ---------- 30

3 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA ---------- 44
3.1 Área de estudo ---------- 44
3.2 Delineamento da pesquisa ---------- 45
3.3 Sujeitos da pesquisa---------- 55
3.4 O contexto - Centro de Referência Paralímpico da Universidade do Estado de Mato Grosso ---------- 63

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO ----------67
4.1. O Caminho até o esporte paralímpico: trajetórias, desafios e o ingresso no CRPB-UNEMAT----------102

5 CONCLUSÃO---------- 110

REFERÊNCIAS ----------113

APÊNDICE A - ROTEIRO GRUPO FOCAL: PAI/MÃE/RESPONSÁVEL----------119

APÊNDICE B - RESPOSTAS DOS GRUPOS FOCAIS---------- 120

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP---------- 130

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo nacional existe um extenso arcabouço legislativo e compromissos internacionais firmados para assegurar a inclusão e combater a discriminação da pessoa com deficiência. Essas normas refletem as conquistas decorrentes de uma longa jornada de luta das pessoas com deficiência em busca de seus direitos. Nesse sentido, a Constituição Federal Brasileira de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, configurou-se como um marco importante no avanço e proteção dos Direitos Humanos para pessoas com deficiência, assegurando, outrossim, o esporte como direito social fundamental de todas as pessoas (Brasil, 1988). No entanto, é importante destacar que muitos direitos, mesmo após formalmente proclamados em leis, tratados e declarações, nem sempre se traduzem na realidade prática da população.

No Brasil existem cerca de 18,6 milhões de pessoas de dois anos ou mais de idade com deficiência, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), ou seja, 8,9% da população brasileira. De acordo com os dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2022) observa-se que as pessoas com deficiência mais jovens, entre 15 e 19 anos possuem menor taxa de analfabetismo se comparadas às pessoas com mais idade, entre 50 e 59 anos. Isso demonstra que recentemente as Pessoas com Deficiência estão tendo mais acessibilidade escolar. Por outro lado, essa mesma pesquisa revela que comparando a taxa de analfabetismo dentro da mesma faixa etária entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência, a desigualdade continua chamando atenção (IBGE, 2022).

De acordo com os dados da pesquisa mencionada, ao se comparar pessoas com deficiência (PCD) e pessoas sem deficiência com o mesmo nível de escolaridade, observa-se uma significativa disparidade nas taxas de ocupação: enquanto apenas 26,6% das PCD encontram-se ocupadas, esse índice atinge 60,7% entre as pessoas sem deficiência. Essa diferença percentual, de 34,1 pontos, reduz-se para 29,6 pontos percentuais quando se restringe a análise às pessoas com ensino superior completo. Isso evidencia que, ainda que o acesso à educação superior contribua para a inserção no mercado de trabalho, ele não é suficiente para eliminar as desigualdades existentes (IBGE, 2022).

Os indicadores demonstram, ainda, que quanto maior o nível de escolaridade, menor a taxa de desocupação e de informalidade. Contudo, mesmo entre indivíduos com o mesmo grau de escolarização, a informalidade laboral continua afetando de forma mais intensa as

pessoas com deficiência, o que revela um obstáculo estrutural à inclusão plena e equitativa no mercado de trabalho.

Conforme demonstram esses dados, a exclusão, discriminação e tratamento desigual da Pessoa com Deficiência ainda ressoam em nossa sociedade. Tanto é assim que de acordo com o painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, até a atualização do dia 21 de outubro de 2024, das 517.834 denúncias relacionadas à violação de direitos humanos recebidas pelo canal disque 100, um total de 101.513 estão relacionadas as vítimas serem Pessoas com deficiência (Brasil, 2024).

Paralelamente, nas Paralimpíadas de Paris 2024, a delegação brasileira alcançou o feito histórico de 89 medalhas, consagrando-se entre as 5 maiores potências em Jogos Paralímpicos. Contudo, apesar de tais dados, não recebeu o mesmo destaque e cobertura das mídias nacionais que as Olimpíadas. Pois, conforme afirmado por Kolotouchkina et al. (2021, p. 1 – tradução nossa), "com poucas exceções, a visibilidade mediática e a representação das pessoas com deficiência são escassas. São tendenciosas e ancoradas no estigma, distorcendo a sua imagem e dificultando a sua plena participação social". Essa dicotomia ocorre porque a efetividade de um direito, ou seja, sua aplicação concreta na vida das pessoas (plano fático) depende não apenas do reconhecimento jurídico desse direito (plano normativo), mas também do compromisso institucional do Estado, da implementação de políticas públicas, disponibilização de recursos materiais e humanos e mobilização social para garantir a sua aplicação concreta no cotidiano das pessoas.

É nesse contexto que se insere o objeto deste estudo: o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da Universidade do Estado de Mato Grosso (CRPB-UNEMAT), localizado em Cáceres/MT. Criado a partir de uma parceria entre a universidade e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o projeto visa democratizar o acesso ao esporte adaptado, fomentar o desenvolvimento humano e social e, ao mesmo tempo, fortalecer a pesquisa, a extensão e a inovação tecnológica no campo do paradesporto.

Diante do exposto, o problema que orientou esta investigação foi formulado nos seguintes termos: de que maneira o CRPB-UNEMAT impacta na vida de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, e quais são os reflexos dessa participação para suas famílias e para a comunidade local? Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral: Compreender em que medida e de que forma o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da Universidade do Estado de Mato Grosso (CRPB-UNEMAT), localizado em Cáceres/MT,

impacta a vida de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, bem como de suas famílias e da comunidade local.

Como objetivos específicos, buscou-se: (a) analisar as trajetórias e as experiências vividas pelas famílias e alunos(as) anteriormente ao ingresso no projeto; (b) compreender a dinâmica das vivências no âmbito do CRPB-UNEMAT e os processos de inclusão efetivamente proporcionados; (c) analisar as transformações percebidas no desenvolvimento físico-motor, emocional, cognitivo e social dos(as) alunos(as); e, (d) avaliar as percepções das famílias sobre a iniciativa e seus reflexos no contexto da comunidade local.

A abordagem metodologia adotada foi de natureza qualitativa, combinando análise documental da legislação nacional, tratados internacionais e dados estatísticos; revisão bibliográfica sobre direitos da pessoa com deficiência, direito ao esporte e políticas inclusivas; e a realização de grupos focais com mães e pais de alunos (as) do CRPB-UNEMAT. Os dados coletados nos grupos focais foram organizados e interpretados com base na Análise de Conteúdo, a partir de categorias temáticas que evidenciam as realidades anteriores e posteriores à inserção no projeto.

A relevância social da pesquisa justifica-se pelo potencial de viabilizar ações que transformam realidades historicamente marcadas pela exclusão, pelo preconceito e pela ausência de oportunidades inclusivas. No plano acadêmico, contribui para o aprofundamento das discussões sobre direitos da pessoa com deficiência, direito ao esporte e avaliação de impacto social, articulando esses referenciais ao modelo bioecológico do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner, que permite analisar as interações entre sujeitos, instituições e políticas públicas em diferentes níveis (micro, meso, exo e macrossistema). No plano institucional, reforça o papel da universidade pública como agente estratégico de produção de conhecimento, de inovação e de inclusão social.

Sendo assim, espera-se que os dados levantados, analisados, discutidos e divulgados nesta pesquisa possam contribuir para a elaboração de políticas públicas, modificação ou prorrogação de Programas e Projetos paradesportivos, dentro e fora do Estado de Mato Grosso e incentivar a mobilização social. Sendo oportuno salientar que embora as normas metodológicas oficiais de redação do trabalho científico, orientem para a utilização de termos com a flexão no masculino, para contemplar homens e mulheres, esta pesquisadora utilizou as flexões de ambos os gêneros ao longo deste trabalho em conformidade com o ODS 5, da Agenda 2030: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU,

2016), em que o Brasil, assim como diversos outros países, assumiu o compromisso de envidar esforços para superar o hiato de gênero.

Por fim, com o intuito de respeitar o direito à acessibilidade comunicacional, minimizando barreiras à informação e no acesso à informação, prevista na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2008) e no art. 2º, da Lei nº 13.146/2015, está dissertação incluiu audiodescrição abaixo de cada gráfico ou imagem apresentados. De acordo com Scoralick (2019) trata-se de "uma narração que é inserida nos espaços em que o texto audiovisual não apresenta elementos acústicos e que descreve aquilo que se vê. A ideia é proporcionar uma representação mental correta do que está sendo repassado no evento imagético." (2019, p. 548), para minimizar possíveis barreiras na comunicação e tornar este trabalho o mais acessível para todas as pessoas.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro tratou da introdução ao tema e apresentou os aspectos mais relevantes do contexto de pesquisa e seus objetivos. No Capítulo 2 (Perspectiva Teórica), realiza-se um resgate histórico e normativo dos direitos das pessoas com deficiência no cenário internacional e nacional, além de discutir o esporte adaptado como um direito social fundamental articulado à busca pela igualdade material.

O Capítulo 3 (Perspectiva Metodológica) detalha o delineamento qualitativo da pesquisa, delimitado no município de Cáceres-MT e centrado no CRPB-UNEMAT. Nele, fundamenta-se a utilização do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (composto pelas dimensões Pessoa, Processo, Contexto e Tempo), bem como os procedimentos de análise documental e a realização de grupos focais com os pais e responsáveis. No Capítulo 4 (Resultados e Discussão), os dados obtidos são analisados por meio da Análise de Conteúdo, organizados em quatro categorias temáticas que contrastam as realidades anteriores e posteriores à inserção no projeto, evidenciando os impactos diretos e indiretos gerados pelo Centro. Por fim, o Capítulo 5 (Conclusão) sintetiza as principais reflexões do estudo, reiterando o papel do esporte adaptado sustentado por políticas públicas como vetor estratégico de inclusão e o protagonismo da universidade pública no desenvolvimento humano e comunitário.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA

De acordo com Hernández Sampieri (2013), o desenvolvimento da perspectiva teórica consiste em um processo de imersão no conhecimento existente e relacionado ao tema estudado, que permite uma visão sobre onde se situa a formulação proposta dentro do campo do conhecimento em que se pretende caminhar. No entanto, cumpre ressaltar que a pesquisa qualitativa não parte de teorias predefinidas e estudos anteriores. Ao contrário, constrói o conhecimento a partir da realidade observada, buscando captar as nuances, subjetividades e complexidades inerentes.

Esse caráter exploratório da pesquisa qualitativa permite que uma teoria surja de forma mais flexível e contextualizada, refletindo as particularidades das especificidades observadas e respeitando a complexidade das realidades estudadas. Assim, a construção teórica emerge como um produto da interação entre os dados obtidos, analisados e interpretados pela pesquisadora. Nesse contexto, os itens 2.1 e 2.2 cumprem a função de delimitar o campo de investigação, apresentando, respectivamente, um resgate histórico dos instrumentos que garantiram a proteção dos direitos da pessoa com deficiência e uma análise do processo de reconhecimento do esporte como direito fundamental.

2.1 Percurso histórico dos direitos da pessoa com deficiência - principais marcos e instrumentos legais

A seção em questão tem por finalidade realizar um resgate histórico dos principais acontecimentos e instrumentos jurídicos internacionais voltados à defesa dos direitos da pessoa com deficiência, analisando também como esses avanços no cenário global influenciaram o contexto brasileiro. Delimitou-se um recorte temporal, definindo-se como marco inicial o período posterior às duas Grandes Guerras Mundiais, até os dias atuais, contemplando os eventos que moldaram a construção e a evolução das políticas de inclusão e proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

Após as atrocidades perpetradas pelas duas grandes guerras mundiais, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, na Conferência de São Francisco, mediante tratado constitutivo refletiu o desejo coletivo das nações signatárias da Carta de São Francisco, de evitar novos conflitos, garantir a paz, a segurança, a proteção e promoção dos Direitos

Humanos. O Brasil aderiu a esse Sistema Global de Direitos Humanos mediante promulgação do Decreto nº 19.841/1945.

Pouco tempo depois, em 1948, conforme Ramos (2014), durante a 9ª Conferência Interamericana realizada em Bogotá, entre 30 de março e 2 de maio, foram aprovadas a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem (p. 449). O preâmbulo desses documentos já assegurava a igualdade em dignidade e direitos como fundamento essencial dos direitos humanos de todas as pessoas. Nesse mesmo ano, em Paris, durante a Assembleia Geral da ONU, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que, entre outros direitos, proclamou que todas as pessoas são iguais em dignidade e direitos. Essa Declaração consagrou o reconhecimento da dignidade e igualdade inerentes a todos os membros da família humana. Segundo Arakaki (2018, p. 137) "Assim surgiu o chamado sistema normativo positivo global de proteção dos direitos humanos, composto por instrumentos de abrangência internacional específicos e gerais".

Embora o Brasil não tenha ratificado formalmente a DUDH nos moldes aplicáveis aos tratados internacionais, o compromisso do Estado brasileiro com seus valores e diretrizes revela-se de forma inequívoca. Tal comprometimento pode ser constatado pela incorporação, na legislação interna, de princípios e garantias compatíveis com os direitos humanos nela proclamados, em especial o reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Essa convergência normativa demonstra que, mesmo sem a formalidade da adesão internacional, o país internalizou, em seu ordenamento jurídico, preceitos que asseguram a proteção e promoção da dignidade, a igualdade material e o mínimo existencial, elementos essenciais para a efetivação dos direitos fundamentais. Tal alinhamento, como se verá adiante, não se limita ao plano constitucional, estendendo-se a leis infraconstitucionais e a políticas públicas que visam garantir a plena realização dos direitos humanos no território nacional (Brasil, 1988).

No ano de 1969, foi criada a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida por Convenção de São José da Costa Rica. Esta Declaração foi promulgada pelo Brasil pelo Decreto nº 678/1992 e garantiu no seu artigo 24 que "Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei" (Brasil, 1992).

Em 1975, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (ONU) e, no mesmo ano, também foi aprovada em Assembleia da ONU, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. No entanto, convém destacar que apesar da intenção de proteger e garantir direitos para as pessoas com deficiência, tais Convenções ainda deixam transparecer certo preconceito e vertente assistencialista, conforme depreende-se do seguinte trecho: “1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (ONU, 1975).

Essas declarações, assim como os documentos anteriores mencionados, foram passos iniciais importantes para proteger os direitos das pessoas com deficiência, mas refletem uma época em que ainda predominava uma visão limitada, preconceituosa e assistencialista que foi progressivamente sendo substituída por um modelo baseado na inclusão, na dignidade, igualdade e principalmente reconhecimento da autonomia das pessoas com deficiência como protagonistas de sua própria história. Essa mudança de paradigma se deve em grande parte aos movimentos sociais por direitos civis e igualdade que ganharam força em várias partes do mundo. Paralelamente a isso, a comunidade internacional começou a prestar mais atenção às questões relacionadas às pessoas com deficiência. Nesse sentido ensina Arakaki (2018) que:

> Esse reconhecimento, apesar de parecer óbvio na contemporaneidade, não aconteceu de forma igualitária nem simultaneamente ao redor do planeta. Na verdade, esse reconhecimento e essa proteção são fruto de conquistas históricas, construídas gradualmente, devido à luta de movimentos sociais em prol da dignidade da pessoa humana (Arakaki, 2018, p. 136).

A ONU, buscando promover uma mudança de paradigma, decidiu destacar essas questões, culminando na proclamação do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, em 1981, cujo tema foi 'Plena participação e Igualdade'. Esse marco na história dos direitos das pessoas com deficiência foi um ponto de virada na luta global por direitos e inclusão que ajudou a construir o caminho para os avanços subsequentes.

No cenário nacional, um marco importante que merece registro foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou, entre outros direitos, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, art. 208, III); “a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência” (Brasil, 1988, art. 7º, XXXI); “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” (Brasil, 1988, art. 24,

XIV); “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária” (Brasil, 1988, art. 203, IV); bem como “a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência [...]” (Brasil, 1988, art. 244).

A Constituição Federal assegurou também, em seus artigos 205 e 206, a Educação como direito de todos e dever do Estado, em igualdade de condições de acesso e ao longo da vida. Isso significou o reconhecimento formal do direito à educação para pessoas com deficiência, marcando o início de uma série de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional. Tanto que no ano seguinte, foi promulgada a Lei nº 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999, os quais estabeleceram a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, instituiu a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos para elas, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE; bem como estabeleceu entre outros direitos e garantias, a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino, enfatizando a atuação complementar desta ao ensino regular (Brasil, 1989).

Em 1989, durante uma Assembleia Geral da ONU, foi aprovada a Convenção sobre os Direitos da Criança, que entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Desde então, já foi ratificada por 196 países, sendo considerada o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Ao longo dos seus 54 artigos, o termo “deficiência” aparece seis vezes, garantindo às crianças com deficiência igualdade de oportunidades e acesso, conforme o art. 23.1: “Os Estados Partes reconhecem que a criança com deficiência física ou mental deverá desfrutar de uma vida plena e decente, em condições que garantam sua dignidade, favoreçam sua autoconfiança e facilitem sua participação ativa na comunidade” (ONU, 1990, art. 23.1).

Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, também assegurou esse direito em seu artigo 54, nos seguintes termos: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]” (BRASIL, 1990). Além disso, o ECA reforçou o direito ao princípio da igualdade de direitos e oportunidades entre todas as crianças e adolescentes ao estabelecer que:

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes

> facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
> Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (Brasil, 2016).

Durante a Convenção de Viena em 1993, ganhou força o lema "Nada sobre nós, sem nós", que se tornou até hoje um símbolo de luta contra a exclusão, o paternalismo e o assistencialismo que, historicamente, receberam as pessoas com deficiência. O lema exige que elas sejam tratadas como agentes ativos e protagonistas de sua história. De acordo com Ramos (2014):

> A II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena de 1993) foi a segunda grande conferência sobre direitos humanos sob o patrocínio da ONU (a primeira foi a de Teerã, 1968) e contou com a participação de delegações de 171 Estados e mais de 800 organizações não governamentais acreditadas como observadores oficiais, além do "Fórum das ONG's" em paralelo ao evento, caracterizando-se como um verdadeiro marco para o Direito Internacional a criação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, que é o principal tratado internacional para garantir os direitos e a inclusão plena dessas pessoas (Ramos, 2014, p. 376).

A Declaração de Salamanca, firmada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela ONU em Salamanca, Espanha, representou mais um marco significativo para a educação inclusiva no mundo. Este documento estabelece princípios fundamentais para a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro dos sistemas de ensino regulares, os quais deveriam ser adaptados para atender às necessidades de todos os estudantes. Essa conferência impactou também o Brasil na medida em que a inclusão desses alunos na rede regular de ensino começou a ser mais explicitamente regulamentada e incentivada, refletindo uma evolução no entendimento e na abordagem da educação inclusiva que culminou no advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei nº 9.394).

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, foi fruto da Assembleia Geral da OEA realizada na Guatemala-México, em 1999. Seu objetivo foi prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar sua plena integração à sociedade. É importante ressaltar que o Brasil aprovou a referida Convenção pelo Decreto Legislativo nº 198/2001 e promulgou pelo Decreto nº 3.956/2001.

A partir da segunda metade do século XX, a concepção de inclusão ganhou espaço e força, impulsionada por dois fatores principais: o desenvolvimento da educação especial e o fortalecimento dos movimentos de direitos humanos em defesa das necessidades das pessoas com deficiência (Galvão Filho, 2009).

Nesse contexto, Araújo (2015) ressalta que a inclusão deve ser debatida sob a perspectiva da igualdade de oportunidades, não em todos, mas na maioria dos âmbitos da sociedade. São nesses espaços que se promovem discussões cruciais sobre as diferenças sociais e se busca a efetiva integração de todos os indivíduos. Essa luta por direitos das pessoas com algum tipo de necessidade especial remonta a longa data e, a partir da década de 1990, observa-se o surgimento de uma nova perspectiva em relação às questões da deficiência, conforme destaca Galvão Filho (2009). Foi nesse período que ocorreram mudanças significativas na compreensão social, passando-se a reconhecer a importância de considerar as diferenças e singularidades de cada indivíduo. Nesse cenário, emerge o conceito de inclusão, que, segundo o autor, pressupõe que "uma sociedade inclusiva deve tornar acessível todas as suas esferas, assegurando que as pessoas com deficiência possam efetivamente acessar o mundo ao seu redor, com todos os direitos e deveres que cabem a cada cidadão" (Galvão Filho, 2009, p. 96).

É oportuno contextualizar também o uso do termo 'portadoras' em diversos tratados, declarações e legislações anteriores. Nesse sentido, Ramos (2014, p. 508) observa que, "apesar de a Convenção Interamericana utilizar a expressão 'portador de deficiência', anote-se que, após anos de discussão, a expressão utilizada atualmente é pessoa com deficiência". Como este trabalho discorre sobre o percurso histórico dos direitos das pessoas com deficiência, optou-se por manter o termo empregado à época, de modo a preservar a fidelidade ao contexto da norma mencionada.

No percurso histórico brasileiro, destaca-se a promulgação da Lei nº 10.048/2000, que garantiu o atendimento prioritário para pessoas com deficiência nas repartições públicas, concessionárias de serviço público e instituições financeiras, razão pela qual ela ficou mais conhecida como Lei do Atendimento Prioritário. Neste mesmo ano foi promulgada a Lei nº 10.098/2000 que ficou conhecida como Lei da Acessibilidade. Ainda em 2000, foi promulgada a Lei nº 10.098, denominada Lei da Acessibilidade, que estabeleceu regras gerais destinadas a facilitar ou garantir a acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência, conforme disposto em seu art. 1º:

> Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (Brasil, 2000).

Observa-se que essa legislação possui grande relevância para a inclusão das pessoas com deficiência e para a eliminação de barreiras que dificultam sua plena participação na sociedade. Seu objetivo central é visa a acessibilidade universal, garantindo que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida tenham acesso igualitário e seguro aos espaços públicos (como escolas, hospitais, repartições públicas, entre outros), edificações privadas de uso coletivo (como estádios, shoppings e outros), às vias públicas (como calçadas, praças e outros), aos serviços de transporte entre outros. Para tanto, a Lei exigiu a instalação de rampa de acesso, banheiros adaptados, elevadores acessíveis, sinalização adequada e diversas medidas que devem ser tomadas para garantir que os ambientes sejam acessíveis para todas as pessoas.

Cabe mencionar ainda a Lei nº 11.133/2005, que instituiu o dia 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Contudo, as comemorações já ocorriam desde 1982, por iniciativa do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD). O objetivo desse marco é conscientizar a sociedade sobre a importância de desenvolver meios de inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais (AgenciaGov, 2023).

Nesse caminho inclusivo, anos mais tarde foi assinada em Nova York, em 2007, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (ONU), tendo como princípios a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, entre outros. O art. 1º apresenta o seguinte propósito:

> O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e eqüitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (ONU, 2007).

Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil com força de emenda constitucional, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição Federal. Para tanto, sua aprovação ocorreu em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Isso conferiu ao país um status jurídico superior às leis ordinárias, garantindo que suas normas e princípios estejam em igualdade hierárquica com as normas constitucionais.

Em 2015, após diversas audiências públicas na Câmara dos Deputados, foi instituída no Brasil a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, conforme dispõe o art. 2º:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Deve-se destacar que esse modelo de direitos humanos está fundamentado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), cujo objetivo é promover, proteger e garantir o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, além de assegurar o respeito à sua dignidade inerente. Essa abordagem representa um marco significativo, pois evidencia a mudança de paradigma do modelo médico para o modelo social da deficiência na política internacional e, inclusive, serve de base para a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao adotar o conceito de deficiência à luz do modelo social, não promoveu mera alteração terminológica, mas consagrou verdadeira mudança de paradigma, deslocando o enfoque da limitação individual para as barreiras sociais que condicionam sua plena participação na vida em comunidade. Tal avanço semântico e conceitual evidencia que a terminologia utilizada ao longo da história acompanha os valores e as concepções dominantes em cada período histórico, refletindo transformações culturais, jurídicas e sociais. Nesse sentido, Antunes (2024):

> Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou, então, são construídas especificamente para designar conceitos novos. O maior problema decorrente do uso de termos incorretos

> reside no fato de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados (Antunes, 2024, p. 24-25).

Ao introduzir um novo conceito de deficiência, em consonância com o modelo social e não mais no modelo médico, passa a concebê-la como um problema de ordem social, e não individual ou familiar. De acordo com Alves (2019, p. 21): "A deficiência só se traduz em uma desvantagem para o indivíduo quando o seu ambiente social impõe barreiras à sua participação".

Nesse sentido, Hilgemberg (2019) contextualiza que:

> Fazer com que atletas com deficiência conheçam e se apropriem das ideias do modelo social pode ser libertador para eles, pois se conscientizarão de que os problemas e impedimentos não estão neles, e sim nas barreiras. Dessa forma, se essas barreiras estruturais estiverem presentes no ambiente esportivo, por exemplo, elas serão dificultadoras de seu bem-estar psicossocial e de suas oportunidades esportivas. Logo, o apoio nesse modelo auxiliou no desenvolvimento psicossocial dos envolvidos, fortalecendo atributos como autoestima e construção de uma identidade coletiva positiva (Hilgemberg, 2019, p.09).

Além disso, a referida lei definiu o conceito de discriminação e garantiu às pessoas com deficiência o direito de não ser discriminado. Para tanto, majorou a pena mínima de reclusão prevista para o crime de discriminação previsto no art. 8º, da Lei nº 7.853/1989, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa para reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

Ainda em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030, adotada por 193 Estados-membros, entre eles o Brasil, que acordaram em empreender esforços em todos os níveis para o desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade, visando garantir direitos, bem-estar e vida digna para todos(as). O documento recebeu esse nome porque embora tenha sido assinada em 2015, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de que é composta devem ser cumpridos no período de 2016-2030. Entre esses objetivos um deles especialmente nos interessa:

> Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra [...] (ONU, 2015).

Ao enfatizar a participação efetiva e a dignidade, o objetivo aproxima-se do modelo social da deficiência, que compreende as barreiras impostas pela sociedade como o verdadeiro fator de exclusão.

A Lei nº 13.409/2016 representou um marco importante na legislação brasileira, pois alterou a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, estendendo e especificando os

critérios de reserva de vagas para pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Esta lei é um avanço significativo na promoção da inclusão educacional e social, assegurando direitos e oportunidades iguais para pessoas com deficiência no acesso à educação superior e técnica. Contudo, nem sempre o percurso normativo de conquistas das pessoas com deficiência é uma linha ascendente. No ano de 2020, o Decreto nº 10.502 que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, foi considerado por diversas entidades que representam as pessoas com deficiência como um retrocesso. Tanto que ficou conhecido como "decreto da exclusão", por permitir que escolas regulares negassem a matrícula de alunos com deficiência. Referido decreto vigorou até o ano de 2023 quando foi revogado pelo Decreto nº 11.370.

Após uma longa espera e intensa participação de diversos movimentos sociais, foi aprovada a Lei nº 14.723/2023, que alterou parcialmente a Lei nº 12.711/2012. Entre as conquistas introduzidas, destaca-se o reconhecimento da importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, bem como a ampliação das cotas para além da graduação, alcançando os Programas de Pós-graduação Stricto Sensu, conforme disposto no art. 7º-B. Em breve, as Universidades Estaduais que ainda não aderiram às cotas deverão fazê-lo, invocando sua autonomia universitária garantida constitucionalmente. Ademais, outra alteração significativa refere-se ao art. 7º, que antes previa a realização de uma 'revisão' do programa de cotas a cada 10 (dez) anos, passando agora a determinar a realização de uma 'avaliação' nesse mesmo período. Enquanto a palavra 'revisão' remetia à possibilidade de alteração e modificação, o termo 'avaliação' demonstra o interesse no acompanhamento e verificação do referido programa (Brasil, 2012).

No âmbito da UNEMAT, 3 (três) Programas de Pós-graduação Stricto Sensu saíram na vanguarda e durante a reformulação de seus respectivos Regimentos Internos no ano de 2024, implantaram Políticas de Ações Afirmativas, entre elas especificamente cotas para minorias sociais. São eles o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia - PPGEO (Art. 41, da Resolução nº 002/2024 – Ad Referendum do Consuni), o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais - PPGCA (Art. 38, da Resolução nº 046/2024 – Consuni) e o Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação - PPGEdu (Art. 63, da Resolução nº 003/2024 – Ad Referendum do Consuni), todos do Campus Universitário "Jane Vanini" em Cáceres. Dessa forma, ao reservar vagas para grupos historicamente marginalizados no meio acadêmico, esses Programas de Doutorado e

Mestrado Acadêmico demonstraram seu compromisso com a promoção da equidade no acesso à pós-graduação e deram um passo significativo em direção à democratização do conhecimento.

É importante destacar o pioneirismo dos Programas de Pós-Graduação acima mencionados, pois a própria Universidade, por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG, ainda não implementou oficialmente as Cotas para grupo minoritários na Pós-Graduação Stricto Sensu haja vista que a Resolução nº 029/2021 - Consuni que aprovou o Regimento da Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade do Estado de Mato Grosso– UNEMAT, é silente a respeito dessa ou qualquer outra forma de Ação afirmativa. Além disso, é imprescindível salientar que as cotas são apenas um dos instrumentos para implementação de ações afirmativas, não o único existente.

Na análise dos marcos históricos dos direitos da pessoa com deficiência, constata-se uma trajetória de avanços graduais, resultantes de lutas sociais, mudanças de paradigma e da consolidação de instrumentos normativos de alcance internacional e nacional. Do pós-guerra à contemporaneidade, evidencia-se a transição de um modelo assistencialista, centrado na incapacidade, para um modelo social que reconhece a dignidade, a autonomia e a plena participação dessas pessoas como sujeitos de direitos. No Brasil, a incorporação progressiva de tratados e declarações internacionais ao ordenamento interno demonstra alinhamento com a agenda global de direitos humanos. Nesse sentido, Ramos (2014) ressalta que "Desde a Declaração Universal de 1948 até hoje, a universalidade dos direitos humanos foi sendo constantemente reafirmada pelos diversos tratados e declarações internacionais de direitos editadas pelos próprios Estados" (Ramos, 2014, p. 156).

Nessa linha, Seron et al. (2021) complementam:

> Em suma, a mídia, as políticas públicas, os treinadores, os atletas, o público, e especialmente as organizações e instituições esportivas devem usufruir do esporte como ferramenta para solidificar discursos e ações que valorizem a pessoa com deficiência, desconstruindo, mesmo que aos poucos, sistemas rígidos de hierarquização e medicalização de corpos e possibilitando amplas oportunidades de garantia de acesso ao esporte como um direito humano (Seron, et al, 2021, p. 10).

Tal constatação reforça que muitas conquistas já foram alcançadas e outras estão em curso, contudo persiste um longo caminho a ser percorrido. Reconhecer essa dupla realidade de avanços efetivos e desafios remanescentes é fundamental para orientar políticas públicas, fortalecer mecanismos de fiscalização social e assegurar que o arcabouço normativo se converta, efetivamente, em práticas inclusivas capazes de garantir igualdade material, acessibilidade universal e inclusão social plena das pessoas com deficiência.

2.2 O direito ao esporte para as pessoas com deficiência: inclusão, desafios e perspectivas

Na sequência, realizar-se-á uma revisão da literatura e análise documental de legislações sobre o caminho percorrido para o reconhecimento do esporte como direito humano fundamental de todas as pessoas. Para fins didáticos, todas as vezes que esta pesquisa se refere ao termo 'esporte', considera-o a partir do conceito de Reverdito et al. (2013, p. 443) segundo os quais "apresenta-se o esporte como uma prática física, na qual há a presença de regras e regulamentos que têm por objetivo o confronto e a disputa entre os praticantes". Nessa perspectiva, torna-se importante tecer algumas considerações sobre o processo histórico que culminou no reconhecimento do esporte como direito fundamental, compreendendo-o não apenas como prática de lazer ou reabilitação, mas como dimensão essencial da cidadania e da inclusão social das pessoas com deficiência.

Conforme contextualizado por Greguol e Malagodi (2019):

> As modalidades esportivas voltadas para pessoas com deficiência exibem seus primeiros registros no final do século XIX, porém foi no século XX que esta prática foi impulsionada em vários países, tendo sua evolução intimamente relacionada ao término das grandes guerras mundiais, especialmente a segunda, em 1945. O que inicialmente era compreendido apenas como opção terapêutica pouco a pouco foi ganhando outras dimensões, tornando-se uma opção para indivíduos com diferentes tipos de deficiência que buscam práticas voltadas ao lazer ou ao alto rendimento (Greguol; Malagodi, 2019, p. 365).

Enquanto isso, o Brasil ainda carregava resquícios culturais da política eugênica, que buscava influenciar e promover certas características genéticas em detrimento de outras na população, implementada oficialmente pela Constituição Federal de 1934, que em seu artigo 138, 'b' incumbia à União, ao Estado e aos Municípios estimular a educação eugênica. Nesse sentido Gualtieri (2008):

> Iniciou os estudos da eugenia coletando dados de muitas famílias e interpretando-os por meio de métodos estatísticos. Seu trabalho consistia em correlacionar atributos físicos dos seres humanos a atributos mentais para identificar as peculiaridades positivas e negativas e, a partir dessa correlação, descrever os "tipos" – criminosos, delinqüentes, idiotas, ou bem dotados física e intelectualmente. Conhecê-los deveria auxiliar o planejamento e a organização do pretendido controle da reprodução de indivíduos ou de grupos indesejáveis visando à seleção dos melhores talentos, traços de comportamento e características físicas (Gualtieri, 2008, p. 92-93).

De acordo com Santos (2019) a política eugenista teve início no Brasil em 1918 com a fundação da primeira sociedade eugênica brasileira, que na Era Vargas, 1930-1945, passou a ser uma política pública oficial com previsão na Constituição Federal e legislações infraconstitucionais:

> Obviamente, temos a total ciência de que na era Vargas, um amplo espectro legislativo (principalmente, no tocante a legislação infraconstitucional), foi influenciado pela eugenia. Entendemos também, que não apenas os dados colhidos da produção legislativa, mas também de todos os demais elementos sociopolíticos em voga no momento histórico abordado no presente estudo, contribuíram para a construção de um ideário sobre a nacionalidade brasileira. Contudo, optamos por fazer um recorte epistemológico, abordando os artigos de ambas a Constituições, quais sejam a de 1934 e 1937, e a legislação infraconstitucional referente à imigração e eugenia, que melhor demonstrassem o processo de inserção dos ideais eugenistas (Santos, 2019, p. 25)

A eugenia promoveu práticas que marginalizavam e violavam os direitos das pessoas, entre elas aquelas com deficiência e, em sua essência, conflitava com o princípio da dignidade inerente a todas as pessoas, o qual já havia sido previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

Voltando para o cenário internacional, em 1948 aconteceram os primeiros Jogos de Stoke Mandeville e já em 1952 ocorreram os primeiros jogos internacionais ainda em Stoke Mandeville. Em seguida, no ano de 1956 os jogos de Stoke Mandeville passaram a ser reconhecidos oficialmente pelo Comitê Olímpico Internacional, passando a ser chamado de Jogos Internacionais de Stoke Mandeville. Assim, no ano de 1960 foram realizados em Roma, mesmo local onde aconteceu os Jogos Olímpicos, imediatamente após o encerramento deste. Contudo isso só voltou a acontecer e em caráter definitivo no ano de 1988. Isso significa que os "países candidatos às Olimpíadas têm de prever esse evento como uma extensão das Olimpíadas, para serem aceitos como sede dos Jogos Olímpicos" (Araújo, 2011, p. 76).

Paralelamente ao cenário internacional, no contexto brasileiro, segundo Araújo (2011), o início da prática esportiva para pessoas com deficiência é marcado pelas iniciativas pioneiras de Robson Sampaio de Almeida e Sérgio Seraphim Del Grande, ambos afetados por paraplegia, que fundaram em 1958 instituições dedicadas ao basquetebol em cadeira de rodas. Robson Sampaio criou o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro (1º de abril de 1958), e Sérgio Del Grande estabeleceu o Clube dos Paraplégicos em São Paulo (6 de dezembro de 1959) (Araújo, 2011). Essas organizações representaram um passo significativo na inclusão esportiva e na promoção de atividades adaptadas para pessoas com deficiência no país. Tanto que em 1960

aconteceu no ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, o primeiro jogo de basquetebol em cadeira de rodas entre as equipes paulista e carioca (Araújo, 2011).

De acordo com o CPB, no ano de 1972 acontece a estreia do Brasil nos jogos Paralímpicos que foram realizados na Alemanha, mas somente em 1976, nos Jogos de Toronto, o país conquista a primeira medalha em jogos paralímpicos. Apesar do crescimento e fortalecimento do esporte adaptado no país, de acordo com De Azevedo Pazin, Freitas e Silva (2010), entre os anos de 1977 e 1979, em plena Ditadura Militar, foi implantado no Brasil o Programa Esporte para Todos - EPT, que consistiu em implementar uma política higienista de corpos saudáveis, úteis e obedientes. O referido Programa, embora não tenha excluído as pessoas com deficiência, também não as incluiu nas suas justificativas e diretrizes (Freitas e Silva, 2010). Nesse ínterim, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) proclamaram a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, em 1978, afirmando em seu preâmbulo que "[...] a educação física e o esporte não se limitam somente ao bem-estar físico e à saúde, mas também contribuem para o pleno e equilibrado desenvolvimento do ser humano" (UNESCO, 1978) e reconhecendo no art. 1°:

> Artigo 1. A prática da educação física e do esporte é um direito fundamental de todos 1.1. Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física e ao esporte, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do esporte, deve ser garantido dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social. (...). 1.3. Oportunidades especiais devem ser disponibilizadas aos jovens, incluindo crianças em idade pré-escolar, idosos e pessoas portadoras de deficiências, a fim de possibilitar o desenvolvimento pleno de sua personalidade, por meio de programas de educação física e de esportes adequados às suas necessidades (UNESCO, 1978).

A Carta Internacional, ao estender expressamente às pessoas com deficiência o direito fundamental de acesso ao esporte, promove um avanço que reverberou grandemente no cenário internacional e brasileiro, como passaremos a demonstrar. Tanto que houve o aumento da demanda de eventos paradesportivos, surgimento de diversas modalidades adaptadas de esporte e a criação de novas associações e clubes voltados para atletas com deficiência no mundo; bem como surgiram as federações e confederações internacionais, que culminaram na criação do Comitê Paralímpico Internacional - IPC em 22 de setembro de 1989.

Uma década depois da Proclamação da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, o Brasil agora livre da ditadura militar, promulgou a Constituição Federal Brasileira de 1988, elevando o esporte ao status de direito social fundamental quando no seu artigo 217,

caput estabeleceu que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]” (Brasil, 1988). É importante esclarecer que as três esferas federativas possuem competência para legislar sobre o tema Esporte, consoante dispõem os art. 24 e 30 da CF. Essa competência legislativa é concorrente quanto à União, aos Estados e ao Distrito Federal e suplementar quanto aos Municípios.

Pouco tempo depois, igualmente o Estatuto da Crianças e do Adolescente – Lei nº 8.090/1990, nos artigos 4º, 16 e 71, também passou a assegurar esse direito, nos seguintes termos:

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. [...] Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...]. IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; [...]”. “Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Brasil, 1990).

Essas garantias provocaram mudanças na organização política e administrativa nacional. Segundo Araújo (2011), em 1990, no âmbito do Governo Federal, foi criada a Secretaria de Desportos, diretamente vinculada ao Presidente da República Fernando Collor de Mello, rompendo o vínculo do desporto com a pasta da Educação. Com o impeachment de Collor no final de 1992, teve início o governo de Itamar Franco, e os assuntos desportivos retornaram ao Ministério da Educação. Durante sua gestão, ocorreu em Campinas/SP, entre 15 e 18 de agosto de 1993, o Encontro Técnico de Avaliação Desportiva das Pessoas com Deficiência, destinado a avaliar as ações implementadas no período de 1983 a 1992. Ainda de acordo com Araújo (2011), participaram 39 representantes de associações e instituições ligadas ao desporto adaptado e à educação física especial. Entre as propostas apresentadas ao final do evento, destacaram-se a articulação para a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro e a necessidade de garantir o desporto de alto nível para as pessoas com deficiência.

Em 9 de fevereiro de 1995 foi fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro, com sede em Niterói-RJ, no governo do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que criou o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte (Brasil, 2024). É importante ressaltar que o Comitê Paralímpico Brasileiro, de acordo com seu Estatuto, foi criado com a natureza jurídica de associação civil de interesse público, sem fins lucrativos e com atuação em todo o território nacional, conforme depreende-se do seu Estatuto Social (art. 2º). Ele tem como finalidade representar, dirigir e coordenar o segmento esportivo brasileiro, nacional e internacionalmente

(art. 3º) e possui, entre outras, a competência para estabelecer a política e o planejamento estratégico do segmento paralímpico brasileiro (art. 18, II), consoante previsto no referido Estatuto. Ademais, possui entre seus objetivos institucionais:

> Art. 19. O CPB tem, de acordo com suas finalidades e competências, dentre outros, por objetivos, promover e apoiar: I — As ações que deem oportunidades ao envolvimento e o desenvolvimento de pessoas com deficiência, em especial: a) Na participação em competições de alto-rendimento; b) Na inclusão, reabilitação e socialização destas, por meio do esporte; c) Na organização e participação em competição do esporte escolar e universitário [...] (Brasil, 2024).

Poucos anos depois, a Lei nº 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé, instituiu as normas gerais sobre esporte. No que se refere ao esporte paralímpico, estabeleceu em seu art. 7º, inciso VIII, a destinação de recursos para "apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência". Além disso, o art. 14 incluiu o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e as entidades nacionais de administração do esporte ou prática do esporte a eles filiadas ou vinculadas como integrantes do subsistema específico do Sistema Nacional do Esporte.

A Lei nº 10.098/2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclui também disposições sobre esporte e lazer com a finalidade de garantir que as pessoas com deficiência tenham condições adequadas para usufruir desses espaços de maneira plena e igualitária. No ano seguinte foi sancionada a Lei Agnelo Piva (Lei nº 10.264/2001), de grande importância para o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil, haja vista que estabeleceu o repasse de parte da arrecadação das loterias federais para os Comitês Olímpico e Paralímpico.

Em 2002 foi criado o Conselho Nacional do Esporte (CNE), órgão colegiado de assessoria direta ao(à) Ministro(a) do Esporte. Entre suas competências, estabelecidas no art. 3º, destacam-se: "[...] III - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas de inserção social dos menos favorecidos à prática desportiva; [...] IX - dar apoio a projetos que democratizam o acesso da população à atividade física e práticas desportivas; [...]" (BRASIL, 2002). Posteriormente, esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 7.984/2013, que, entre diversas modificações, alterou a redação do inciso III do art. 3º, passando a ser: "III - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas de inclusão social através do esporte; [...]" (Brasil, 2013).

Atualmente o CNE é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, vinculado ao órgão do Poder Executivo federal com competência na área do esporte e integrante

do Sistema Brasileiro de Desporto (A partir da Lei nº 14.597/2023 passa a se chamar SINESP - Sistema Nacional do Esporte). Tendo por objetivo "buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população e a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional", consoante nova redação dada pelo Decreto nº 11.010/2022 ao art. 9º caput e parágrafo único, do Decreto nº 7.984/2013.

No início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi unificado o Ministério do Esporte ao do Turismo até que, em 2003, no início do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu a separação das pastas criando um exclusivo Ministério do Esporte. De acordo com Pintos e Perim: "A partir de sua criação, até 2012, já no governo Dilma, o orçamento da pasta teve crescimento exponencial para investimento nos programas de esporte educacional, lazer e inclusão social, além de contar com outras iniciativas governamentais importantes [...]" (Brasil, 2013, p. 143).

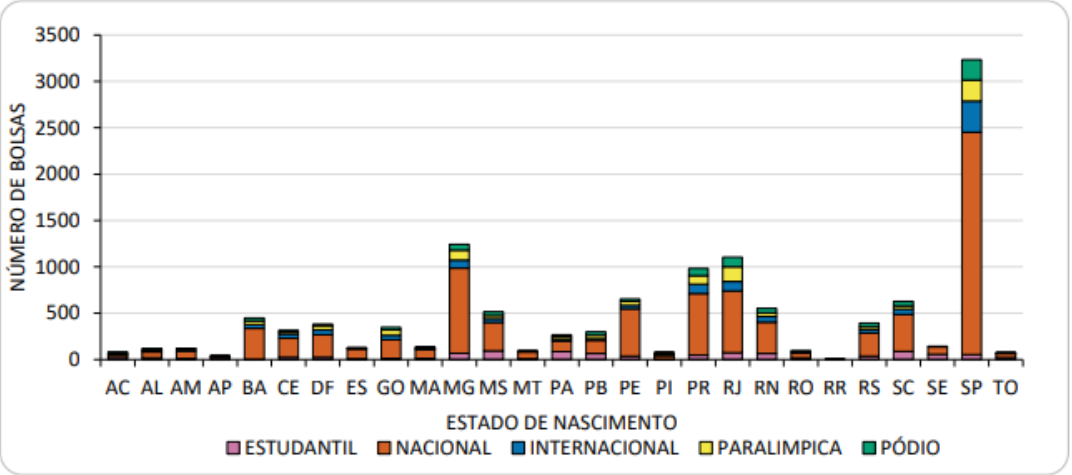
Ainda no ano de 2003 foi instituído o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), com a finalidade de democratizar o lazer e o esporte recreativo no Brasil, dedicando-se a proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer. Esse Programa, de acordo com as autoras acima mencionadas, era executado pelo Ministério do Esporte em cooperação com Estados, Municípios, instituições de ensino superior e outros até o ano de 2015, quando encerrou sua vigência (Brasil, 2003).

Outro importante marco para a efetivação do esporte, como direito social fundamental de todas as pessoas, foi a aprovação da Lei nº 10.891/2004, que ficou conhecida como Bolsa Atleta. De acordo com o art. 1º, §1º, essa bolsa consiste no pagamento de valores mensais em favor dos atletas praticantes do esporte de rendimento tanto nas modalidades olímpicas quanto paralímpicas. É importante citar que referida Lei foi posteriormente alterada pela Lei nº 12.395/2011 que ajustou o Programa Bolsa Atleta e estabeleceu novas categorias. Ademais, recentemente a Lei nº 14.597/2023 que instituiu a Lei Geral do Esporte revogou a Lei da Bolsa Atleta. Não porque a bolsa deixou de existir, mas porque a nova lei incorporou seu conteúdo com algumas alterações.

Ainda sobre a Bolsa Atleta, de acordo com o Relatório de análise do Programa Bolsa Atleta no Paradesporto 2010-2022, conforme o Gráfico 1, que distribui o número de bolsas por Estado brasileiro e categoria, é possível observar uma concentração significativa de bolsas na região Sudeste. Enquanto isso, o Estado de Mato Grosso encontra-se entre os Estados com menor quantidade de bolsas. Essas realidades totalmente opostas certamente podem estar

relacionadas a maior concentração de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e suporte ao desenvolvimento esportivo nas regiões que apresentaram maior quantidade de bolsas. O Gráfico 1 mostra essa distribuição.

Gráfico 1 – Distribuição de bolsas por Estado Brasileiro e categoria



Fonte: Relatório de análise do Programa Bolsa Atleta no Paradesporto 2010-2022. Paradesporto Brasil + Acessível, 2022.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): O gráfico exibe o número de bolsas do Programa Bolsa Atleta distribuídas pelos estados brasileiros, considerando as categorias "Estudantil", "Nacional", "Internacional", "Paralímpica" e "Pódio". Cada coluna representa um estado, e os núcleos segmentam em diferentes categorias. Observa-se uma concentração maior de bolsas nos estados do Sudeste, especialmente em **São Paulo** (com 3.235 bolsas), seguida por **Minas Gerais** (1.241 bolsas) e **Rio de Janeiro** (1.104 bolsas). Os estados das regiões norte e centro-oeste apresentam menos bolsas concedidas, refletindo um possível desafio de distribuição de incentivos esportivos nessas áreas.

A Lei nº 11.438/2006, também conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte, representa um marco na promoção de atividades esportivas no Brasil ao estabelecer incentivos fiscais que visam estimular o investimento privado em projetos esportivos. Cuja legislação permite que pessoas físicas e jurídicas destinem parte do seu Imposto de Renda devido, via patrocínio ou doação, ao financiamento de projetos desportivos e paradesportivos, educacional, participação ou rendimento, previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Brasil, 2006).

Neste resgate histórico, que busca sistematizar o percurso dos principais acontecimentos e instrumentos legais que contribuíram para o fomento e a efetivação de políticas públicas voltadas ao esporte, avançamos para o ano de 2015 a fim de destacar a importância da Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei não representa apenas um avanço substancial na afirmação dos direitos das pessoas com deficiência, mas também reforça, em seu artigo 42, a garantia do

direito fundamental ao esporte, consolidando-o como dimensão essencial para a plena inclusão social e o desenvolvimento humano (Brasil, 2015).

O ano de 2016 foi marcante para a história do Esporte Olímpico e Paralímpico no Brasil. Isso porque, aconteceram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro, o que colocou o Brasil em destaque no cenário internacional, haja vista ser o primeiro país da América Latina a sediar esses jogos. Os Jogos Paralímpicos do Rio fortaleceram internamente o movimento paralímpico, principalmente pelo número de medalhas conquistadas pelo país, tendo alcançado a 8ª posição em número de medalhas e pelo grande público que atraiu.

Logo após, o Comitê Paralímpico Brasileiro elaborou e divulgou seu Plano Estratégico 2017-2024, estabelecendo os objetivos e metas a serem alcançadas durante os dois ciclos paralímpicos seguintes. Entre esses objetivos, foi previsto implementar e apoiar 20 centros de referência esportiva até o ano de 2024; Capacitação de profissionais que atuam em diferentes especializações e segmentos do esporte voltado para crianças, jovens e adultos com deficiência e de professores de educação física da rede pública de ensino de todo o país, entre outros.

Dando sequência na sistematização, verificamos que a sanção da Lei nº 13.756/2018 trouxe alterações importantes no destino de recursos provenientes da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para o financiamento de diversas áreas, dentre elas o Esporte.

> Art. 16. O produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos será destinado da seguinte forma: (...). e) 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento) para a área do desporto, por meio da seguinte decomposição: 1. 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para o Ministério do Esporte; 2. 0,5% (cinco décimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); 2. 0,46% (quarenta e seis centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC); (Redação dada pela Lei nº 14.294, de 2022). 3. 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) para a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE); e 4. 0,11% (onze centésimos por cento) para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU); 5. 0,04% (quatro centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); (Incluído pela Lei nº 14.294, de 2022) f) 1,73% (um inteiro e setenta e três centésimos por cento) para o COB; g) 0,96% (noventa e seis centésimos por cento) para o CPB (Brasil, 2018).

Representou um importante aporte financeiro para o custeio do esporte e do paraesporte no Brasil. A referida lei especificou que tais recursos devem ser aplicados, de forma exclusiva e integral, em programas e projetos voltados ao fomento, desenvolvimento e manutenção do esporte, à formação de recursos humanos, à preparação técnica, ao apoio aos atletas, à participação em competições e ao custeio de despesas administrativas.

Após aproximadamente 7 anos de tramitação, o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, sancionou em 14 de junho a Lei nº 14.597/2023, conhecida como Lei Geral do Esporte (LGE). Recebeu essa nomenclatura por incorporar, entre suas inovações, dispositivos de outras legislações relativas ao esporte, constituindo uma única norma esportiva. Assim, o Sistema Nacional do Desporto passou a ser denominado Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), destinado ao planejamento, formulação, execução e avaliação de políticas públicas, programas e ações voltadas ao esporte em todas as esferas governamentais (Brasil, 2023).

Além disso, a lei afirma que o esporte possui elevado interesse social e que, portanto, sua exploração e gestão devem obedecer aos princípios da transparência financeira, da moralidade na gestão esportiva e da responsabilidade social de seus dirigentes. Também assegura a isonomia nos valores pagos a atletas e paratletas, homens e mulheres, nas premiações concedidas em competições que organizarem ou das quais participarem; prevê a adoção de medidas necessárias para erradicar ou reduzir manifestações antiesportivas, como violência, corrupção, racismo, xenofobia, homofobia, sexismo e outras formas de discriminação, bem como o uso de substâncias ilegais e a dopagem; e estabelece a promoção de mecanismos de monitoramento para prevenir e controlar a manipulação de resultados esportivos, entre outros (Brasil, 2023).

A Lei Geral do Esporte é bastante extensa, pois possui mais de 200 artigos. Apesar de sua importância não é objeto desta pesquisa sua análise mais minuciosa, bastando-nos destacar além dos pontos acima mencionados, que reafirma que todos(as) têm direito à prática esportiva em suas múltiplas e variadas manifestações. Dado seu caráter de interesse público geral, é obrigação do Estado a promoção, o fomento e o desenvolvimento de atividades físicas para todos, como direito social, notadamente às pessoas com deficiência e às pessoas em vulnerabilidade social (Brasil, 2023).

Recentemente, nas Paralimpíadas de Paris 2024, a delegação brasileira alcançou o feito histórico de 89 medalhas, consagrando-se entre as 5 maiores potências em Jogos Paralímpicos. Esse feito reforça o desenvolvimento do esporte paralímpico no país e a capacidade dos atletas com deficiência de competirem em alto nível. Apesar disso, não recebeu o mesmo destaque e cobertura das mídias nacionais que os Jogos Olímpicos, revelando assim uma disparidade preocupante.

Nesse contexto, Kolotouchkina *et al.* (2021) destacam que:

> Com poucas exceções, a visibilidade midiática e a representação das pessoas com deficiência ainda são escassas. Elas mostram-se tendenciosas e ancoradas em estigmas, distorcendo sua imagem e dificultando sua plena participação social. O

> esporte paralímpico é uma das esferas sociais onde o desafio de uma representação objetiva da deficiência se torna particularmente importante, devido à crescente atenção televisiva dada aos Jogos Paralímpicos como evento esportivo global e à persistência de certos estereótipos na representação midiática de atletas com deficiência (Kolotouchkina *et al.*, 2021, p. 1, tradução nossa).

Diante dessa problemática, os autores argumentam que a efetiva inclusão das pessoas com deficiência na esfera pública requer uma cobertura midiática objetiva, livre de generalizações e estigmas. Como caminhos práticos para essa transformação, o estudo sugere ampliar a presença de atletas e ex-atletas com deficiência no papel de comentaristas nas transmissões esportivas, além de incorporar a consultoria de pessoas com deficiência na produção e elaboração de conteúdos jornalísticos.

Nota-se que a espetacularização midiática do esporte paralímpico contribui para invisibilizar desigualdades e falhas estruturais da sociedade. Ao enfatizar excessivamente a tecnologia ou construir narrativas de "superação heróica", a cobertura jornalística desvia o foco do que realmente importa: a falta de acessibilidade urbana, a escassez de políticas públicas e o preconceito velado. Nesse sentido, a inclusão de profissionais com deficiência tanto nos bastidores quanto nas transmissões pode garantir que o esporte seja compreendido como direito e como prática de alto rendimento, e não como um espetáculo de caridade ou curiosidade tecnológica. Desse modo, ainda que tenham conquistado maior espaço ao longo do tempo em diferentes cenários, entre eles o paradesportivo, os direitos das pessoas com deficiência continuam a demandar ampla visibilidade.

Conforme explanado por Seron, et al, (2021):

> Apesar de sua história já datar de mais de um século, o esporte para pessoas com deficiência tem experimentado nos últimos 20 anos mudanças profundas nas suas concepções e na forma como é reconhecido pela sociedade em todo o mundo. Essas mudanças, da mesma forma que aumentam a visibilidade desse segmento esportivo, trazem novas perspectivas para atletas com deficiência, ampliando suas possibilidades de participação (Seron, et al, 2021, p. 11).

Nesse cenário, torna-se imprescindível avançar para a discussão sobre inclusão e pertencimento, elementos que reforçam a centralidade do esporte como direito. Dentro do contexto estudado, observa-se que a inclusão social das pessoas com deficiência tem ganhado crescente destaque nas esferas acadêmicas, políticas e jurídicas, especialmente no que se refere à garantia de seus direitos fundamentais e à promoção de sua participação ativa em todos os âmbitos da vida em sociedade.

Contudo, apesar dos avanços legais e institucionais, persistem desafios relacionados à acessibilidade, ao preconceito e à efetividade das políticas públicas voltadas à participação dessas pessoas nas atividades esportivas.

Sassaki (2003, p. 41) expõe que a inclusão é "o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, de fato e de direito, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade". Apesar dos avanços tanto nas legislações quanto na percepção social sobre a inclusão, ainda há necessidade de maior implementação de medidas voltadas às pessoas com deficiência. Essa compreensão caminha lado a lado com a busca por equidade, preocupação cada vez mais presente no cenário mundial, conforme apontam Tanaka e Manzini (2005):

> Para que uma sociedade se torne mais justa e igualitária é necessário que se promova a inclusão das pessoas que são excluídas do processo social, e desse grupo fazem parte as pessoas com deficiência. Essa é uma preocupação cada vez mais crescente no cenário da sociedade de um modo geral, desde a aprovação da Declaração de Salamanca, em 1994 e, frequentemente, faz parte do discurso daqueles que lutam em prol à pessoa com deficiência. Tal documento consolidou o direito de igualdade de participação dessa população nos sistemas educacionais e sociais, independente das diferenças existentes (Tanaka; Manzini, 2005, p. 19).

Conforme observado no recorte de Tanaka e Manzini (2005), a busca pela igualdade de participação não se restringe às salas de aula, estendendo-se de forma indissociável às práticas corporais e desportivas. O esporte, portanto, deixa de ser compreendido apenas como atividade de lazer ou reabilitação e passa a ser reconhecido como direito social legítimo, essencial para a consolidação do ideal de justiça discutido desde a década de 1990. Contudo, transpor as barreiras humanitárias e legais previstas em documentos como a Declaração de Salamanca para o cotidiano das quadras, pistas e clubes brasileiros ainda exige superar obstáculos estruturais e atitudinais que, historicamente, insistem em perpetuar a exclusão.

Diante disso, constata-se que a superação desses entraves exige mais do que reformas institucionais, demanda uma virada paradigmática fundamentada nas Epistemologias do Sul, conforme propõem Santos e Meneses (2010). Para os autores, a verdadeira justiça social é indissociável da justiça cognitiva, o que significa que a inclusão plena das pessoas com deficiência no universo desportivo só se consolidará quando suas vivências, corpos e saberes forem validados como formas legítimas de existência. Assim, o esporte deixa de ser um mero espaço de adaptação mecânica ou de integração assistencialista e passa a ser reconhecido como um território de emancipação política e cultural, essencial para romper com as lógicas históricas de marginalização e invisibilidade (Santos; Meneses, 2010). Essas barreiras, que ainda

persistem no cotidiano esportivo brasileiro, evidenciam a importância de iniciativas normativas e institucionais capazes de promover a inclusão e ampliar o acesso ao esporte.

No âmbito do Estado de Mato Grosso é importante mencionar a Lei nº 11.551/2021 que dispõe sobre o Plano Estadual de Esporte e Lazer. É ela que estabelece as diretrizes do esporte no Estado e tem como objetivo "democratizar práticas esportivas e de lazer para toda a sociedade mato-grossense" (Mato Grosso, 2021). Para tanto, o Estado de Mato Grosso compromete-se em garantir:

> A existência da prática esportiva e de lazer para as comunidades ribeirinhas, quilombolas, do campo, indígenas, bem como para os LGBTQI+, pessoas com deficiência, idosos, crianças, mulheres, negros, e toda e qualquer diferença cultural.que haja práticas esportivas e lazer a todos (Mato Grosso, 2021).

O percurso histórico aqui brevemente sistematizado demonstra que o direito ao esporte está em contínua transformação, uma vez que acompanha a evolução e transformação da sociedade (Korsakas et al, 2021). Além disso, é importante salientar que as normas jurídicas estão em constante transformação porque o direito é dinâmico. Ele acompanha o contexto social, cultural, econômico e político de cada período histórico da sociedade (Bobbio, 1992; Reale, 2002). Isso significa que as normas jurídicas são criadas para atender uma realidade específica e com o passar do tempo, com a transformação dessa realidade, pode ser necessário atualizar ou revogar aquelas normas.

Por outro lado, enquanto tais normas estão vigentes, a sociedade tem a garantia desses direitos, podendo (e devendo) cobrar dos gestores públicos sua implementação. Trata-se do princípio da Segurança jurídica, assegurado no art. 5º, XXXVI, CF. Esse princípio visa assegurar que as pessoas possam confiar na ordem jurídica, sabendo que as leis não serão mudadas de forma abrupta sem observância do processo legislativo e que seus direitos serão (ao menos em tese) respeitados e protegidos enquanto vigentes no ordenamento jurídico. Nesse sentido, de acordo com Korsakas et al. (2021, p. 665-666): "Uma vez instituído em texto normativo (Constituição, leis…), o conjunto de normas que determinam direitos podem estabilizar o que os indivíduos devem esperar - e reivindicar - do seu meio social e do Estado, como garantidor último dos direitos sociais".

Convém, porém, salientar que apesar do extenso arcabouço jurídico (internacional, nacional e estadual apresentado neste trabalho) protegendo o esporte como direito social fundamental, sua efetivação de maneira ampla e irrestrita ainda depende do compromisso dos gestores públicos, da participação cidadã ativa acompanhando e cobrando a implementação das

políticas públicas. Segundo Korsakas et al (2021, p. 678) “Participação esta que guarda potencial de retroalimentar as demandas por programas, equipamentos e, também, por condições adjacentes necessárias para usufruírem deste direito como acessibilidade universal [...]”.

Nesse sentido, também Gentil:

> Isto é, as políticas públicas não podem ser consideradas sob o enfoque de uma ação de mão única, como se os dirigentes de uma nação agissem de acordo com princípios de comunidade, de solidariedade ou reconhecessem os direitos sociais de todos os cidadãos e soberanamente decidissem e organizassem a vida social. Uma política costuma ser planejada e executada em reação a movimentos da sociedade civil ou concomitante a eles. Na maioria das vezes acaba constituindo-se em uma mediação de interesses divergentes e retratando as tensões da qual foi fruto [...] (Gentil, 2019, p. 53).

Na prática, as pessoas com deficiência continuam enfrentando inúmeras barreiras que dificultam ou mesmo impedem o exercício e usufruto de seus direitos em igualdade de condições. Para Bandeira de Mello (2004, p. 30): “A igualdade jurídica, entendida em seu sentido meramente formal, não basta. O reconhecimento das desigualdades de fato impõe medidas que visem a neutralizá-las, buscando assim a igualdade material”. Nesse sentido, também ensina Bobbio (1992, p. 60) que “a transição da igualdade formal para a igualdade material é a passagem de uma justiça meramente legal para uma justiça social, que implica na eliminação das desigualdades econômicas e sociais”.

Bom, então podemos concluir que se já temos as normas jurídicas garantindo o direito social fundamental ao esporte para todas as pessoas, ao serem implementadas políticas públicas esportivas, garantimos, desta forma, a igualdade material e, consequentemente, a redução das injustiças sociais, a promoção da igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, certo? Infelizmente a resposta é que provavelmente ainda não!

Para que as políticas públicas ofereçam respostas adequadas às demandas sociais, os gestores públicos precisam conhecer a necessidade da população. Além disso, de acordo com Gutierrez (2013) é preciso conhecer as potencialidades e as vocações do setor esportivo de cada região, os gargalos estruturais, quais programas e projetos já foram desenvolvidos, quais foram seus resultados, mas também conhecer as potencialidades. Segundo ele, “é preciso superar a perspectiva ingênua de que, simplesmente colocando dinheiro público em entidades e projetos de esporte, estaremos promovendo a cidadania, a saúde, a educação e a cultura da paz” (Gutierrez, 2013, p. 104).

Ainda de acordo com Gutierrez (2013), os gestores públicos precisam comprometer-se em registrar e sistematizar suas ações para construir uma memória que não seja apagada a cada nova eleição. Para ele as Universidades podem ser parceiras nesse processo, mas para isso é preciso fomentar a pesquisa universitária, constituir redes de pesquisa, linhas de investigação, acumular conhecimento e constituir acervo em área de interesse para as políticas públicas do Estado. Sendo esse um dos objetivos do presente trabalho.

3 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Inicialmente, será apresentada a área de estudo, situando o contexto em que a pesquisa se insere. Em seguida, será descrito o delineamento da pesquisa, explicitando o tipo de abordagem adotada. Na sequência, o tópico destinado aos sujeitos da pesquisa trará a caracterização das pessoas envolvidas. Além disso, serão detalhadas as metodologias correspondentes a cada objetivo, contemplando os procedimentos de coleta, análise e interpretação dos dados, bem como o contexto institucional no qual se desenvolve o projeto, representado pelo Centro de Referência Paralímpico da Universidade do Estado de Mato Grosso.

3.1 Área de estudo

Metodologicamente, a pesquisa delimita-se geograficamente ao município de Cáceres/MT, região estrategicamente posicionada a cerca de 220 km da capital Cuiabá, é caracterizada por sua relevância logística e comercial na faixa de fronteira com a Bolívia e o Paraguai (Siqueira, 2012). O objeto central de investigação nesse território é o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da Universidade do Estado de Mato Grosso (CRPB-UNEMAT).

A escolha por esta unidade justifica-se por sua relevância social e institucional, uma vez que o projeto, viabilizado por meio da cooperação entre a UNEMAT, Campus de Cáceres/MT, e o Comitê Paralímpico Brasileiro, constitui um polo de democratização do esporte adaptado e de desenvolvimento social, configurando-se simultaneamente como espaço de fomento à pesquisa, extensão e inovação no campo do paradesporto.

Diante desse cenário, a compreensão da realidade demográfica e socioeconômica de Cáceres torna-se fundamental para dimensionar o impacto social do CRPB-UNEMAT. Conforme os dados oficiais do Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município conta com uma população de 89.478 habitantes. Sob a ótica socioeconômica, a localidade apresenta desafios estruturais históricos, com parcela expressiva de seus domicílios sobrevivendo com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo (IBGE, 2022).

Essa expressiva faixa de baixa renda, somada à condição geográfica de fronteira seca, acentua os fatores de vulnerabilidade social de crianças e jovens locais, expondo-os de forma mais severa a riscos como o tráfico de entorpecentes, a evasão escolar e diferentes matrizes de violência urbana. Nesse contexto, a oferta de políticas públicas integradas que unam o esporte e a educação a exemplo do paradesporto deixa de ser uma mera ação de inclusão e passa a figurar como uma estratégia crucial de proteção e emancipação social, capaz de afastar a juventude dessas situações de risco.

Portanto, a relevância social da pesquisa justifica-se pelo potencial de transformar realidades historicamente marcadas pela exclusão, pelo preconceito e pela ausência de oportunidades inclusivas. No plano acadêmico, contribui para o aprofundamento das discussões sobre direitos da pessoa com deficiência, direito ao esporte e avaliação de impacto social, articulando esses referenciais ao modelo bioecológico do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner, que permite analisar as interações entre sujeitos, instituições e políticas públicas em diferentes níveis (microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema). No plano institucional, reforça o papel da universidade pública como agente estratégico de produção de conhecimento, de inovação e de inclusão social.

Destacamos que, ao aliar a Avaliação de Impacto Social adotamos uma visão sistêmica-ecológica, adotamos uma análise centrada não apenas no sujeito, e sim, uma perspectiva contextual buscando compreender como esses aspectos se dão em múltiplos níveis contextuais, desde as relações mais próximas do sujeito até os sistemas sociais, institucionais e culturais mais amplos, evidenciando as interações entre indivíduo, ambiente e sociedade.

3.2 Delineamento da Pesquisa

Esta pesquisa está inserida no Projeto de Pesquisa “O percurso de desenvolvimento de jovens em programa extracurricular de participação esportiva”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNEMAT), sob o CAAE nº 55839321.7.0000.5166 e Parecer nº 5.356.680. Essas ações originam-se no Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Esporte e Exercício Físico (CIPEEF), que reúne grupos de pesquisa e projetos institucionais de extensão destinados a utilizar o esporte como ferramenta de desenvolvimento humano, fortalecendo a formação acadêmica, a produção de conhecimento e o compromisso social da universidade. Além disso, a investigação está vinculada à linha de pesquisa ‘Formação de Professores, Políticas e Práticas

Pedagógicas' do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEDU/UNEMAT), ampliando o diálogo entre Universidade-Escola-Sociedade ao eleger o CRPB-UNEMAT como locus de estudo.

Para a consecução de cada um dos objetivos propostos, estabelece-se a articulação entre as metas e os caminhos metodológicos a seguir:

Para alcançar o primeiro objetivo específico, que consiste em *analisar as experiências vividas pelas famílias e alunos antes do ingresso no projeto*, utilizaram-se como caminhos a análise documental (mapeamento do perfil inicial e histórico de prontuários) e as narrativas retrospectivas obtidas durante os grupos focais com os familiares, permitindo resgatar o panorama de (não) participação esportiva escolar e social anterior à matrícula no CRPB.

Para o alcance do segundo objetivo específico, voltado a *compreender a experiência no âmbito do CRPB-UNEMAT e os processos de inclusão proporcionados*, o caminho percorrido envolveu a imersão da pesquisadora em campo por meio da inserção ecológica de longa duração (dois anos). Esse processo viabilizou o acompanhamento direto de treinos, viagens, eventos e interações cotidianas, sistematicamente registrados em diário de campo e complementados pelas percepções dos pais nos grupos focais.

Para o terceiro objetivo específico que se refere a *identificar as mudanças percebidas no desenvolvimento físico-motor, emocional, cognitivo e social dos alunos*, cruzaram-se os dados da observação participante (inserção ecológica) com os depoimentos estruturados nos grupos focais. Os relatos das famílias forneceram a base para identificar os reflexos longitudinais das práticas esportivas adaptadas no comportamento, na autonomia e no bem-estar multidimensional dos discentes.

Para o quarto objetivo específico, que consistiu em *avaliar a percepção geral das famílias sobre a iniciativa e seus reflexos na comunidade*, o principal caminho foi a realização e posterior análise de conteúdo dos três grupos focais aplicados junto aos pais e responsáveis, colhendo indicadores qualitativos sobre o impacto social do CRPB na comunidade e na rede macroestrutural de apoio ao paradesporto.

Assim, esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, haja vista que se dedica a compreender a perspectiva das pessoas pesquisadas sobre os fenômenos que as rodeiam, suas experiências vivenciadas, pontos de vista, opiniões e significados (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Essa abordagem metodológica valoriza a interpretação subjetiva dos dados, reconhecendo a complexidade e a singularidade de cada experiência individual, bem como o contexto em que estão inseridas. A opção por essa dinâmica qualitativa e participativa assume,

por excelência, um caráter emancipatório (Lima, 2008), visto que retira os familiares da condição de meros "fornecedores de informação" (Dias Sobrinho, 2005) e os eleva à categoria de sujeitos coprotagonistas da pesquisa, cujas vozes buscam impulsionar transformações reais na dinâmica biopsicossocial local.

Ademais, a análise documental na qual pautou-se esta pesquisa envolveu consulta à tratados internacionais, legislação nacional e estadual relacionados aos direitos da pessoa com deficiência e ao direito ao esporte; bem como análise da base de dados do IBGE, do Estatuto do Comitê Paralímpico Brasileiro e documentos do processo de implantação do CRPB, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em Cáceres-MT.

Esta pesquisa também pautou-se em literatura teórica relacionada aos direitos da pessoa com deficiência, o direito ao esporte, avaliação de impacto social e modelo bioecológico do desenvolvimento humano; bem como, paralelamente, buscou na literatura metodológica orientação sobre como realizar a pesquisa e utilizar os métodos escolhidos (Flick, 2009), conforme exemplificado na Quadro 1.

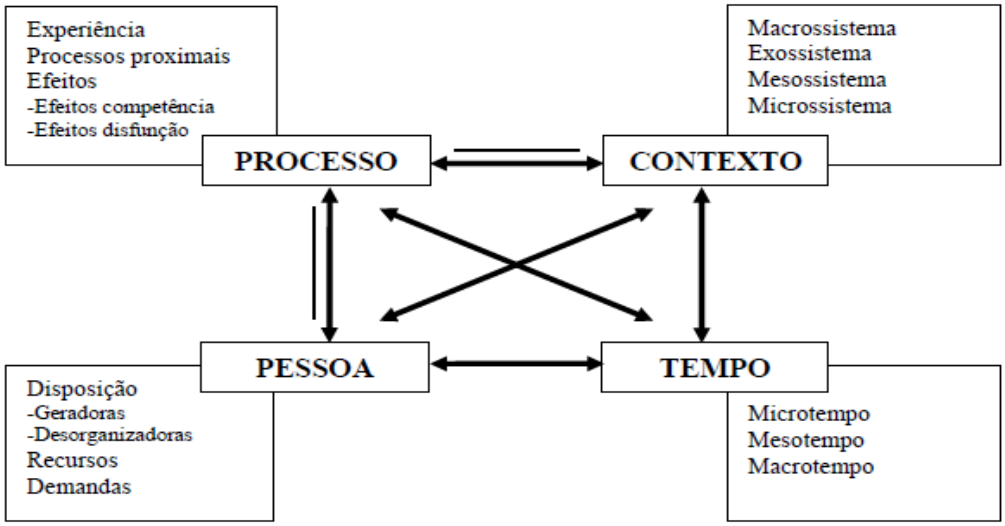
Quadro 1 - Organização das fontes de dados primárias e secundárias

Fontes de informações primárias:	**Fontes de informações secundárias:**
- Alunos(as) do projeto e seus responsáveis legais; professores(as), coordenador do CRPB da UNEMAT e a própria pesquisadora, entre outras fontes.	- Artigos, dissertações, teses, livros, legislações, estatutos, timeline da rede social do CRPB da UNEMAT, entre outras fontes.

Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

Este estudo ancora-se no Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, formulado por Urie Bronfenbrenner (2002), o qual oferece um arcabouço teórico rigoroso para a análise das interações humanas em seus diferentes ecossistemas. A premissa central desse modelo reside na articulação sistêmica entre quatro núcleos inter-relacionados denominado sistema PPCT (Pessoa, Processo, Contexto e Tempo), demonstrando que o desenvolvimento não ocorre de forma isolada, mas sim por meio de conexões contínuas e contextuais. A estrutura e as características de cada um desses quatro pilares encontram-se apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Representação do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner



Fonte: Reverdito (2016) .

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem apresenta o Modelo Bioecológico de Desenvolvimento Humano, estruturado em quatro dimensões que são a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo, sem camadas concêntricas ou divisões, mas interligadas por setas duplas para representar a interação dinâmica entre cada uma delas.

Na prática desta investigação, os procedimentos de coleta e análise de dados foram estruturados a partir das quatro dimensões do modelo PPCT:

Pessoa: Investigou-se o perfil dos 54 alunos por meio do levantamento censitário das fichas de matrícula e dos relatos obtidos nos grupos focais. Esse procedimento permitiu o mapeamento de variáveis como idade, tipo de deficiência diagnóstica e sexo biológico, além de reconstituir o histórico de (não) participação esportiva prévia desses sujeitos.

Processo: Examinaram-se os processos proximais por meio da inserção ecológica diária no campo, acompanhando-se as aulas e as sessões de treino. Essa imersão de longo prazo viabilizou a captação das interações recíprocas, do engajamento ativo dos alunos, da mediação pedagógica dos professores(as) e, complementarmente, da dinâmica de comunicação estabelecida no grupo institucional do aplicativo WhatsApp.

Contexto: Analisou-se a realidade pesquisada de forma ampliada e integrada, articulando-se o microssistema (o cotidiano das aulas no CRPB), o mesossistema (a relação família-projeto evidenciada a partir dos grupos focais), o exossistema (as decisões de fomento e suporte do Comitê Paralímpico Brasileiro) e o macrossistema (as barreiras estruturais e a luta anticapacitista presentes na sociedade).

Tempo: Considerou-se a dimensão temporal de maneira longitudinal ao longo dos dois anos de permanência contínua no campo de estudo. Esse acompanhamento estendido permitiu registrar as transformações desenvolvimentais, a regularidade das práticas esportivas e o impacto cumulativo das ações do projeto na vida dos participantes e de seus núcleos familiares.

Para legitimar a adequação dessa estrutura ao ambiente avaliado, Reverdito argumenta que: "Assim, os efeitos gerados passam a ser avaliados enquanto função de um processo dentro de um sistema autêntico, com foco nas formas particulares de interações que emergem do processo-pessoa-contexto-tempo, atribuindo validade aos dados" (Reverdito, 2016, p. 39). Para Bronfenbrenner (2002, p. 14) "Afirmar que o desenvolvimento humano é um produto da interação entre o organismo em crescimento e seu meio ambiente é afirmar o que é quase um lugar-comum na ciência comportamental.". O autor observa, contudo, que embora se reconheça a influência recíproca entre a pessoa e o ambiente, as teorias e pesquisas dedicam especial atenção às características da pessoa, relegando para o segundo plano o contexto em que ela está inserida. Assim sustenta que:

> Desenvolvimento humano exige mais do que a observação direta do comportamento por parte de uma ou duas pessoas no mesmo local; ele requer o exame de sistemas de interação de múltiplas pessoas, não limitado a um único ambiente, e deve levar em conta aspectos do meio ambiente além da situação imediata que contém o sujeito (...) (Bronfenbrenner, 2002, p. 18).

Nesse modelo, o contexto não é analisado a partir de um único ou ocasional ato, mas sim de um processo de interação recíproca, progressivamente mais complexo, entre as pessoas, símbolos e objetos presentes desde o ambiente mais imediato ao mediato. Essas interações são denominadas de processos proximais (Bronfenbrenner, 2002). O autor destaca que para ocorrer esse processo proximal, é preciso coadunar cinco aspectos, quais sejam: 1) A pessoa precisa estar engajada em uma atividade; 2) Regularidade, durante um período estendido; 3) Atividades progressivamente mais complexas; 4) Reciprocidade, Afetividade e equilíbrio de poder nas relações e 5). Os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a exploração, manipulação e imaginação da pessoa.

Ressalta-se que, dada a abrangência do tema sobre o impacto social do Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da UNEMAT e a complexidade das interações entre os diversos contextos sociais, institucionais e individuais, fez-se necessário delimitar o escopo desta dissertação. Esta delimitação visa garantir uma análise detalhada e precisa, levando em consideração o tempo e os recursos disponíveis para a pesquisa. O objetivo não consiste em

esgotar todas as possibilidades de análise, mas focar em aspectos específicos que possibilitem uma investigação aprofundada e alinhada aos objetivos propostos.

Dessa forma, esta pesquisa concentra-se em compreender em que medida e em que forma o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da Universidade do Estado de Mato Grosso (CRPB-UNEMAT), localizado em Cáceres/MT, impacta na vida de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, bem como suas famílias e a comunidade local. A escolha desse recorte teórico e geográfico oferece uma abordagem contextualizada e profunda, reforçando, contudo, a importância da análise de outros fatores que, apesar de relevantes, podem ser objeto de estudos futuros.

Em relação à análise contextual, foram reunidos indicadores do impacto social do Centro de Referência Paralímpico Brasileiro em Cáceres-MT na comunidade, abrangendo desde o microssistema institucional, que corresponde ao ambiente da prática esportiva, até o macrossistema das políticas públicas de acesso da pessoa com deficiência ao esporte. Consoante Bronfenbrenner (2002, p. 18), 'o meio ambiente definido como relevante para os processos desenvolvimentais não se limita a um ambiente único, imediato, mas inclui as interconexões entre esses ambientes, assim como as influências externas oriundas de meios mais amplos'. Essa perspectiva amplia a compreensão da análise, articulando diferentes níveis de influência sobre o desenvolvimento humano e social.

Com o resultado da avaliação do impacto social do CRPB da Universidade do Estado de Mato Grosso, espera-se ser possível com base nos dados sólidos obtidos, auxiliar gestores(as) públicos na elaboração de políticas públicas esportivas e ações afirmativas para pessoas com deficiência e buscar mais financiamento externo para investir nessa área no Município de Cáceres-MT e toda a região.

Nessa direção, Guba e Lincoln (2011, p. 61) destacam que 'a avaliação é uma forma de investigação cujo produto final é uma informação. Informação é poder, e a avaliação tem poder'. Tal afirmação reforça a relevância da produção de conhecimento como instrumento de transformação social. De acordo com o referencial metodológico de Sampieri, Collado e Lucio (2013), o ponto de partida de uma pesquisa qualitativa é a presença do pesquisador no contexto.

De forma complementar, Koller, Paludo e Morais apontam que:

> O contexto tem como princípio elucidar não somente os sistemas simbólicos e complexos, mas também elementos quase imperceptíveis de observação de crenças que acompanham os gestos, os mais cotidianos e quase invisíveis. Isto significa explorar metodicamente e em todas as direções os elementos que compõem a cena estudada (Koller; Paludo; Morais, 2016, p. 31).

A imersão da pesquisadora no campo constituiu-se em eixo metodológico central desta investigação e método desta investigação, à medida que possibilitou uma compreensão aprofundada das dinâmicas internas do contexto estudado. Essa abordagem, fundamentada no referencial bioecológico (Bronfenbrenner, 1999) e ancorada na inserção ecológica (Ceconello; Koller, 2016), viabilizou interações significativas e proximidade com as crianças, adolescentes, jovens e seus familiares e/ou responsáveis legais; bem como com os professores(as) e demais profissionais que fazem parte do CRPB em Cáceres/MT. Essa aproximação favoreceu a construção de processos próximos baseados na confiança na pesquisadora/ observadora, permitindo captar nuances e detalhes que enriqueceram a análise dos sujeitos e contexto desta pesquisa. Assim, a inserção ecológica não apenas ampliou a validade e a riqueza interpretativa da pesquisa, como também reafirmou o compromisso ético e científico de reconhecer os sujeitos como protagonistas de sua própria história. Nada sobre nós, sem nós!

Durante aproximadamente dois anos a pesquisadora esteve frequentemente envolvida em diversas atividades junto aos sujeitos da pesquisa. Seja acompanhando aulas, coleta de medidas antropométricas, confraternizações, reuniões de pais, torneios internos, festivais paralímpicos, além do acompanhamento de alunos em uma viagem para participação do Meeting Paralímpico Loterias Caixa, em Cuiabá/MT. Acompanhou-se inclusive, a parte comunicativa do grupo institucional no aplicativo WhatsApp, denominado ‘Paralímpico (CRPB-Cáceres)’, onde fazem parte mães/ pais ou responsáveis pelos(as) alunos(as), professores(as) e coordenador do CRPB da UNEMAT. Conforme pode ser demonstrado, essa inserção da pesquisadora não ficou restrita a um único e imediato ambiente, mas perpassou do micro ao macrossistema, conforme explicou Bronfenbrenner:

> Um microssistema é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experenciados pela pessoa em desenvolvimento, num dado ambiente com características físicas e materiais específicas. [...] Um mesossistema inclui as inter-relações entre dois ou mais ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento participa ativamente (tais como, para uma criança, as relações em casa, na escola e com amigos da vizinhança; para um adulto, as relações na família, no trabalho e na vida social). Um mesossistema é, portanto, um sistema de microssistemas. [...] Um exossistema se refere a um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que afetam, ou são afetados, por aquilo que acontece no ambiente contendo a pessoa em desenvolvimento [...] O macrossistema se refere a consistências, na forma e conteúdo de sistemas de ordem inferior (micro-,meso- e exo-) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo, juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências (Bronfenbrenner, 2002, p. 18-21).

Essa conceituação teórica oferece o arcabouço teórico ideal para analisar a complexidade da inserção realizada. Assim, a inserção da pesquisadora, ao transitar entre esses níveis e registrar as interações e influências recíprocas evidenciou a relevância de compreender o fenômeno a partir de uma perspectiva sistêmica e contextualizada.

O uso do diário de campo no processo de inserção ecológica foi primordial, pois nele foram registradas as situações vivenciadas e as percepções da pesquisadora. Dentre as quais destaca-se o envolvimento das famílias dos(as) alunos(as), professores(as), do apoio do Comitê Paralímpico Brasileiro, que tem sido crucial para a estruturação das atividades e para a promoção do esporte paralímpico na região; bem como a própria UNEMAT, como sede do CRPB em Cáceres/MT, a qual atua não apenas como um espaço físico, mas como uma instituição engajada na causa da inclusão social.

A abordagem metodológica desta pesquisa pauta-se na vertente qualitativa, utilizando o grupo focal como técnica central de coleta de dados, visto sua eficácia em capturar as percepções coletivas e as interações sociais compartilhadas (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Sob essa ótica, o grupo focal na pesquisa qualitativa transcende a mera função de coletor de opiniões; constitui-se como um autêntico espaço dialógico capaz de gerar aprendizagem política, além de catalisar interações que revelam conflitos e consensos sobre a realidade institucional local (Caplan, 1990; LIMA, 2008).

Dos participantes, foram inicialmente convidados todos os responsáveis pelos estudantes regularmente matriculados e ativos no CRPB em Cáceres-MT. Desse universo de convites expedidos, não houve recusa de responsáveis. Assim, ao final a pesquisa consolidou-se com a realização de 3 (três) grupos focais independentes, totalizando a participação efetiva de 15 (quinze) familiares, sendo 12 (doze) mães e 3 (três) pais de alunos(as) da instituição. A ausência de recusas e o engajamento integral dos familiares refletem a eficácia de uma etapa rigorosa de sensibilização e busca ativa individualizada junto aos sujeitos, assemelhando-se ao dinâmico "trabalho de formiguinha" defendido por Lima (2008) como essencial no contexto da UNEMAT em Cáceres para romper com o descrédito institucional e garantir a legitimidade da participação qualitativa.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, previamente elaborado e submetido a um processo de validação por especialistas da área. Este instrumento foi composto, majoritariamente, por perguntas abertas de cunho reflexivo, desenhadas para estimular o debate livre acerca do impacto do esporte adaptado na rotina familiar e escolar dos filhos. Conforme destacam Sampieri, Collado e Lucio

(2013, p. 430), “as perguntas e as formas de apresentá-las têm a intenção de que o participante compartilhe sua perspectiva e sua experiência sobre o fenômeno”.

Essa perspectiva dialógica converge com o modelo de investigação qualitativa partilhado por Lima (2008) no cenário da própria UNEMAT. Em consonância com as críticas apontadas na literatura avaliativa da instituição (Lima, 2008), que questionam o uso de abordagens puramente métricas, relatórios densos ou tabelas quantitativas que afastam o participante de sua realidade concreta, optou-se deliberadamente por eixos focados na subjetividade e na narrativa imediata dos sujeitos, evitando vieses tecnicistas que engessam as vivências dos atores sociais.

Para tanto, as questões abertas do roteiro (Apêndice B) foram organizadas em quatro eixos temáticos centrais: (1) o contexto histórico e social do participante anterior ao ingresso no projeto; (2) os fatores de acesso e tomada de decisão da família; (3) a vivência prática e o sentimento de pertencimento no esporte paralímpico; e (4) as transformações biopsicossociais percebidas pelos responsáveis na rotina do participante e na dinâmica familiar.

A logística da organização e a mediação das sessões ocorreram de forma planejada. Antes do início de cada sessão, realizou-se a leitura coletiva e a assinatura individual do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a anuência formal dos participantes, procedeu-se à aplicação do questionário de perfil e, na sequência, aos debates do grupo focal. Os encontros foram registrados integralmente em áudio e vídeo por meio de aparelho celular e gravador digital, sendo os relatos posteriormente transcritos na íntegra e de forma fidedigna.

Para a preservação do anonimato e o rigor ao cumprimento dos preceitos éticos, a identidade dos participantes foi resguardada utilizando-se a designação "Mãe" ou "Pai", seguida por uma numeração cardinal em ordem crescente (ex: Mãe 1, Pai 1), omitindo-se, analogamente, os nomes dos alunos citados ao longo dos depoimentos. Por fim, o encerramento da fase de coleta e a definição do número de grupos foi baseado no critério de saturação teórica, uma vez que, a partir da terceira reunião, os dados apresentaram redundância e convergência temática.

O corpus textual resultante das transcrições foi organizado e submetido à técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), visando à categorização e interpretação das falas para responder ao problema de pesquisa. A organização do corpus e a posterior emergência das categorias analíticas seguiram o princípio de categorização por aproximação semântica e classificação das respostas evidenciadas (Bardin, 2016), técnica igualmente chancelada e

validada em estudos precedentes sobre grupos focais realizados no próprio ambiente institucional de Cáceres (Lima, 2008).

No tocante à compreensão do impacto social, objeto deste trabalho, é preciso esclarecer que ela vai além dos objetivos alcançados e dos efeitos/resultados gerados pelo projeto. Estes consistem em verificar a quantidade de pessoas atendidas, duração, eventos realizados, atividades desenvolvidas e outros aspectos facilmente identificados no plano de trabalho, relatório final e prestação de contas. Já o impacto, consiste em mudanças significativas na vida das pessoas atendidas e da comunidade onde o projeto foi implementado. Para Cohen e Franco:

> Os objetivos, como foi visto oportunamente, constituem a situação (estado desejado) que se pretende atingir com a realização do projeto. Ou seja, se localizam temporalmente antes da realização do projeto e são estabelecidos segundo os valores defendidos por seus idealizadores. Porém, os efeitos constituem resultados das ações consideradas pelo projeto e, portanto, são verificados durante ou depois do mesmo [...] (Cohen; Franco, 2013, p. 91-92).

Nesse sentido, os objetivos são definidos antes do início do projeto e servem como guia para sua execução. Já o impacto, continuam os autores:

> É consequência dos efeitos de um projeto. Neste sentido, expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à população-meta do projeto. O impacto pode ser medido em distintas unidades de análise: a do indivíduo ou grupo familiar, ou em distintos conglomerados societários (comunitário, regional, nacional) (Cohen; Franco, 2013, p. 93-94).

Assim, considerando que o impacto de um projeto raramente decorre de um fator isolado, este trabalho optou por realizar a avaliação do impacto social do Centro de Referência Paralímpico Brasileiro, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, em Cáceres-MT, sob a ótica do modelo bioecológico de desenvolvimento humano proposto por Urie Bronfenbrenner. A escolha deste modelo justifica-se por ser capaz de examinar os efeitos do projeto de forma integrada e contextualizada, evidenciando não apenas os resultados obtidos, mas também os processos e condições que os tornam possíveis ao longo do tempo.

Enquanto as avaliações tradicionais baseadas nas relações lineares de custo-benefício e custo-efetividade mostram-se insuficientes para determinar o alcance da transformação social diante de fenômenos complexos (Reverdito, 2016), a perspectiva bioecológica enfatiza os processos proximais e interações recorrentes, significativas e duradouras entre os sujeitos e seu ambiente. Dessa forma, a escolha deste modelo permite examinar os efeitos do projeto de forma

integrada e contextualizada, evidenciando não apenas os resultados obtidos, mas também os processos e condições que os tornam possíveis ao longo do tempo.

Nesse sentido, segundo Reverdito o (2016):

> [...] os indicadores para avaliação têm sido elaborados e validados a partir dos objetivos específicos das ações e programas, mas eles desconsideram o processo que desencadeou os efeitos, positivos ou negativos, da experiência do(a)s jovens no programa (Reverdito, 2016, p. 26).

Ao analisar essas relações, torna-se possível compreender não apenas "se" houve impacto, mas "como" e "por que" ele se produziu, o que enriquece a avaliação e fornece subsídios mais eficazes para aprimorar políticas públicas e ações afirmativas.

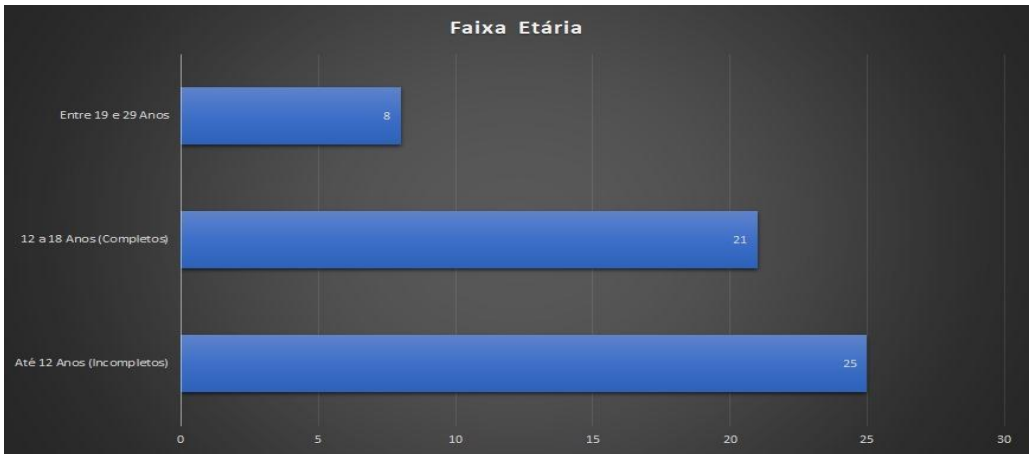
Feitas tais considerações e dada a complexidade do fenômeno social investigado, esta pesquisa adota uma combinação de diversos métodos para alcançar perspectivas complementares e uma compreensão abrangente, profunda e contextualizada. Nesse sentido, segundo Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 18), "uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica".

3.3 Sujeitos da pesquisa

O universo empírico desta investigação constitui-se do conjunto de 54 alunos e alunas com deficiência matriculados e assíduos nas atividades do CRPB-UNEMAT. Visando à sistematização e à melhor compreensão do perfil demográfico dessa população, procedeu-se à estratificação da amostra a partir de critérios etários, subdividindo-a em três grupos principais: infância (25 crianças), adolescência (21 adolescentes) e juventude (8 jovens), dados estes dispostos visualmente no Gráfico 2.

Essa categorização analítica viabiliza um olhar minucioso sobre os dados, considerando que as vivências e as percepções dos sujeitos acerca do acolhimento e das práticas adaptadas são perpassadas diretamente pelas especificidades inerentes a cada momento de suas trajetórias de vida. Sob essa perspectiva, o ambiente esportivo precisa se reconfigurar continuamente para atender às distintas necessidades do público: se para as crianças o foco incide sobre a descoberta corporal e a integração psicoafetiva, para os jovens a prática adaptada ganha relevância na construção de independência e no fortalecimento da cidadania.

Gráfico 2 – Distribuição dos participantes por faixa etária



Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem apresenta um gráfico de barras horizontais na cor azul, com fundo claro, intitulado “Faixa Etária”. No eixo horizontal (na parte inferior), estão os números que representam a quantidade de pessoas, variando de 0 a 30. No eixo vertical (à esquerda), estão as categorias de idade. O gráfico mostra três barras: “Até 12 Anos (Incompletos)” com 25 participantes; “12 a 18 Anos (Completos)” com 21 participantes; e “Entre 19 e 29 Anos” com 8 participantes. A maior barra corresponde ao grupo de até 12 anos, evidenciando que esta faixa etária possui o maior número de pessoas representadas.

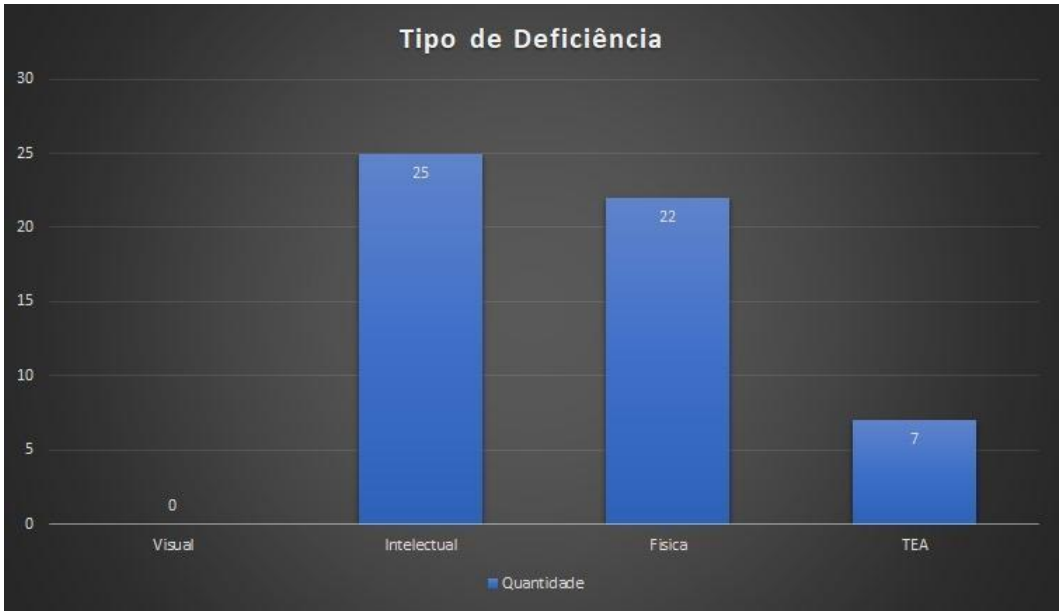
Para este estudo é importante ressaltar que a nomenclatura criança refere-se à pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade, nos termos do disposto no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990). Outrossim, que a nomenclatura jovem é utilizada para referir-se à pessoa maior de 18 (dezoito) anos até os 29 (vinte e nove) anos de idade.

Para fins de delimitação conceitual e operacional da amostra, cumpre destacar o enquadramento adotado para a categoria "jovens". Embora o art. 1º, § 1º, do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) estabeleça que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, está investigação opta por uma diferenciação metodológica específica. Para evitar a sobreposição de categorias com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990), reserva-se o termo "jovens" prioritariamente aos sujeitos com idade superior a 18 anos completos. Dessa forma, delimita-se esse grupo àqueles indivíduos que já atingiram a maioridade civil, mas que continuam integrados e ativamente vinculados às ações e modalidades promovidas pelo CRPB-UNEMAT, permitindo analisar com maior precisão as vivências desse público na transição para a vida adulta.

A caracterização dos sujeitos da pesquisa abrange uma diversidade de condições diagnósticas, sendo que a totalidade dos participantes possui alguma especificidade funcional mapeada pelo programa. Do contingente total de 54 assistidos, sobressaem-se os diagnósticos

de deficiência intelectual, compreendendo 25 pessoas, e de deficiência física, reunindo 22 indivíduos, além de um grupo composto por 7 pessoas dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), dados consolidados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Quantitativo de alunos por tipo de deficiência diagnóstica



Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem é um gráfico de barras de cor azul e fundo preto representando a quantidade de pessoas por tipo de deficiência. No eixo horizontal (na parte inferior do gráfico), estão selecionadas as categorias de deficiência: Visual, Intelectual, Física e TEA (Transtorno do Espectro Autista). No eixo vertical (à esquerda), estão os números que representam a quantidade de pessoas. Cada barra corresponde a um tipo de deficiência, sendo elas: Visual: 0 participantes; Intelectual: 25 participantes, Física: 22 participantes e TEA:7 participantes.

Ressalta-se que embora o Comitê Paralímpico Internacional, por meio do Código Internacional de Classificação, defina as deficiências elegíveis para o esporte paralímpico, conforme Quadro 3, diante da grande procura de mães e pais de crianças, adolescentes e jovens autistas no município e em face da ausência de outro projeto esportivo que pudesse contemplá-los como alunos(as), o CRPB da UNEMAT passou a incluí-los no seu programa de atividade.

Dessa forma, ao acolher sujeitos com Transtorno do Espectro Autista no âmbito de suas ações, o CRPB-UNEMAT reafirma seu compromisso ético e social com a comunidade local. Essa flexibilização dos critérios estritos do paradeporto internacional demonstra a sensibilidade da instituição frente às lacunas de políticas públicas na região, transformando o espaço acadêmico e esportivo em um verdadeiro polo de acolhimento, desenvolvimento integral e promoção do direito ao esporte para além das exigências puramente de rendimento.

Quadro 3 – Deficiências elegíveis e estruturação de modalidades paralímpicas

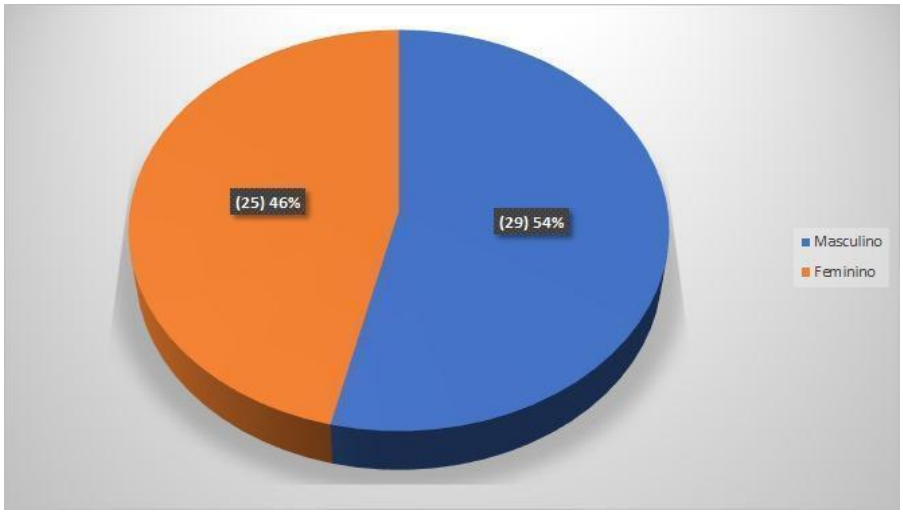


Fonte: Adaptado do Manual Entendendo a Classificação no Paradesporto (UNIFESP).

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem apresenta uma tarja azul onde está escrito Paradesporto Brasil + acessível. Logo abaixo à esquerda os Agitos que são o símbolo do Movimento Paralímpico e ao lado o título " Deficiências Elegíveis no Movimento Paralímpico " seguida de um infográfico com formas irregulares e coloridas onde consta em cada uma delas uma categoria elegível, quais sejam: Lesões Cerebrais (ataxia, atetose e hipertonia), Deficiência Intelectual, Encurtamento de Membro, Ausência de membro, Baixa estatura, Limitação de Amplitude de Movimento Passivo, Perda de Força Muscular e Deficiência visual. Abaixo do diagrama principal, há uma seção intitulada " Modalidades " e abaixo do lado esquerdo o subtítulo Multideficiências: Atletismo e Natação contemplam as pessoas com deficiências físicas, visuais e intelectuais. Remo e Ciclismo consideram as pessoas com deficiência física e visual. Tênis de Mesa consideram as deficiências físicas e intelectuais. Do lado direito o subtítulo “Grupo de deficiência” Badminton e Canoagem consideram elegíveis atletas com deficiência física. Goalball e Futebol de Cegos consideram elegíveis deficiência visual. No canto inferior direito, há um ícone da UNIFESP e, logo acima, o site " cpb.org.br ".

Com relação à identidade de gênero, não há essa informação na ficha de matrícula dos(as) participantes. Assim, conforme informações disponíveis, atualmente, participam 25 pessoas do sexo biológico feminino e 29 pessoas do sexo biológico masculino, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Proporção de participantes por sexo biológico



Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

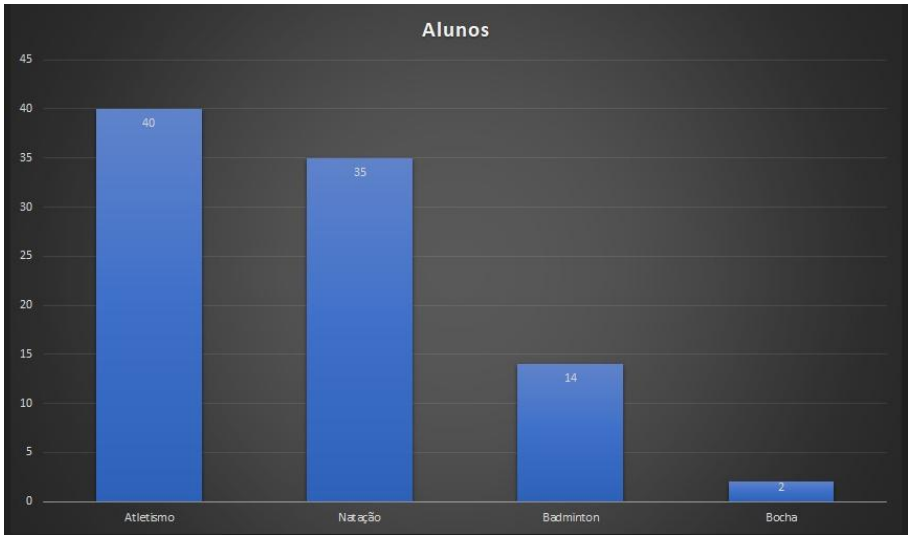
Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem é um gráfico de pizza que mostra a quantidade de participantes pelo sexo biológico: A seção azul do gráfico corresponde sexo masculino, com 29 pessoas que corresponde a 54% do total. A seção laranja do sexo feminino, com 25 pessoas que corresponde a 46% do total. À direita dos gráficos, há uma legenda que identifica azul para masculino e laranja para feminino.

Esses(as) alunos(as) estão distribuídos entre 4 (quatro) modalidades esportivas paralímpicas, quais sejam: Atletismo com 40 participantes, Natação com 35 participantes, Badminton com 14 participantes e Bocha com 2 participantes, sendo que alguns(as) alunos(as) participam de mais de uma modalidade esportiva, conforme Gráfico 5.

A partir do cruzamento entre os dados de gênero e a distribuição das modalidades, constata-se não apenas um equilíbrio expressivo na representatividade masculina (54%) e feminina (46%), mas também um elevado grau de engajamento dos alunos nas práticas oferecidas. A expressiva concentração de adesão nas modalidades de Atletismo e Natação, somada ao fato de muitos atletas praticarem mais de uma modalidade simultaneamente, demonstra o papel do CRPB-UNEMAT na promoção de um ambiente esportivo dinâmico, multifacetado e inclusivo, incentivando a ampliação do repertório motor e a permanência contínua dos sujeitos no projeto.

A alta adesão ao Atletismo e à Natação demonstra o apelo dessas modalidades como portas de entrada para a prática corporal adaptada. O fato de os sujeitos transitarem por mais de uma modalidade fortalece a vivência poliesportiva e amplia os laços de sociabilidade no projeto. Assim, o Gráfico 5 ilustra a amplitude e o alcance do engajamento dos alunos nas atividades ofertadas.

Gráfico 5 – Quantitativo de matrículas por modalidade paralímpica



Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem é um gráfico de barras de cor azul e fundo preto representando a quantidade de pessoas por modalidade esportiva paralímpica. No eixo horizontal (na parte inferior do gráfico), estão selecionadas as Modalidades: Atletismo, Natação, Badminton e Bocha. No eixo vertical (à esquerda), estão os números que representam a quantidade de pessoas. Cada barra corresponde a um tipo de modalidade, na seguinte sequência: 40 pessoas no Atletismo, 35 pessoas na Natação, 14 pessoas no Badminton e 2 pessoas na Bocha.

Essa prática é orientada por dois critérios principais. O primeiro de natureza exploratória pessoal que visa oportunizar aos(as) alunos(as) a vivência em diferentes modalidades para que possam identificar aquela com a qual possuem maior afinidade e interesse. Já o segundo critério é técnico e busca alinhar o perfil da deficiência à modalidade mais adequada levando em consideração as melhores possibilidades de potencializar o desenvolvimento e desempenho. Este direcionamento técnico encontra respaldo na literatura:

> Da mesma maneira que nos esportes convencionais, o biotipo do indivíduo tem grande influência para a escolha da modalidade a ser praticada ou na função (posição) do atleta na equipe. Nos esportes adaptados, esse processo também deve ou deveria seguir essa mesma orientação (Silva; Araújo, 2013, p. 418).

A citação de Silva e Araújo (2013) é fundamental para compreender a seriedade e a base técnica do trabalho desenvolvido no CRPB da UNEMAT. Ela reforça que a escolha de uma modalidade no esporte paralímpico não é aleatória, mas sim um processo que, idealmente, envolve uma avaliação criteriosa das potencialidades e limitações de cada indivíduo. No contexto observado, isso se traduz no papel ativo dos(as) professores(as) e da equipe técnica, que guiam os(as) aluno (as) na busca por uma modalidade que não apenas lhes agrade, mas que também seja compatível com sua compleição física e classificação funcional, visando garantir

uma experiência esportiva positiva, segura, com maiores chances de sucesso e permanência na prática.

É importante destacar que a maioria dos(as) alunos(as) não possuía qualquer experiência esportiva prévia até ingressarem no CRPB da UNEMAT, de acordo com os relatos das mães e pais durante os grupos focais realizados. Isso porque, até a implantação do CRPB da UNEMAT não existia oferta de atividade física adaptada na cidade. Além disso, a ausência de profissionais capacitados(as) contribuiu para a exclusão desses(as) estudantes das aulas de educação física escolar, nas quais assumiram o papel de meros(as) espectadores(as) dos(as) colegas, conforme evidenciam diversas falas nos grupos focais: [...] "*Ele foi crescendo e eu fui buscando um local para encaixá-lo aqui na cidade. E nunca tinha, ele só tinha as terapias, não tinha nada adaptado, não tinha nada que o atendesse* (...)" (Mãe 1, grupo focal dia 14 de dezembro de 2024).

Nesse sentido também relata outra mãe:

> *[...] Então, a deficiência física, como é o caso da minha filha, e a atividade física sempre foi algo restrito. Você sempre tem que ficar pensando ah, isso dá, isso não dá, né? Então, por exemplo, na escola mesmo, uma vez eu cheguei na escola e a atividade, a aula de educação física era no campo da escola. E eu cheguei, ela estava sentada. Daí eu falei assim: Ai, filha, você não vai participar aí? Antes dela me responder à professora, falou: Não, ela não gosta não. Ela prefere ficar sentada. Daí eu fiquei assim. Eu falei Meu Deus, eu não acredito. Não é que ela não gosta, mas para alguém que usa um andador, que na época era o caso dela, você andar numa grama é muito difícil. Um cadeirante também é difícil na grama. Então, assim são. Qualquer atividade física era limitadora.. E o acesso é difícil [...]. Mãe 2, grupo focal realizado dia 25 de fevereiro de 2025.*

Essa exclusão dos(as) estudantes com deficiência das aulas de educação física é constatada por autores(as) como Alves et al. (2019):

> A Aula de EF segue seu caminho estruturando-se em práticas corporais pautadas na execução de habilidades motoras e performance. Antes com objetivos simples de manutenção do corpo saudável, agora com foco no rendimento esportivo de alunos. Nesse contexto, não são apenas alunos com deficiência que são excluídos das aulas de EF, mas todos aqueles com pouca habilidade motora. O esporte na aula de EF definitivamente não é para todos (Alves et al., 2019, p. 19).

No mesmo estudo, os(as) autores(as) destacam outro aspecto relevante:

> No caso do aluno com deficiência, um ponto importante reside na aprendizagem dos esportes paralímpicos. A escola e a aula de EF representam para este aluno com deficiência o primeiro local de direito garantido para aprendizagem sobre o esporte. A aprendizagem do esporte deve ser compreendida como direito tanto para crianças com e sem deficiência, estruturada no currículo das aulas de EF. Porém para esses alunos o direito ao conhecimento de modalidades esportivas estruturadas

> especificamente de acordo com as suas possibilidades ainda é negado (Alves et al., 2019, p. 25).

Essa realidade evidencia que a exclusão vivenciada por estudantes com deficiência nas aulas de educação física não decorre apenas da falta de estrutura física ou de materiais adaptados, mas, sobretudo, da ausência de profissionais devidamente capacitados para atuar em contextos inclusivos. A formação específica e continuada dos(as) professores(as) de educação física é condição essencial para que se promovam práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, ampliem as possibilidades de participação e assegurem que o direito ao esporte e à atividade física seja efetivamente garantido.

Sobre as famílias dos(as) alunos(as) do CRPB em Cáceres/MT, de acordo com as informações socioeconômicas disponíveis no cadastro das mesmas junto ao projeto, verificamos que a maior parte não recebe benefício de prestação continuada (56,2%), ou seja, apenas 43,8% recebem o benefício. Com relação às famílias que não recebem, não constam maiores informações sobre os motivos que podem variar desde não preencher os requisitos exigidos ou outros. Quanto à quantidade de pessoas residindo no mesmo domicílio, verificou-se que 31,2% dos(as) alunos(as) reside em domicílios com 4 pessoas, 25% residente com 3 pessoas e 16,7% com 5 pessoas, 14,6% com 6 pessoas, 8,3% com 2 pessoas, 2,1% com 7 pessoas e também 2,1% com 8 pessoas.

Em síntese, o perfil das pessoas atendidos pelo CRPB da UNEMAT revela uma diversidade etária e de tipos de deficiência, que vai desde crianças até jovens adultos, com predominância de deficiências físicas e intelectuais, além da inclusão de alunos(as) com transtorno do espectro autista. A participação distribuída em diferentes modalidades esportivas reflete tanto a busca por experiências variadas quanto a orientação técnica da equipe responsável, que considera as potencialidades individuais na indicação das práticas. Os relatos das famílias, aliados à literatura, evidenciam um histórico de exclusão desses(as) estudantes das aulas de educação física escolar, marcada pela ausência de adaptações pedagógicas e de profissionais capacitados(as) para lidar com a diversidade. Tal cenário reforça a relevância do CRPB como espaço pioneiro de acesso ao esporte adaptado no município, contribuindo não apenas para a inserção esportiva, mas também para a promoção da inclusão social. Além disso, os dados socioeconômicos coletados junto às famílias demonstram um quadro de vulnerabilidade que acentua a importância do projeto como política pública de apoio à pessoa com deficiência e seus núcleos familiares.

3.4 O contexto - Centro De Referência Paralímpico Da Universidade Do Estado De Mato Grosso

O CRPB UNEMAT configura-se como um projeto de extensão universitária, pioneiro no Estado de Mato Grosso, com o objetivo central de fomentar a prática do esporte paralímpico em Mato Grosso, utilizando-o como meio de promover a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. Ele atua também como campo de estágio curricular, onde acadêmicos(as) têm a oportunidade de aplicar o conhecimento acadêmico à práxis profissional em consonância ao art. 3º do Estatuto da UNEMAT que definiu como fins da Universidade: "IX. Valorizar através do ensino, da pesquisa e da extensão a integração entre o saber e o mundo profissional"; bem como no inciso "XV". Promover a extensão numa relação dialógica, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabilizando a ação transformadora da universidade e da sociedade".

A extensão universitária, ao lado do ensino e da pesquisa, são os pilares equânimes, indissolúveis e indissociáveis da Universidade, nos termos do art. 207, da CF e do art. 43, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996). Nesse sentido, afirma Gadotti (2017) que:

> A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa (Gadotti, 2017, p. 4).

Nessa perspectiva, o CRPB-UNEMAT reafirma a função social da extensão ao favorecer a autonomia e o protagonismo da comunidade atendida, distanciando-se de práticas assistencialistas e consolidando-se como instrumento de mudança social. Ao mesmo tempo, assegura aos(as) acadêmicos(as) a vivência da chamada "mão-dupla" da extensão universitária, por meio da qual tanto a universidade quanto a sociedade se beneficiam do intercâmbio de saberes. Essa lógica encontra respaldo nas diretrizes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproex, 2016), que defende a ampliação das ações extensionistas voltadas à valorização e apoio das identidades raciais, sociais, de gênero e territoriais de populações vulneráveis.

Sensível às demandas locais, a UNEMAT, por intermédio do CIPEEF, iniciou tratativas junto ao Comitê Paralímpico Brasileiro, culminando na celebração do Acordo de Cooperação nº 002/2021, em outubro de 2021. Desde então, o CRPB-UNEMAT se consolidou como referência na cidade de Cáceres e no Estado de Mato Grosso, com objetivos que vão desde a captação e formação de atletas paralímpicos da base ao alto rendimento até a oferta de

cursos de capacitação para professores(as) e treinadores(as). Além de fomentar o esporte adaptado, o projeto promove a socialização e o desenvolvimento de habilidades para a vida de crianças e adolescentes com deficiência física, visual ou intelectual, entre 7 e 18 anos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica — realidade que acentua as condições de exclusão e injustiça social enfrentadas por esse público.

Nesse sentido, destaca-se a fala de uma mãe durante um dos grupos focais realizados:

> *(...) Então é enxergar a perspectiva da deficiência com um outro olhar que antes a gente não tinha, porque desconhecia que eles poderiam fazer parte disso. E não tínhamos isso numa cidade que é tão complicada ainda em termos de acessibilidade para quem tem deficiência física (Trecho da fala da Mãe 2, Grupo focal nº 1).*

O relato evidencia que o CRPB da UNEMAT se configura não apenas como uma iniciativa inovadora, mas sobretudo como uma ação necessária diante da lacuna histórica de políticas públicas locais voltadas à inclusão esportiva da pessoa com deficiência.

Assim, em janeiro de 2022 o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro em Cáceres-MT deu início às suas atividades como projeto de extensão "Ensino, Vivência e Aprendizagem do Esporte: desenvolvendo habilidades para a vida", da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Primeiramente realizou-se a formação da equipe de trabalho sobre o esporte paralímpico e a divulgação nas escolas, rádio local, página da UNEMAT na internet acerca das modalidades badminton e natação paralímpica, que foram inicialmente ofertadas com a finalidade de captação dos(as) primeiros(as) alunos. Assim, a aula inaugural ocorreu em março desse mesmo ano, com 9 (nove) alunos(as) matriculados(as).

Trata-se de um programa extracurricular, desenvolvido no contraturno escolar, voltado a estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino. Observa-se, contudo, a participação de jovens que já concluíram o ensino médio, bem como de dois universitários — um aluno e uma aluna — que ingressaram no curso de Educação Física da UNEMAT, motivados pela experiência adquirida na prática esportiva e 1 acadêmica de Ciências Biológicas. Esse dado revela o potencial do programa em estimular o protagonismo e ampliar as perspectivas acadêmicas de seus (uas) participantes.

O incentivo ao ingresso no ensino superior assume especial relevância quando se analisa o cenário nacional, haja vista que conforme dados da PNAD 2022, a taxa de escolarização das pessoas com deficiência permanece inferior em todas as faixas etárias. Apenas 15% dos jovens com deficiência entre 18 e 24 anos, frequentam o ensino superior e somente 7% da população com deficiência concluiu esse nível de ensino. Nesse contexto,

iniciativas como esta contribuem para reduzir desigualdades históricas, fortalecendo a inclusão educacional e social desse grupo (IBGE, 2022).

Destaca-se que a faixa etária inicialmente estabelecida foi flexibilizada, de modo a adequar-se às especificidades e demandas da realidade local, considerando que, até a presente data (2025), inexiste no Município de Cáceres/MT qualquer outro projeto esportivo direcionado ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. Assim, o CRPB da UNEMAT além de acolher alunos(as) com deficiência não elegíveis para as modalidades paralímpicas, passou a acolher também alunos(as) com idade superior ao limite originalmente fixado de 18 (dezoito) anos, sendo que, atualmente, atende alunos(as) com 29 (vinte e nove) anos de idade.

Com relação a exigência dos(as) alunos(as) em idade escolar estarem matriculados na rede regular de ensino, fica evidente o compromisso com a formação integral dessas crianças, adolescentes e jovens, haja vista que de acordo com a PNAD C 2022, no Brasil apenas 84,6% das pessoas com deficiência, com idade entre 15 e 17 anos frequentam a escola enquanto 93% das pessoas sem deficiência nessa mesma faixa etária frequentam a escola. Essa taxa de escolarização consiste no percentual de pessoas de um determinado grupo etário que frequenta escola em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

As aulas são ofertadas de forma totalmente gratuita e possuem duração de 90 a 120 minutos, realizadas duas ou três vezes na semana, dependendo do nível de prática esportiva do (a) aluno (a), conforme seja ele (a) de iniciação, formação ou especialização. São ministradas atualmente por 3 (três) professores(as), profissionais de educação física, que possuem suporte de equipe técnico-pedagógica multidisciplinar composta por doutores(as), mestres, especialistas, graduados(as) e graduandos(as), que estão envolvidos de forma direta e indireta no atendimento à comunidade e no fomento da prática esportiva. Inclusive fazem parte dessa equipe, cerca de 10 (dez) estagiários(as) e 5 (cinco) bolsistas de extensão/iniciação científica do curso de educação física, enfermagem e medicina.

O CRPB da UNEMAT funciona no complexo esportivo da UNEMAT, que possui uma pista de atletismo, ginásio poliesportivo e piscina de 25 metros com 5 raias. Localizado na Cidade Universitária, oferece aulas de terça-feira à sexta-feira, no período matutino (8:00 horas às 11:30 horas) e vespertino (14:00 às 17:30). Atualmente esse espaço é dividido com outros projetos de extensão do próprio CIPEEF e com as aulas práticas do Curso de Graduação em Educação Física da UNEMAT.

Os custos com o pagamento das bolsas para os(as) acadêmicos(as) mencionados(as) são responsabilidade da UNEMAT, assim como a manutenção do espaço físico (limpeza, segurança, água e energia). Já os(as) demais profissionais são remunerados mediante o Acordo de Cooperação com o CPB, pela própria UNEMAT e outros(as) atuam de forma voluntária.

Por fim, é importante ressaltar que está em construção, na cidade universitária do Campus Universitário de Cáceres, o Centro Regional de Desenvolvimento Esportivo, com área de 2.000 m² e que foi planejado para ser uma estrutura vocacionada para apoiar o esporte Olímpico e Paralímpico, com laboratórios para atender diferentes áreas do conhecimento, biblioteca, auditório, piscina semiolímpica, vestiários, entre outros. Essa obra é proveniente de recursos oriundos do Ministério do Esporte, o qual mediante assinatura do Contrato de Repasse nº 905643/2020, no valor de R$ 4.775.000,00 (Quatro milhões setecentos e setenta e cinco mil reais) repassados à UNEMAT, conforme cronograma de desembolso. Além do espaço disponibilizado, a UNEMAT investiu R$ 434.789,23 (quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e oitenta e nove reais e vinte e três centavos) como contrapartida na referida construção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No final do ano de sua implantação (2022), o CRPB da UNEMAT conseguiu mobilizar a Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, que passou a disponibilizar um ônibus para buscar, nas respectivas residências, os(as) alunos(as) para participarem das aulas no Centro de Referência. A ausência de meio de transporte adequado constituía um dos principais entraves para a ampliação do atendimento, especialmente para aqueles(as) que dependiam do transporte público para se deslocar até o local. Assim, a parceria estabelecida com o ente municipal contribuiu de forma significativa para a adesão de novos(as) alunos(as) ao projeto, atendendo tanto às famílias sem meio de transporte próprio quanto àquelas que, mesmo dispondo de veículo, enfrentavam dificuldades para matricular seus (suas) filhos(as), uma vez que não poderiam se ausentar do trabalho para levá-los(as) e buscá-los(as).

Sobre as dificuldades iniciais com a falta de um meio de transporte para buscar os(as) alunos(as) para participarem das aulas, destaca-se um trecho da fala de uma das mães que participou do 3º grupo focal realizado:

> *Deixa eu falar um negócio sobre o transporte que eu queria falar. No começo não tinha transporte, né? Aí os professores daqui, eles pagavam um Uber para os alunos com deficiência vir até aqui. Eles faziam cota todos os dias de aula para as crianças chegarem a fazer o treino. Jamile mesmo, muitas vezes o professor Emanuel, o professor Luciano, fizeram cota para ela poder vir no treino porque não tinha conseguido o transporte para as crianças. Até que eles lutaram bastante e graças a Deus hoje em dia já tem. Porque também eu não tinha como pagar direto um Uber para trazer ela, né? Aí eles faziam isso para trazer as crianças para cá (Trecho da fala da Mãe 12, Grupo focal nº 3).*

Outro relato reforça como a garantia do transporte público foi determinante para aumentar o número de alunos(as) e para a permanência dos(as) mesmos(as):

> *Ele está aqui porque tem transporte. Eu tenho carro, mas eu tenho que trabalhar gente, eu não tenho condições. Moro na Vila Irene, não tem como sair da vila Irene pra vir pra cá (...) então, assim não tenho esse tempo, eu não teria como trazer duas vezes por semana (Trecho da fala da Mãe 10, Grupo focal nº 3).*

Esses depoimentos evidenciam que a ausência inicial de transporte configurava-se como uma barreira significativa ao acesso, a ponto de levar professores(as) a custear alternativas por conta própria, de modo a garantir a participação dos(as) alunos(as). Do mesmo modo, demonstram que a posterior disponibilização do ônibus pelo município constituiu um marco decisivo para a efetividade do projeto e para a ampliação do atendimento. Atualmente,

35 (trinta e cinco) alunos(as) do CRPB da UNEMAT fazem uso desse transporte para participar regularmente das atividades oferecidas pelo Centro de Referência.

Nesse mesmo ano, o Projeto Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da UNEMAT em Cáceres/MT foi selecionado através do Edital Público nº 001/2022 para receber o valor de R$ 25.000,00 do Município de Cáceres/MT para custear o pagamento de uma bolsa de extensão para professor e aquisição de materiais de consumo, conforme o Termo de Convênio sob nº 004/2022 firmado entre as partes.

Também nesse ano, no dia 24 de setembro de 2022, foi realizado o primeiro Festival Paralímpico, no ginásio esportivo da UNEMAT, Cáceres/MT, ofertando a prática esportiva de 3 (três) modalidades paralímpicas (badminton, vôlei sentado e goalball) para 123 (cento e vinte e três) participantes - crianças, jovens e adolescentes com ou sem deficiência. Também participaram do evento cerca de 55 (cinquenta e cinco) voluntários(as) acadêmicos(as) dos cursos de graduação em educação física, enfermagem e medicina da UNEMAT, os quais necessariamente são capacitados previamente mediante a realização do Curso "Movimento Paralímpico", modalidade EAD, ofertado pelo CPB. De acordo com o CPB a realização do Festival no mês de setembro foi escolhida como forma de homenagear o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21) e o dia do atleta paralímpico (dia 22).

De acordo com o CPB (Brasil, 2024) o objetivo dos Festivais é proporcionar às/aos participantes, com e sem deficiências, a vivência em modalidades paralímpicas, difundindo o Movimento Paralímpico e promovendo a inclusão social por meio do esporte, de maneira recreativa e lúdica. Sendo importante ressaltar que devido ao grande alcance da divulgação dos referidos Festivais, este acaba sendo uma primeira oportunidade de contato dos familiares das crianças, adolescentes e jovens com deficiência e o CRPB/UNEMAT. Tanto que durante o grupo focal há relato de uma mãe que já tinham ouvido falar do projeto, mas que somente durante o Festival teve a iniciativa de ir conhecer pessoalmente e depois disso resolveu matricular sua filha no projeto.

> *E aí, no primeiro festival, eu falei vamos lá para conhecer, porque vai estar todo mundo e para convidados não vou ter essa obrigação. E ainda por aqui. No primeiro dia, * teve essa recusa de entrar. Mas aí vi a participação nossa, lotado, tanta gente. E aí vi uma cara conhecida aqui, outro fulano que já tá vindo, mas que o horário que ela tá falando, mas a * não tá. Ah, mas por quê? E aí vai conversando com a mãe, com o pai também. E aí vi um outro que já tá tão à vontade. E foi lá também que falei vamos tentar. E aí, quando busquei um contato com o Emanuel, né? E aí a * começou a fazer parte. (...) (Trecho da fala da Mãe 3, Grupo focal nº 1).*

Desde a primeira edição do Festival Paralímpico realizado no CRPB da UNEMAT, em 2022, seguindo a Agenda do Comitê Paralímpico Brasileiro que promove o Festival Paralímpico, já foram realizadas 6 (seis) edições. Sendo que, até 2022 ocorria apenas uma vez ao ano, e a partir do ano de 2023 passou a acontecer duas vezes ao ano. A Fotografia 1 mostra uma das modalidades esportivas.

Fotografia 1 - Atividade esportiva inclusiva denominada vôlei sentado



Fonte: Autora, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um ginásio esportivo coberto, com piso colorido em tons de azul, verde e amarelo. No centro, há um grupo de pessoas participando de uma atividade esportiva inclusiva denominada vôlei sentado. Todos os participantes estão sentados no chão usando a camiseta do Festival Paralímpico nas cores amarelo e roxo. Um dos jogadores, sentado de costas, observa enquanto outro levanta os braços, aparentemente tentando pegar ou lançar um balão azul que está no ar. Ao fundo, vê-se uma arquibancada azul com algumas pessoas sentadas assistindo. Há cones de sinalização e faixas delimitando áreas do ginásio, indicando que o espaço está organizado para a prática esportiva.

Fotografia 2 - Festival Paralímpico 2024/1



Fonte: Arquivo institucional do CIPEEF, 2025

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um grande grupo de pessoas reunidas em um ginásio esportivo. Elas estão sentadas ou agachadas no chão de uma quadra azul, em frente a uma parede amarela com a inscrição "Prefeitura Municipal de Cáceres" e "SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer". O grupo é composto majoritariamente por crianças e adolescentes, todas vestindo camisetas azuis do Festival Paralímpico 2024/1. No centro da imagem, há uma estrutura decorativa feita de balões roxos e brancos, formando um arco que adiciona um elemento festivo à cena. Alguns(as) professores(as) da prática esportiva estão em pé, ao lado direito do grupo, usando camisetas verdes fluorescentes.

Na última edição realizada no dia 14 de junho de 2025, 283 (Duzentos e oitenta e três) crianças, adolescentes e jovens participaram do evento que mobilizou professores(as) do CRPB da UNEMAT, 33 (trinta e três) voluntários(as) entre bolsistas, estagiários(as) e acadêmicos(as) de cursos de graduação da UNEMAT; além de muitas mães, pais e familiares que acompanharam atentamente seus(as) filhos(as) numa manhã repleta de interação e movimento.

Dentre os familiares presentes no Festival realizado no dia 14 de junho de 2025, destaca-se a presença da mãe Cícera A. Feitosa, escritora e autora do blog *Quem cuida do cuidador*. Em um texto intitulado “Festival Paralímpico: Onde a Invisibilidade Dá Uma Pausa”, ela compartilhou suas impressões sobre o evento:

> (...) O ginásio pulsava: bola quicando, crianças correndo, professores chamando os grupos, cheiro de alegria e de esforço coletivo.
> (...) O que mais me marcou neste festival?
> Ver tantos rostos novos.
> Ver crianças típicas e atípicas compartilhando o mesmo espaço, com naturalidade.
> Ver mães e pais sentirem os filhos incluídos.
> Ver choro… de frustração boa, de querer mais.

> O filho de uma amiga chorou porque achou que o evento tinha terminado antes de ele conseguir fazer tudo. Quem é mãe atípica entende: aquele choro era desejo de viver o que sempre é negado.
> Como sempre, observei os detalhes:
> As conversas entre mães.
> Os olhares de alívio.
> Os sorrisos cúmplices.
> Aquele respirar coletivo de quem, por algumas horas, deixou a invisibilidade de lado.
> Tenho certeza: o Festival Paralímpico agora faz parte do calendário afetivo e social da cidade. (...) Meu agradecimento à equipe do Paralímpico. Organizar um evento desse porte não é fácil. E mesmo assim, cada um de vocês foi gentil, disponível e atencioso com nossos filhos — e conosco. O que vocês constroem ali é mais do que um evento. É um espaço de pertencimento e sonho.

Como se pode perceber em seu relato, Cícera traduz com sensibilidade a experiência coletiva vivida por tantas famílias durante o Festival Paralímpico, revelando a força de um evento que vai muito além da prática esportiva: é um espaço onde a inclusão acontece de forma concreta e significativa. Suas palavras evidenciam o impacto emocional e social do Festival, demonstrando como iniciativas como essa são capazes de transformar realidades, fortalecer laços e, acima de tudo, proporcionar aos(as) participantes e seus familiares momentos genuínos de pertencimento, reconhecimento e dignidade. Nesse sentido, Alves (2019, p. 25): “A inclusão vai além de estar no mesmo lugar; é a busca por objetivos em conjunto com o seu grupo, com o desenvolvimento e aprendizagem de todos”.

Percebe-se que a cada Festival, o evento consolida-se não apenas pela eficiência na organização e pelo aumento contínuo do público envolvido, mas, sobretudo, por sua relevância como espaço privilegiado de difusão do esporte paralímpico, de integração social e de valorização da diversidade humana. De modo que, ao congregar diferentes atores — atletas, voluntários, familiares, profissionais da educação e da comunidade em geral — em torno de um propósito comum, o evento amplia horizontes, multiplica oportunidades e contribui para a superação de barreiras atitudinais e estruturais ainda presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, Reverdito et al. (2013, p. 436) afirma que:

> Os benefícios e os bons resultados da prática de exercícios físicos aconteçam sobretudo no organismo do indivíduo, por meio de diferentes estímulos neurológicos, na capacidade cardiovascular, além do desenvolvimento da musculatura, entre outros. [...] Benefícios esses que transcendem os aspectos físicos, nesse sentido, desenvolvendo e possibilitando competências diversas de acordo com os interesses individuais.

Nessa perspectiva, reafirma-se o papel do esporte como instrumento de inclusão, de exercício da cidadania e de transformação social, promovendo experiências que impactam

positivamente tanto a vida dos participantes diretos quanto a consciência coletiva acerca da importância da acessibilidade e da igualdade de direitos.

No ano de 2023, o CRPB-UNEMAT recebeu a visita da então Ministra do Esporte, Ana Beatriz Moser, ocasião que atraiu diversos(as) gestores(as) públicos da própria Universidade, incluindo a Reitora, Professora Doutora Vera Maquêa, a Diretora Política, Pedagógica e Financeira do Campus Universitário de Cáceres, Professora Doutora Rinalda Bezerra, além de pró-reitores(as). Estiveram presentes também o então Secretário de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL), Jefferson Neves, o Secretário Adjunto de Esporte, David Moura, e a Prefeita Municipal de Cáceres, Eliene Liberato, entre outras autoridades e representantes da comunidade local (Fotografias 3 e 4).

Fotografia 3 - Ex. Ministra do Esporte Ana Moser com as crianças e jovens do CRPB da UNEMAT



Fonte: CIPEEF-UNEMAT, 2023.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A então Ministra do Esporte Ana Moser, com máscara de proteção contra coronavírus no rosto, rodeada por muitas crianças sorrindo, algumas delas com raquete de badminton nas mãos.

Na sequência a imagem traduz não apenas um encontro esportivo e educacional, mas também um gesto de valorização da inclusão, da cultura e da educação, revelando a força coletiva que sustenta o desenvolvimento social e acadêmico da região.

Fotografia 4 - Visitação ao CRPB da UNEMAT



Fonte: CIPEEF-UNEMAT, 2023.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Muitas crianças com uniforme do CPB sentadas na arquibancada juntamente com as Professoras Luciene R. Carvalho e Karyne Aires, Professor Emanuel M. Carvalho (coordenador do CRPB da UNEMAT), Professor Riller Silva Reverdito (Coordenador do CIPEEF), Professora Vera Maquea (Reitora da UNEMAT), Ex-Ministra Ana Moser, Jefferson Carvalho Neves (na época Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer - Secel-MT) Eliene Liberato (Prefeita do Município de Cáceres-MT) e outras pessoas. Todos(as) estão descontraídos(as) e sorrindo (a).

Recebeu, ainda nesse mesmo ano, a visita do professor e treinador Altermir Trapp, coordenador do CRP de Várzea Grande-MT, acompanhado da atleta paralímpica Ana Carolina Duarte, da modalidade goalball, classe B2, detentora de relevantes conquistas no cenário esportivo. Tais como: medalha de bronze nos Jogos Parapan-Americanos de Santiago (2023); bronze nos Jogos Mundiais da IBSA (2023); bicampeã nos Jogos Parapan-Americanos de Lima (2019) e Toronto (2015); bronze no Campeonato Mundial de Goalball em Malmö (2018); prata nos Jogos Parapan-Americanos de Guadalajara (2011); e prata no Campeonato das Américas realizado em São Paulo (2017). A visita teve por finalidade conhecer a estrutura do CRPB da UNEMAT e ministrar palestra aos(às) acadêmicos(as) do curso de Educação física da UNEMAT.

Destaca-se a oportunidade ímpar proporcionada aos(às) acadêmicos(as) após a implantação do CRPB/UNEMAT, ao possibilitar o acesso a experiências concretas e conteúdos

que enriquecem sua formação pessoal e profissional. Nesse contexto, sobressai a constante oferta de cursos, seminários, palestras, minicursos e outros eventos que desempenham papel central na construção e disseminação do conhecimento. Desde sua criação, o CRPB/UNEMAT já promoveu 17 (dezessete) ações formativas, qualificando mais de 600 (seiscentas) pessoas — entre estudantes de graduação e profissionais da área — para atuar junto a pessoas com deficiência, o que evidencia sua relevância tanto na formação acadêmica quanto na promoção de práticas inclusivas na comunidade. Entre eles temos:

- Minicurso: Esporte Paralímpico na escola (2022);
- II SEMEFEL: Esporte para todos em MT – Seminário da Escola de Formação em Esporte e Lazer (2023);
- III Seminário Modalidades Paralímpicas CRPB da UNEMAT (2024);
- 2ª edição do CREF itinerante (2024);
- Paradesporto – Cáceres/MT (2024);
- Paradesporto – Água Boa/MT (2024);
- Paradesporto – Juína/MT (2024);
- Paradesporto – Tangará da Serra/MT (2024);
- Paradesporto – Primavera do Leste/MT (2024);
- Paradesporto – Sinop/MT (2024)

Esses cursos, ofertados de forma totalmente gratuitas aos(às) acadêmicos(as) de graduação e profissionais no interior do Estado de Mato Grosso que muitas vezes não teriam condições de deslocar-se para grandes centros em busca desse conhecimento, contribuem de maneira significativa para a formação de futuros(as) professores(as) e formação continuada para os profissionais da área. Tais profissionais atuarão diretamente com crianças, adolescentes e jovens, com ou sem deficiência, no âmbito da educação física escolar, favorecendo assim a construção de uma prática pedagógica mais inclusiva. Nesse sentido Araújo (2011, p. 40): “Diante da diversidade, não podemos mais pensar em uma única forma de Educação Física na escola, mas numa Educação Física que possa estar atenta para as diferenças, identificando-as e reconhecendo-as, a fim de atendê-las, e não como seleção. ”

Outro impacto relevante podemos perceber no tocante às viagens para participar de eventos esportivos. No primeiro ano do CRPB/ UNEMAT apenas 1 (um) aluno participou de 1 (uma) competição. Foi nas Paralimpíadas Escolares, na cidade de São Paulo-SP, onde o mesmo conquistou o 3º lugar no Badminton – Classe funcional SL3). Já no ano seguinte esse número aumentou para 11 (onze) alunos(as) e 5 (cinco) competições. No ano de 2024, os resultados

foram ainda mais expressivos, sendo que 31 (trinta e um) alunos(as) participaram ao todo de 10 (dez) eventos esportivos, alguns estaduais realizados nas cidades de Cuiabá, Tangará da Serra e Campo Verde-MT), e outros nacionais ocorridos nas cidades de São Paulo-SP, Curitiba-PR e Brasília-DF, totalizando 18 (dezoito) viagens para participar de competições somente no ano de 2024. Entre elas, podemos destacar a participação de 11 (onze) alunos(as) nas Paralimpíadas Escolares que aconteceu entre os dias 25 a 30 de novembro em São Paulo-SP.

É importante ressaltar que, grande parte desses(as) alunos(as) nunca haviam saído do Município de Cáceres/MT, outros(as), por sua vez, nunca tinham ultrapassado as fronteiras do Estado de Mato Grosso ou viajado de avião antes de fazerem parte do projeto, conforme foi destacado pelos familiares nos grupos focais realizados:

> *Mas a primeira já foi muito transformador. Várias coisas. Dormir com a equipe, viajar de ônibus com eles e lá na competição, aquela ansiedade da prova e depois a conquista. Então, assim, são muitas superações que até então ela nunca tinha vivido (Trecho da fala da Mãe 2, Grupo focal 2).*
>
> *Acho que ela já fez várias vezes. Ela foi em Cuiabá. Eu fiquei angustiada, mas foi, né? Aí depois ela já foi duas vezes para São Paulo e ela amou [...] (Trecho da fala da Mãe 6, Grupo focal 2).*
>
> *E hoje em dia ela já tá viajando para tudo quanto é canto. Menina, tá querendo viajar [...] (Trecho da fala da Mãe 12, Grupo focal 3).*
>
> *Eles se sentem tão bem lá, menina. Mas tão bem que até esquece da gente (Trecho da fala da Mãe 12, Grupo focal 3).*
>
> *Viajar já é um privilégio, viajar de avião então (Trecho da fala do Pai 3, grupo focal 3).*

Esses relatos demonstram que tais viagens possibilitam aos(às) alunos(as) a oportunidade de ampliar horizontes, conhecer novas pessoas e lugares, bem como vivenciar experiências enriquecedoras de superação em meio às competições. Tais vivências contribuem não apenas para o fortalecimento da autonomia pessoal, mas também para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a construção de uma identidade coletiva marcada pelo pertencimento e pela valorização da diversidade.

Inclusive, nessas competições levam sempre consigo a bandeira institucional da Universidade, o que reforça a existência dessa identidade coletiva, que tem contribuído para serem reconhecidos dentro e fora da Universidade como o time ou delegação da UNEMAT, conforme a Fotografia 5. O ato de ostentar esse símbolo transcende o mero alinhamento formal à instituição; expressa o orgulho dos atletas em representar a universidade pública e consolida um verdadeiro sentimento de pertencimento.

Fotografia 5 - Atletas Paralímpicos com bandeira com o símbolo da UNEMAT



Fonte: CIPEE- UNEMAT, (2024).

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Nove crianças atletas usando uniforme amarelo do CPB e com medalhas no pescoço, segurando uma bandeira com o símbolo da UNEMAT.

A consolidação do CRPB-UNEMAT como um polo estratégico de desenvolvimento social e paradesportivo na região de fronteira reflete-se, de igual modo, no estreitamento de seus laços com a gestão nacional do esporte adaptado. Um marco significativo dessa articulação institucional foi o encontro que reuniu a comunidade acadêmica local e a liderança máxima do paradesporto no país. Essa sinergia entre a base do projeto e a governança nacional evidencia o reconhecimento da relevância das ações desenvolvidas em Cáceres/MT e o compromisso contínuo com a expansão de políticas públicas inclusivas, conforme ilustrado na Fotografia 6.

Esse respaldo no cenário nacional fortalece a posição de Cáceres como um divisor de águas para a inclusão socioesportiva no estado, demonstrando o potencial de interiorização do paradesporto de alto rendimento. A validação das lideranças nacionais reforça a legitimidade do CRPB-UNEMAT enquanto espaço de transformação social e formação cidadã. Consequentemente, estimula-se a criação de novas pontes entre a universidade pública e o

Comitê Paralímpico Brasileiro, consolidando uma rede de apoio estruturada que impacta diretamente a qualidade de vida e o protagonismo dos estudantes-atletas e de suas famílias.

Fotografia 6 - Encontro entre Atletas, Corpo Docente do CRPB-UNEMAT e o Presidente do CPB, Mizael Conrado



Fonte: CIPEEF UNEMAT, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Quatro atletas do sexo feminino, 3 atletas do sexo masculino, 1 professor, 1 professora e o Coordenador do CRPB da UNEMAT vestindo roupas esportivas e sorrindo posando para foto com o Presidente do CPB o Sr. Mizael Conrado posicionado quase ao centro trajando roupa social.

Após a participação nas Paralimpíadas Escolares, sediadas em Brasília no ano de 2024, a delegação de atletas do CRPB-UNEMAT foi recepcionada de forma solene por autoridades da administração superior da Universidade (Fotografias 7 e 8).

Esse momento de celebração e reconhecimento institucional ultrapassa a mera formalidade do protocolo acadêmico. A recepção oficial conduzida pela Reitoria e pelo corpo docente simboliza a validação pública do esforço, da dedicação e da superação de cada atleta-estudante, reafirmando que as conquistas esportivas obtidas na etapa nacional são motivo de orgulho para toda a comunidade universitária. Esse acolhimento solene fortalece a autoimagem dos participantes e ratifica o esporte como um potente instrumento de emancipação e protagonismo social.

Além disso, o prestígio conferido pela gestão da Universidade demonstra o compromisso contínuo da UNEMAT com a manutenção e o fortalecimento de suas ações de inclusão. O encontro proporcionou um espaço de escuta e integração entre os jovens paratletas, seus familiares e os gestores da instituição, estreitando os laços comunitários e renovando o

entusiasmo coletivo para a continuidade dos treinos e para os desafios das futuras competições no cenário paradesportivo.

Fotografia 7 - Recepção dos atletas do CRPB-UNEMAT



Fonte: CIPEEF UNEMAT, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Três atletas do CRPB - UNEMAT acompanhados(as) de seus pais, mães ou responsáveis, professora Katiana, Luciene e os professores Riller e Emanuel são recebidos(as) pela Professora Vera Maquêa e professor Alexandre Porto, respectivamente Reitora e vice-reitor da UNEMAT.

O registro fotográfico no gabinete da gestão municipal simboliza a articulação interinstitucional necessária para a consolidação das políticas de inclusão no município. A presença da Prefeita Eliene Liberato e do Secretário de Educação Fransérgio Rojas ao lado dos paratletas mirins demonstra que as conquistas do CRPB-UNEMAT ultrapassam os muros da universidade e passam a integrar a agenda pública da cidade. Esse reconhecimento oficial valida a importância de parcerias entre a esfera acadêmica e o governo local para a garantia de direitos e o incentivo ao esporte adaptado desde a infância.

A imagem das crianças ostentando suas medalhas, com destaque para a convivência harmônica e acessível expressa no ambiente, reflete o impacto direto do projeto na vida e na autoestima desses sujeitos. O sorriso estampado nos rostos dos participantes e das autoridades

locais traduz uma sensação compartilhada de dever cumprido e orgulho coletivo. Essa valorização pública atua como um forte elemento motivador para que as crianças deem continuidade aos treinos e sintam suas trajetórias devidamente reconhecidas e celebradas pela comunidade onde vivem.

Por fim, esse momento de celebração ratifica o papel do paradesporto como vetor de visibilidade e transformação social na infância. Ao ocupar espaços de decisão e poder, como o gabinete executivo municipal, as crianças com deficiência deixam de ser invisibilizadas para assumirem o posto de protagonistas de suas próprias conquistas.

Fotografia 8 - Atletas do CRPB-UNEMAT



Fonte: CIPEEF UNEMAT, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um grupo de pessoas, sendo quatro crianças das quais três crianças usando camiseta amarela estão com medalhas no pescoço sinalizando que participaram, e foram premiadas, de evento esportivo e seis adultos(as) entre eles(as) estão o Sr. Fransérgio Rojas, Secretário Municipal de Educação e a Ilustríssima Senhora Prefeita Municipal, a Sr. Eliene Liberato. Uma das crianças está em uma cadeira de rodas, e as outras pessoas estão em pé ao redor dela. Estão em ambiente fechado, provavelmente o gabinete da Prefeita e todos sorriem para a foto, transmitindo uma sensação de orgulho e alegria.

A prática diária das modalidades no CRPB-UNEMAT materializa a inclusão social e o desenvolvimento motor dos participantes. Essa vivência promove a interação e o compartilhamento de experiências entre atletas com diferentes especificidades funcionais, evidenciando o protagonismo dos alunos no paradesporto, conforme ilustrado na Fotografia 9.

Fotografia 9 - Atletas paralímpicos vinculados ao projeto CRPB-UNEMAT



Vitor Hugo Dutra, Jamilly Aguilhera e Gonçalina Silva obtiveram, em suas respectivas categorias, a 3ª, 4ª e 5ª colocação na fase nacional das Paralimpíadas Escolares na modalidade badminton
Foto: Arquivo CRPB-Unemat

Fonte: CIPEEF UNEMAT, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Um menino em pé com raquete de badminton nas mãos, ao seu lado menina em pé e na frente dela uma menina sentada em cadeira de rodas utilizada em competição. Estão sorrindo e vestindo uniforme do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Conforme verificado, os(as) alunos(as) do CRPB/UNEMAT vem se destacando e alcançando resultados expressivos nas competições em que participam. Tanto que, somente nos Jogos Paralímpicos e Paradesportivos Mato-Grossenses 2025, realizado entre os dias 31 de julho a 1º de agosto, nas cidades de Várzea Grande e Cuiabá/MT, a delegação da Unemat conquistou 38 (trinta e oito) medalhas nas modalidades atletismo e parabadminton, sendo 24 medalhas de ouro, 10 de prata e 4 de bronze. Sobre o papel dessas competições, com base nos estudos de Reverdito et al. (2008, p. 37):

> A competição é elemento fundamental do esporte, que dá sentido a sua existência, e é nela que a manifestação do esporte se realiza em sua plenitude. Portanto, qualquer ação orientada para o ensino e aprendizagem do esporte não está desvinculada da necessidade de se aprender a competir.

Recentemente, dois atletas do CRPB-UNEMAT, um menino e uma menina, foram convocados para representar o Brasil no Pan-Americano de Parabadminton. É importante destacar que, no âmbito do CRPB-UNEMAT, as competições não constituem uma finalidade em si ou uma obrigação, mas sim uma possibilidade e oportunidade de desenvolvimento.

Conforme Reverdito et al. (2013, p. 447), 'a oportunidade de competir torna possível um resgate do conhecimento e da confiança nas atitudes próprias, experimentar novos sentimentos diante da diversidade de desafios, dentro ou fora de quadra, o que faz uma grande diferença no jogo da vida'. Essa perspectiva reforça o caráter formativo e inclusivo do projeto, em que o esporte adaptado se configura como instrumento de emancipação e cidadania (Fotografia 10).

Fotografia 10 - Atletas de Parabadminton do CRPB UNEMAT



Fonte: CIPEEF UNEMAT, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Na fotografia, duas pessoas jovens posam lado a lado em frente a um painel coberto de logotipos e textos institucionais. À esquerda está uma jovem, de cabelos cacheados na altura dos ombros, usando óculos de armação fina e sorrindo amplamente. Ela veste uma camiseta esportiva nas cores azul e verde com a palavra “UNEMAT” estampada em branco no peito e faixas horizontais claras na altura da barriga. À direita, um rapaz de cabelos curtos e castanhos, também de óculos, olha para a câmera com expressão serena. Ele usa uma camiseta de modelo semelhante, com predominância do azul e detalhes em verde, também identificada com o nome “UNEMAT”. Ambos mantêm os braços relaxados ao lado do corpo. Ao fundo, o banner exibe logomarcas e textos de projetos universitários, entre eles “CIPEEF”, “Centro de Referência Paralímpica” e “UNEMAT na comunidade”, em cores diversas sobre um fundo claro.

Os dados levantados no presente estudo confirmam esse entendimento. Para muitos(as) alunos(as), cada viagem, cada competição e cada medalha constituem experiências inéditas que rompem com limites geográficos, sociais e simbólicos, fortalecendo sua autonomia e autoestima. Essa participação em eventos esportivos, portanto, não se resume ao desempenho técnico ou à visibilidade conquistada pelo paradesporto, mas materializa processos de desenvolvimento pessoal e social que ampliam horizontes e projetam novas trajetórias de vida.

Os laços afetivos e o sentimento de pertencimento são tão verdadeiros que alguns (mas) alunos(as) escolhem comemorar seu aniversário com os(as) colegas de treino, professores(as) e bolsistas do CRPB UNEMAT (Fotografia 11).

Fotografia 11 - Comemoração do aniversário de um atleta do CRPB-UNEMAT



Fonte: Arquivo institucional do CIPEEF, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A foto mostra um grupo de aproximadamente vinte pessoas reunidas em um ginásio esportivo, em frente a arquibancada azul. Na parte central, há uma mesa retangular pequena na cor bege, sobre a qual estão três bolos de chocolate e três garrafas grandes de refrigerante. Ao redor da mesa, há várias crianças, adolescentes e jovens, a maioria usando camisetas esportivas azuis e amarelas, entre elas está o aniversariante. Atrás há pessoas adultas, sorridentes e descontraídas. O ambiente transmite clima de confraternização e celebração coletiva.

As narrativas dos familiares também convergem para a constatação de que o CRPB-UNEMAT não se limita a ser um espaço de prática esportiva, mas configura-se como ambiente de acolhimento, socialização e fortalecimento de vínculos comunitários.

> Porque nesse ambiente eles não se sentem julgados ou são olhados porque são diferentes, então eles são livres. [...] Hoje ele chega e fala Tchau, mãe e vai (Trecho da fala da Mãe 1, grupo focal nº 1).
>
> Além de gostar das atividades, é um momento de convívio com outras crianças também. (Trecho da fala da Mãe 7, Grupo focal 2).
>
> Quando comecei trazê-lo no projeto e logo no início ainda acompanhava para ele se sentir seguro, mas agora não, deixo ele, saio, volto (Trecho da fala da Mãe 8, Grupo focal nº 2).

> Então é muito bom porque ela socializa. Ela interage com outras crianças. É um lugar onde ela se sente bem, acolhida. Ela se sente, querida, né? É assim o centro (Trecho da fala da Mãe 9, Grupo focal nº 3).

Ao possibilitar vivências que extrapolam o cotidiano das famílias, o projeto amplia a rede de apoio social, fortalece a autonomia dos(as) participantes e cria oportunidades concretas de pertencimento. Esses resultados demonstram que a política pública de incentivo ao paradesporto, quando bem articulada, potencializa processos de desenvolvimento humano em múltiplas dimensões — física, cognitiva, social e afetiva — e contribui para a consolidação de práticas inclusivas.

Nesse sentido Araújo (1996) é elucidativo, ao destacar que o esporte deve ser visto de forma abrangente, como via de autoconhecimento, superação, integração e sociabilização.

> O Desporto pode ser visto de uma maneira muito mais abrangente por seu praticante, ou seja, como o caminho para o autoconhecimento, superação, integração, sociabilização, valorização através do esporte, melhora orgânica e a oportunidade de se posicionar diante das dificuldades estabelecidas pelo mesmo. É, para alguns, o momento único de estar em: oposição, resistência, cooperação, derrota, vitória e superação dos obstáculos que a deficientização causa em decorrência de um tratamento subestimado que uma sociedade segregadora impõe e o momento em que mesmo ele sendo deficiente precisa provar sua eficiência, mesmo que seja para se satisfazer, para firmar sua auto-estima (Araújo, 1996, p. 112).

Sob essa perspectiva, observa-se que, no caso do CRPB/UNEMAT, as conquistas esportivas são apenas a face visível de um processo mais profundo de transformação, no qual pessoas historicamente subestimadas e excluídas encontram no esporte não apenas um espaço de resistência, mas também de afirmação de sua eficiência e dignidade.

Registra-se, ainda, que os resultados alcançados pelos(as) alunos(as) do projeto têm possibilitado a alguns(as) deles(as) a participação em editais de fomento esportivo, notadamente por meio do Programa Bolsa-Atleta, tanto em âmbito federal (Programa Nacional do Ministério do Esporte) quanto estadual (Programa Olimpus da SECEL-MT). Nos anos de 2022 e 2023 apenas um(a) aluno(a) logrou êxito em ser contemplado(a) com a referida bolsa. Entretanto, em 2024, houve significativa ampliação desse acesso haja vista que 4 (quatro) alunos(as) foram contemplados(as) com a bolsa-atleta estadual, a ser recebida pelo período de 12 meses, com valores que variaram entre R$ 200,00 (uma aluna) a R$ 800,00 reais. Ademais, outros dois alunos conquistaram, no mesmo período, a bolsa-atleta federal. Neste ano de 2025, 5 (cinco) alunos(as) conseguiram bolsa federal no atletismo e 11 (onze) atletas atingiram critérios e estão aguardando o resultado da Bolsa Olimpus (estadual). Essas bolsas fortalecem ainda mais a continuidade de suas trajetórias esportivas.

É importante evidenciar também que a inserção do CRPB/UNEMAT em eventos de grande visibilidade não se restringe ao campo esportivo. A presença da instituição também se projeta em iniciativas de caráter cultural e comunitário, fortalecendo sua atuação junto à sociedade local e ampliando os espaços de inclusão social. Nesse sentido, destaca-se a participação no Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe), a partir de 2023.

Trata-se de um evento de grande relevância cultural, turística e ambiental, amplamente reconhecido dentro e fora do país, no qual o CRPB/UNEMAT passou a marcar presença por meio de um estande institucional de caráter informativo e, também, na prova de pesca esportiva. Desde então, o FIPe incorporou em sua programação um dia específico para a Pesca de Pessoas com Deficiência (PCD), conforme a Fotografia 12.

Fotografia 12 -Atletas do CRPB/UNEMAT participando do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe)



Fonte: Produzido pela Autora, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): à esquerda: um pequeno grupo de pessoas em uma atividade de pesca à beira do Rio Paraguai em um dia ensolarado. Em primeiro plano, há um jovem sorridente usando boné preto e uma camiseta com mangas longas nas cores laranja, azul e branca. Ele segura uma vara de pescar e olha para a câmera com uma expressão alegre. Ao lado dele, há outra pessoa, também vestindo um boné e a mesma camiseta colorida, que levanta a mão em um gesto de comemoração, como se tivesse fisgado algo ou estivesse se divertindo. Atrás deles, outros participantes observam a água ou seguram varas de pesca. A atmosfera é de descontração e lazer em meio à natureza.

Audiodescrição da imagem à direita: Algumas pessoas participando de uma atividade de pesca na margem do Rio Paraguai em um dia ensolarado. Em primeiro plano, à direita, um jovem está sentado na areia, usando um chapéu camuflado, óculos de grau, camiseta de mangas longas laranja e branca, além de protetores ortopédicos nas pernas. Ele segura uma vara de pescar e olha calmamente para a água. Ao lado dele, de pé, há outro jovem alto, de óculos escuros e boné, também usando a mesma camiseta do evento e calça esportiva verde e preta. Outros participantes, ao fundo, seguram varas de pescar e olham para o rio. Em segundo plano, há uma tenda branca e algumas árvores, com mais pessoas espalhadas pela areia. A cena transmite um ambiente tranquilo de lazer e convivência ao ar livre.

Trata-se de um evento de grande relevância cultural, turística e ambiental, amplamente reconhecido dentro e fora do país, no qual o CRPB/UNEMAT passou a marcar presença por meio de um estande institucional de caráter informativo e, também, na prova de pesca esportiva. Desde então, o FIPe incorporou em sua programação um dia específico para a Pesca de Pessoas com Deficiência (PCD), conforme a Fotografia 12.

Dentro desse cenário tem-se a materialização das diretrizes propostas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), especialmente no que tange à descentralização e à criação de pólos de desenvolvimento regional, encontra eco nas parcerias firmadas com as instituições de ensino superior do estado de Mato Grosso. Um marco expressivo dessa articulação interinstitucional voltada à promoção do esporte adaptado e à pesquisa científica pode ser observado no engajamento de docentes, pesquisadores e gestores durante as ações de fortalecimento do paradesporto local (Fotografia 13).

Fotografia 13 - Autoridades e atletas do CRPB/UNEMAT



Fonte: Arquivo institucional do CIPEEF, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um grupo de 13 pessoas, incluindo homens e mulheres, posando para uma foto em um estande de evento, possivelmente relacionado a esportes e inclusão. No centro da foto, há uma mesa baixa com diversos equipamentos esportivos, como bolas e acessórios de modalidades paralímpicas. À esquerda, um banner identifica o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro, enquanto à direita há um painel indicando o Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Esportes e Exercício Físico (CIPEEF) da UNEMAT. No primeiro plano, é visível uma cadeira de rodas esportiva laranja. A atmosfera é formal e profissional, com o grupo demonstrando orgulho e engajamento com o evento de inclusão.

Essa cooperação estratégica entre o esporte de rendimento e a academia não apenas impulsiona a formação de recursos humanos qualificados, mas também consolida o papel das

universidades públicas na garantia do direito fundamental ao esporte e na construção de espaços efetivamente inclusivos.

De acordo com dados oficiais da Prefeitura de Cáceres/MT, 185 pessoas (cento e oitenta e cinco) com deficiência participaram da Prova de Pesca no Festival no ano de 2024. O então Secretário Municipal de Turismo, sr. Claudio Henrique Donatoni reconheceu a importância da inclusão afirmando que “Incluir PcDs no festival de pesca é uma forma de proporcionar a elas a oportunidade de se integrar e socializar com outras pessoas e com o meio ambiente, por meio de uma pesca ecologicamente correta” (Cáceres, 2024). No ano de 2024 um aluno do CRPB/UNEMAT conquistou o 2º lugar na prova de Pesca Masculina PCD, e neste ano de 2025 outro aluno alcançou o 1º lugar na mesma categoria. Ambos receberam troféus e prêmios diretamente das mãos da Prefeita Eliene Liberato e outras autoridades locais, (Fotografias 14 e 15).

Fotografia 14 - Momento das premiações do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe)



Fonte: Autora, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): à esquerda: A imagem mostra uma cerimônia de premiação em um ambiente fechado. No centro, um jovem está em pé no pódio, na posição de 2º lugar da categoria Pesca PCD. Ele usa boné, óculos, e uma camiseta colorida do evento, segurando um troféu em uma das mãos e uma placa indicando sua colocação. Ao redor dele, estão três adultos: à esquerda, uma mulher vestindo um longo vestido amarelo e uma faixa verde escrita "Musa da Pesca"; e, à direita e atrás dele, dois homens, um de camisa preta e outro com colete, ambos sorrindo. Ao fundo, um grande telão exibe o logotipo do Festival Internacional de Pesca Esportiva, com um peixe estilizado e colorido. A cena transmite o orgulho e a celebração pela conquista do jovem na competição.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): à direita: A imagem mostra um jovem no centro, com troféu e uma placa indicando sua conquista de 2º lugar na categoria Pesca PCD. Ele usa boné e veste camiseta colorida do evento e sorri para a câmera. Ao seu redor, quatro adultos posam ao seu lado, demonstrando apoio e celebração pela conquista. Um deles é o pai do jovem, o outro é o coordenador do CRPB/UNEMAT e as outras duas são

estagiárias/bolsistas do CRPB/UNEMAT. A atmosfera é de orgulho e comemoração pela vitória do jovem na competição.

Na sequência a continuação do momento das premiações do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe), conforme visto na Fotografia 15.

Fotografia 15- Momento das premiações do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe)



Fonte: Página da Câmara Municipal de Cáceres-MT. Disponível em: https://www.caceres.mt.leg.br/institucional/fotos/premiacao-fipe-pcd-06-08-25. Acesso em: 20 de ago. 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra o pódio da categoria Pesca PCD no Festival Internacional de Pesca de Cáceres/MT em 2025. No centro, sobre o 1º lugar, um aluno do CRPB da UNEMAT usando boné verde, camiseta azul e medalha dourada segura troféu em formato de peixe. Ao lado dele, outros competidores ocupam o 2º e o 3º lugar, também com uniformes azuis e troféus nas mãos. Na frente do pódio, quatro mulheres posam sorridentes entregando o prêmio aos vencedores, entre elas a Prefeitura Municipal Eliene Liberato e a Secretária de Turismo, Alessandra Castilho. O clima é de celebração e conquista.

É importante salientar que embora o pódio represente uma conquista digna de celebração, a maior vitória a ser registrada está no avanço da acessibilidade no Município de Cáceres/MT, que incluiu a categoria Pesca PCD pela primeira vez em 2018, durante o 37º Festival. Entretanto, com a pandemia da Covid-19, o evento deixou de ser realizado nos anos de 2020 e 2021. Quando retomado em 2022, a modalidade destinada às pessoas com deficiência não foi incluída, sendo reestabelecida apenas em 2023 e, desde então, consolidada como parte da programação oficial no primeiro dia do Festival.

Para a referida prova, é construído um *deck* de madeira com rampas de acesso, instalado à margem do rio para viabilizar a participação de pessoas com deficiência física usuárias de cadeiras de rodas, órteses, próteses ou outros recursos de mobilidade. Contudo, essas adaptações restringem-se exclusivamente ao dia da prova, conforme a Fotografia 16. Trata-se, portanto, de uma adaptação efêmera, que não se traduz em ações permanentes capazes de assegurar o direito ao lazer e ao meio ambiente de forma contínua. Nesse sentido, destaca-se trecho de falas de duas mães:

> Olha só, gente, que visão pequena que é a de que: Porque tem o dia da pesca PCD [...] (Trecho da fala da Mãe 2, Grupo focal nº 2)

> [...] E no FIPE teve o dia de levar as crianças e aí eu levei. Nesse dia já foi uma situação que eu cheguei, aquela fila de crianças e na hora da entrada me abordaram. Falou assim que hoje não é o dia do PCD. Eu falei assim, mas ele não veio como PCD, ele veio como aluno da escola, ele vai participar. Então, assim, eu acho até injusto também. Às vezes a gente deixa assim um dia só, né? É específico, né? Assim como se fosse separado. Tem que ser diferente. A gente deixa aquela plataforma, não é todos os dias, né?

Fotografia 16 - Atletas do CRPB/UNEMAT participando do Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPe)



Fonte: Autora, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Foto 1: A imagem mostra uma mulher de cabelos presos e óculos escuros, vestindo blusa de manga longa rosa, empurrando uma cadeira de rodas sobre um deck de madeira com corrimões metálicos. Na cadeira está uma criança sorridente, usando boné verde e preto, camiseta azul do Festival Internacional de Pesca (FIPe) e calça clara com desenhos coloridos de flores e borboletas. Ao fundo, vê-se o rio Paraguai, margeado por árvores, e várias pessoas participando da atividade de pesca, algumas em pé no deck e outras na beira da água. O ambiente é ensolarado, transmitindo clima de lazer e integração.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Foto 2: A imagem mostra um garoto em cadeira de rodas, sorridente, durante uma atividade de pesca sobre um deck de madeira com grade de proteção às margens do Rio Paraguai. Ele usa boné verde e preto, camiseta azul estampada e segura a linha de pesca com entusiasmo. Ao lado dele, há outras pessoas com cadeiras de rodas e uma pessoa em pé. Ao fundo, vê-se o rio de águas tranquilas, árvores verdes na margem e um céu parcialmente nublado, compondo um cenário de lazer e integração com a natureza.

Embora reconheçamos o mérito da inserção dessa categoria em um evento turístico e cultural internacionalmente prestigiado, essa medida ainda é muito tímida diante das reais demandas de acessibilidade urbanística, arquitetônica e atitudinal local, conforme evidenciam relato dos familiares que participaram do grupo focal:

> Aí eu desci com [...] ali na praça. [...] Eles colocaram um vaso de planta que fica um espaço mínimo para você passar com a cadeira de rodas. [...] Hoje nós temos uma cidade, infelizmente, que atrapalha até um passeio com cadeirante. [...] (Trecho de fala do Pai 2, Grupo focal nº 3).

> Como é que uma pessoa cadeirante anda aqui em Cáceres? Não anda. Fica em casa, né? (Trecho de fala da Mãe 2, Grupo focal nº 2).

Percebe-se que, uma década após o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual garantiu expressamente o direito à acessibilidade (Art. 3º, I) ainda permanece uma lacuna quanto à garantia de condições estruturais que permitam a fruição desse patrimônio cultural e ambiental, bem como o acesso à espaços públicos em geral no Município de Cáceres/MT por pessoas com mobilidade reduzida ou dificuldades de locomoção em qualquer época do ano. Mais do que um gesto simbólico, a acessibilidade no FIPe deve ser compreendida como política pública inclusiva, indispensável para assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício do direito ao lazer, à cultura e à convivência comunitária.

No ano de 2024, foi formalizada nova parceria entre a UNEMAT, o Município de Cáceres/MT e o CPB, mediante a celebração do Acordo de Cooperação nº 001/2024, com vigência por 4 (quatro) anos. Nesse acordo, além de garantir a oferta do transporte para alunos(as) até o CRPB da UNEMAT, de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e como parte das ações previstas nesse Acordo, os(as) professores(as) da rede municipal de ensino estão recebendo formação no Curso "Movimento Paralímpico: Fundamentos Básicos do Esporte", com carga horária de 46 (quarenta e seis horas), ofertado pelo CPB na modalidade ensino à distância (EaD).

Assim, de acordo com o CPB (Brasil, 2025) esse curso permitirá que "Ao longo das aulas, os alunos conheçam a história e estrutura do esporte paralímpico, o Comitê Paralímpico Brasileiro, os tipos de deficiência elegíveis e os aspectos gerais da classificação esportiva, além

de estratégias de ensino das modalidades adaptadas às crianças.” Essa iniciativa busca enfrentar lacunas ainda existentes no ambiente escolar no que se refere à formação de profissionais capacitados(as) para atuar com estudantes com deficiência.

> Na escola não era fácil, não tem profissionais preparados para atender ou pelo menos que tenha uma mente aberta, com respeito e nem preparação (Trecho de fala da Mãe 1, Grupo focal nº 1).

> Então, a deficiência física, como é o caso da minha filha, a atividade física sempre foi algo restrito (...) na escola mesmo, uma vez eu cheguei na escola e a atividade, a aula de educação física era no campo da escola. E eu cheguei, ela estava sentada. Daí eu falei assim Ai, filha, você não vai participar aí? Antes dela me responder à professora, falou Não, ela não gosta não. Ela prefere ficar sentada. (...) Qualquer atividade física era limitador. E o acesso difícil (Trecho da fala da Mãe 2, Grupo focal nº 2).

Nesse sentido, Alves et al. (2019, p. 20) ressalta que “o esporte na aula de EF definitivamente não é para todos. No entanto, não é apenas nas aulas de EF que o aluno com deficiência não está presente, mas na escola de forma geral.”. Os autores salientam ainda que “É importante que o processo de formação deste profissional busque formas e propostas pedagógicas coerentes com as necessidades atuais da sociedade, buscando respostas para os obstáculos ainda encontrados no campo de atuação” (p. 185)

Ao todo, 29 (vinte e nove) escolas municipais públicas municipais receberão essa capacitação; bem como formação presencial ministrada pelo Prof. Me. Emanuel Messias de Carvalho, Supervisor do CRPB da UNEMAT, que tem visitado essas escolas, urbanas e rurais, para conversar sobre o papel do (a) professor (a) como mediador (a) do ambiente de sala de aula e também sobre os tipos de deficiência. As fotografias 17, 18 e 19, referem-se a formação presencial que tiveram início no ano de 2025.

A abrangência dessa ação formativa, que alcança desde as unidades do perímetro urbano até as instituições da zona rural, reforça o compromisso do CRPB-UNEMAT com a democratização do conhecimento e com a equidade educacional. As itinerâncias pedagógicas conduzidas pelo Supervisor Emanuel Messias de Carvalho promovem um espaço direto de escuta e reflexão sobre o cotidiano docente.

Ao abordar as especificidades das deficiências e os desafios do processo de mediação escolar, a formação instrumentaliza os educadores para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas, rompendo barreiras atitudinais e fortalecendo a rede pública de ensino.

Fotografia 17 - Professores em Formação -CIPEEF — Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação



Fonte: Arquivo Institucional do CIPEEF, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Registro fotográfico da formação presencial realizada na Escola Municipal Fazendo Arte. A fotografia registra um grupo composto por 20 (vinte) pessoas, sendo a maioria mulheres, que posam sorridentes para a foto ao término da formação presencial ministrada pelo Professor Emanuel, que também está presente na imagem. Ao fundo, à esquerda, observa-se um banner azul com o símbolo do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), representado por três setas estilizadas. À direita, há um banner da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), contendo o logotipo do CIPEEF — Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação.

Fotografia 18 - Professores em Formação - CIPEEF — Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação



Fonte: Arquivo institucional do CIPEEF, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Registro fotográfico da formação presencial realizada na Escola Municipal Erenice Alvarenga. O registro mostra um grupo de quinze pessoas, sendo a maioria mulheres, posando

sorridentes para a foto dentro de uma sala de aula. Três mulheres e um homem estão agachados na frente, enquanto as demais estão em pé, alinhadas ao fundo. Ao centro, na parede, há uma televisão ligada exibindo a seguinte frase: "FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO", com os logotipos da UNEMAT e do Centro de Referência Paralímpico Brasileiro. À direita da TV há um quadro branco e, à frente dele, um banner vertical da UNEMAT. Do lado esquerdo, há outro banner com o logotipo do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Fotografia 19 - Professores em Formação



Fonte: Arquivo institucional do CIPEEF, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Registro fotográfico da formação presencial realizada no Núcleo Sapiquá, composto por três escolas: Escola Municipal Santa Catarina, Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida e Escola Municipal da Roça Velha, localizada na Zona Rural, na saída para a Bolívia, à cerca de 80 km da região urbana de Cáceres/MT. A imagem mostra um grupo de doze pessoas, sendo nove mulheres e três homens, posando sorridentes para uma foto dentro de uma sala de aula. Três mulheres estão agachadas na frente e as demais pessoas estão em pé, lado a lado, formando uma linha. No fundo da sala, fixado na parede, há um televisor ligado que exibe os logotipos da UNEMAT e do Centro de Referência Paralímpico Brasileiro, com o texto: “FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CÁCERES”. Abaixo da TV, estão dispostos dois banners: à esquerda, o banner do Centro de Referência Paralímpico e, à direita, o da UNEMAT.

Essas ações formativas realizadas pelo CRPB UNEMAT respondem uma demanda local, mas também estão alinhadas à Meta 4, do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014, prorrogado pela Lei nº 14.934/2024), que estabelece como diretriz um sistema educacional nacional inclusivo.

É importante ressaltar que a cooperação firmada com o ente Municipal permitiu uma maior aproximação entre os(as) professores(as) e o CRPB da UNEMAT. Tanto é assim que na última edição do Festival Paralímpico realizada no dia 14/06/2025, notou-se a presença de vários(as) professores(as) da rede Pública Municipal de Ensino, inclusive muitos(as) deles(as)

levaram alunos(as) para participarem do Festival. Destaca-se também a presença significativa de professores(as) e 25 (vinte e cinco) alunos(as) da Escola Municipal Santo Antônio do Caramujo, localizada no distrito do Caramujo, que deslocaram cerca de 34 Km (trinta e quatro quilômetros) para participar dessa edição do Festival.

Também se fizeram presentes o atual Secretário Municipal de Educação, Fransérgio Rojas Piovezan, a psicóloga Aline Caxito, responsável pela Educação Especial e Inclusiva, bem como professoras da sala regular e da sala de recursos multifuncionais, vinculadas à Coordenadoria Pedagógica do SME do Município de Cáceres/MT.

Outra ação importante que ocorreu devido a articulação do CIPEEF e CRPB da UNEMAT foi uma reunião entre mães de crianças com deficiência, profissionais da saúde e a Superintendente Estadual da Pessoa com Deficiência, a Sra. Taís Paula, no dia 19 de março de 2024 aqui em Cáceres/MT. Muitas mães presentes nessa reunião já participavam ativamente de movimentos de luta em defesa dos direitos da pessoa com deficiência, cobrando autoridades, contudo agiam de forma individual ou em grupos constituídos apenas de fato.

Após serem ouvidas, a Superintendente explicou a importância de se organizarem como associações civis sem fins lucrativos, oficialmente registradas como exige a legislação brasileira, para que pudessem ter mais representatividade e participação nos conselhos municipais, levando demandas e defendendo os direitos da coletividade que representam, (Fotografia 20).

Fotografia 20 - Reunião entre mães de crianças com deficiência, profissionais da saúde e a Superintendente Estadual da Pessoa com Deficiência, Taís Paula



Fonte: Autora, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um grupo com 16 pessoas adultas reunidas em uma sala de reunião. Ao fundo, uma parede azul-turquesa exibe o logotipo da UNEMAT. Há também uma grande tela

preta e uma mesa de conferência com microfones, indicando um ambiente formal, destinado a apresentações ou eventos institucionais. O grupo é composto por homens e mulheres de diferentes idades, muitos dos quais estão sorrindo e aparentam estar à vontade. No centro, a Superintendente Estadual da Pessoa com Deficiência, Taís Paula vestindo uma camiseta azul com a frase "Inclusão & Presença" está sentada.

A partir daí o CRPB-UNEMAT buscou parceria com o Projeto de Extensão SAJUDH - Serviço de Assessoria Jurídica Popular em Direitos Humanos, vinculado ao Núcleo de Prática Jurídica, projeto de extensão do curso de Direito, Campus Universitário de Cáceres-MT, da UNEMAT, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Armando Ulian do L. Albuquerque, também Coordenador do Curso de Direito. Assim, no mês seguinte, em abril/2024, teve início a primeira reunião, realizada numa sala de aula do Curso de Direito, da UNEMAT, conduzida pelo Prof. Antônio Armando e que contou com a participação de pais e mães de alunos(as) do CRPB da UNEMAT, que desejavam se organizar como Associação.

Também participaram acadêmicos do curso de educação física da UNEMAT e outras pessoas interessadas em receber orientação e assessoria jurídica gratuita para a criação e/ou registro de associações civis sem fins lucrativos ligadas à defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Inclusive alguns (mas) dos(as) presentes desejavam criar uma Associação de Pessoas com Deficiência Física e outros(as) uma associação ligada à prática esportiva para pessoas com ou sem deficiência. Além disso, os membros-fundadores da Associação de Pais e Amigos de Autistas de Cáceres/MT - APAAC, Associação dos Girassóis Solidários - AGISOL e Associação Atlética Acadêmica de Educação Física – Fênix – AAAEF, que já existiam de fato há muitos anos, também participaram da reunião.

Após inúmeras reuniões, nas quais o professor Dr. Antônio Armando ouviu, orientou e sanou as dúvidas das pessoas presentes, foi elaborado o estatuto de 4 (quatro) associações civis sem fins lucrativos, ligadas à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, que elegeram suas respectivas diretorias e puderam ser registradas em Cartório. São elas: a Associação de Pais e Amigos de Pessoas Autistas – APAAC, Associação dos Girassóis Solidários – AGISOL (relacionada às deficiências ocultas), Associação Atlética Fênix de Educação Física - e Associação Esporte e Lazer na Comunidade (ASSELC).

Imediatamente após, também mediante colaboração de professores do Curso de Ciências Contábeis da UNEMAT, essas associações receberam auxílio para o cadastro de CNPJ junto à Receita Federal, e junto ao Município de Cáceres para emissão de Alvará de localização e funcionamento. Desde então, passaram a ter legitimidade para participar de conselhos municipais, tendo além de voz, o direito ao voto; bem como passaram a poder concorrer a

editais pleiteando o recebimento de recursos financeiros para desenvolver atividades relacionadas aos seus fins sociais.

Fotografia 21 e 22- CIPEEF — Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Estudo e Extensão em Esporte e Formação



Fonte: Autora, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Foto 1: A imagem mostra uma sala de aula moderna, com cadeiras escolares na cor verde água. À frente, o Prof. Antônio Armando está sentado, operando um notebook conectado ao projetor que exibe o estatuto da AGISOL na parede branca para leitura e análise de oito mulheres e um homem sentados em diferentes pontos da sala.
Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Foto 2: O Prof. Antônio Armando posa para foto com grupo de mais dez pessoas adultas, em frente a uma porta com a placa "CIPEEF". Entre essas pessoas estão o Prof. Riller Silva Reverdito, coordenador do CIPEEF e o Prof. Emanuel Messias, Coordenador do CRPB-UNEMAT; bem como professores(as) do projeto e mães de alunos(as). A maioria sorri. Estão em um ginásio esportivo, ao lado de uma quadra com traves e arquibancadas verdes. O ambiente é coberto e bem iluminado.

O processo de fortalecimento do paradesporto e da inclusão social na região não se restringe à prática de atividades corporais, perpassando, fundamentalmente, pela consolidação jurídica e institucional dos movimentos sociais locais, uma vez que a transição de ações assistenciais para políticas de direito exige que as organizações representativas alcancem a regularização formal para pleitear recursos públicos e firmar convênios. Nesse sentido, as atividades de assessoria técnica e extensão universitária desenvolvidas junto às comunidades resultaram em marcos históricos para a governança local, materializados no registro cartorário dos estatutos da Associação de Gestão de Inclusão Social e Paradesporto (AGISOL), Fotografia 23, e da Associação de Esporte, Lazer e Cidadania (ASSELC), Fotografia 24, atos institucionais que não apenas celebram a autonomia política dessas entidades, mas também chancelam o compromisso de construção de saberes entre a academia e a sociedade civil organizada.

Fotografia 23 e 24 - Registro do Estatuto Social da AGISOLe da ASSELC



Fonte: Autora, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Foto 1: A imagem mostra a Presidente da AGISOL, Débora Pacheco, o Prof. Antônio Armando, uma associada e esta pesquisadora posando para foto. A Presidente segura em suas mãos o Estatuto da Associação que acaba de ser registrado no Cartório. Ao fundo percebe-se uma parede branca e portas de entrada de banheiro, ao lado uma tela colorida e abstrata decora a parede. O grupo demonstra estar celebrando o momento com alegria.
Nota de acessibilidade (Audiodescrição): Foto 2: O Prof. Antônio Armando posa para foto ao lado de três membras da diretoria da ASSELC, entre elas a presidente da Associação, Eliandra Barbosa e a vice-presidente Cícera Feitosa que seguram juntas em suas mãos o Estatuto que acaba de ser devidamente registado em Cartório. O sorriso no rosto das pessoas do grupo demonstra que estão alegres comemorando um momento importante. Ao fundo da imagem percebe-se uma parede branca e portas de entrada de banheiro, ao lado uma tela colorida e abstrata decora a parede.

Logo após o registro dessas Associações, o CIPEEF/CRPB-UNEMAT promoveu o curso “Cidadania Ativa: O papel das associações civis sem fins lucrativos e a Participação cidadã nos Conselhos Municipais”, que teve início na noite do dia 07 de novembro de 2024 com o lançamento do livro “Fortes e inspiradoras: Histórias de mulheres que transformam desafios em inspiração”, no qual a Sra. Cícera Feitosa, mãe de um aluno do CRPB-UNEMAT é autora de um dos capítulos.

O lançamento do livro foi seguido por uma Roda de conversa com o tema: “Histórias que inspiram e conectam pessoas”, onde participaram a Sra. Taísa Paula e Cícera Feitosa, e contou com a participação de muitas pessoas, principalmente mães que puderam levar seus(as) filhos(as) e deixá-los(as) aos cuidados de bolsistas e estagiárias do CRPB/UNEMAT que prepararam atividades recreativas para incluí-las (Fotografia 25).

Fotografia 25 - Participantes do curso: curso “Cidadania Ativa: O papel das associações civis sem fins lucrativos e a Participação cidadã nos Conselhos Municipais”



Fonte: Autora, 2024.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um auditório amplo, bem iluminado, com cerca de 40 pessoas sentadas em cadeiras escolares pretas com pranchetas acopladas, voltadas para a frente da sala. Na parte frontal, Taís Paula e Cícera conduzem a roda de conversa. Atrás delas, há três bandeiras (Brasil, Mato Grosso e município), um púlpito transparente, e dois banners: um do "CIPEEF" e outro do "Centro de Referência Paralímpico Brasileiro". A plateia é composta majoritariamente por mulheres, todas atentas à apresentação.

No dia 08 de novembro de 2024, a programação do evento retomou no período matutino com a apresentação das Associações presentes e na sequência uma roda de conversa com o tema: Participação cidadã nos Conselhos Municipais na cidade de Cáceres/MT. No período vespertino ocorreram as palestras: “Atuação em Direitos Humanos e o registro das atividades nas associações”, ministrada pelo Prof. Dr. Antônio Armando e “Contabilidade e Gestão Financeira para o Terceiro Setor: abordagens e aplicações”, ministrada pela Professora Mestra Cláudia Alves Perez.

Esse evento teve a finalidade de fortalecer e capacitar as associações civis sem fins lucrativos, recém criadas, relacionadas à causa da pessoa com deficiência e inclusive a então coordenadora técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social esteve presente no mesmo, a qual ressaltou que não havia sido publicado o edital para eleição de conselheiros(as) do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência porque até então não havia no Município de Cáceres o número mínimo de associações exigidos na lei de criação do referido conselho. O evento atraiu também a imprensa local, que além de cobertura fotográfica e vídeo, entrevistou a Superintendente presente; bem como a sra. Cícera Feitosa e o Coordenador do CRPB/UNEMAT.

Toda a mobilização teve resultado, e no dia 28 de fevereiro de 2025 foi publicado pelo Município de Cáceres/MT o edital de convocação para o processo de eleição dos segmentos da sociedade civil para compor o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Cáceres-MT, e, após os trâmites necessários, no dia 08 de abril de 2025 foi realizado o Fórum para eleição dos(as) conselheiros(as) que passaram a compor referido conselho no biênio 2025/2027.

Os(as) representantes eleitos(as) foram empossados no dia 15 de maio do corrente ano, em solenidade no gabinete da Prefeita Municipal de Cáceres-MT na presença do vice-prefeito, secretários(as) municipais, alguns vereadores, entre outras autoridades. Além disso, contou com um intérprete de libras para que as pessoas surdas presentes, inclusive uma conselheira eleita, pudessem ter conhecimento do que estava sendo falado pelas pessoas durante a posse (Fotografia 26).

Fotografia 26 - Posse do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Cáceres-MT, 2025/2027



Fonte: Autora, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra a posse dos(as) conselheiros(as) realizada no Gabinete da Prefeita, uma sala ampla e bem iluminada, com paredes claras e janelas com persianas. Estão presentes homens e mulheres de diferentes idades e perfis, ao redor de mesas retangulares de madeira em formato de "U", sentadas em cadeiras pretas. Várias pessoas também estão em pé no fundo, próximas à porta de entrada. A prefeita conduz a solenidade, ao seu lado estão seu vice-prefeito e a secretária de Ação social, também sentados. Atrás deles e em pé estão um servidor e um Secretário Municipal. Também em pé, na lateral, um intérprete de libras faz-se presente.

A implantação desse Conselho é um feito histórico no município pois, embora o CMDPD tenha sido criado no ano de 2010 pela Lei Municipal nº 2.246, não se tem notícias de

que o mesmo tenha funcionado de fato até esse momento. Além disso, é importante ressaltar que isso só foi possível porque desde maio/2022, após algumas mães de pessoas com deficiência mobilizarem a Secretaria Municipal de Ação Social que realizou uma reunião na qual estiveram presentes a Prefeita Municipal, alguns (mas) vereadore (as) e o coordenador do CRPB/UNEMAT. Após referida reunião foi criada uma Comissão designada pela Prefeita para analisar a lei do Conselho em comento e decidir sobre a necessidade de revogação e ou alteração da mesma. Além de servidores(as) do Município, fizeram parte dessa comissão algumas mães de pessoas com deficiência e o coordenador do CRPB/UNEMAT. Os trabalhos dessa comissão resultaram na promulgação da Lei Municipal nº 3.219/2023 que alterou alguns artigos da lei que criou o CMDPD.

É importante destacar que esses esforços conjuntos e a dedicação de tantas pessoas comprometidas com a causa demonstram a força de uma sociedade que luta pela construção de uma realidade mais justa e inclusiva para todos. Este Conselho, que agora toma forma no Município de Cáceres, será um espaço fundamental para que as pessoas com deficiência e suas famílias possam participar das decisões que impactam diretamente suas vidas, garantindo que as políticas públicas locais sejam desenhadas de forma a atender melhor suas reais necessidades. Isso é, sem dúvida, uma grande conquista em direção à uma sociedade mais inclusiva, porém essa caminhada exige a participação contínua de cada um (a) de nós, pessoas com deficiência, suas famílias, poder público e a sociedade em geral, seja na cobrança pela implementação de políticas públicas, ou na simples ação de promover a inclusão no dia-a-dia.

Ainda no ano de 2024 o CRPB UNEMAT mobilizou o Núcleo de Práticas Jurídicas da UNEMAT - NPJ que passou a atender as demandas do CRPB UNEMAT no tocante aos pedidos de autorização judicial de viagem; bem como passou receber demandas dos(as) familiares de alunos(as) do projeto que necessitam de orientação jurídica ou mesmo na defesa de seus direitos em juízo. Assim, as demandas são encaminhadas via e-mail para o NPJ, atendidas gratuitamente com prioridade por tratar-se de famílias de baixa renda e que possuem o direito à prioridade, nos termos do artigo 9º do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

No mês de junho deste ano teve início a primeira reunião do Grupo Terapêutico para pais/mães de alunos(as) do CRPB UNEMAT. Esse projeto denominado “Além dos limites” é coordenado pela Professora Dra Denise Cortela e vinculado ao CIPEEF. De acordo com a professora, a iniciativa surgiu da percepção da necessidade de acompanhamento, acolhimento, apoio, orientação psicoeducacional e suporte emocional aos familiares de alunos(as) do CRPB da UNEMAT, enquanto cuidadores(as). Este projeto dialoga com a Política Nacional de

Cuidados (Lei nº 15.069/2024), que reconhece o cuidado como responsabilidade que deve ser compartilhada entre Estado, famílias, sociedade e mercado, além de buscar redistribuir responsabilidades entre homens e mulheres.

É importante destacar que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (PNAD C), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, enquanto os homens apenas 11,7 horas semanais. Essa realidade acarreta exclusão social, reprodução da pobreza e fragilização da autonomia econômica das mulheres, especialmente das mais pobres, negras e residentes em regiões periféricas ou interioranas. O fenômeno é ainda mais agudo quando trata-se de mães cuidadoras de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, que muitas vezes se veem compelidas a abdicar de projetos pessoais em prol do cuidado intensivo e contínuo, muitas vezes sem o suporte adequado de políticas públicas.

A concepção do cuidado como direito humano fundamental ainda é timidamente debatida na literatura jurídica e social. Segundo Pautassi (2018), o cuidado deve ser entendido não apenas como um conjunto de atividades privadas, mas como uma questão de direitos fundamentais, exigindo reconhecimento jurídico e políticas públicas que garantam sua efetivação. A feminização do Cuidar reflete uma desigualdade de gênero estrutural, em que a responsabilidade pelo cuidado recai majoritariamente sobre as mulheres. De acordo com Siqueira (2024), o cuidado historicamente foi atribuído às mulheres como um dever natural, reforçando a assimetria na distribuição das tarefas domésticas e sociais. Essa sobrecarga de responsabilidades e desvalorização geram impactos significativos nas trajetórias pessoais e sociais das mulheres, limitando suas oportunidades educacionais, profissionais e de participação na vida pública.

Sensível a essa realidade, a coordenadora do projeto explicou que inicialmente foi realizado um mapeamento das demandas desses(as) cuidadores(as), em seguida elaborado um plano de acompanhamento consistente e coerente com as necessidades identificadas. Para subsidiar esse processo, aplicou-se um questionário destinado a avaliar o estado de saúde mental dos(as) participantes, além da realização de rodas de conversas diagnósticas. A partir desses levantamentos, passou-se à definição dos temas a serem trabalhados em cada encontro.

Já foram abordados temas como ‘Educação não violenta’e ‘Autoconhecimento’, e existe um cronograma estruturado até o final deste ano de 2025. Os encontros ocorrem mensalmente, aos sábados à tarde, em espaço do curso de educação física, do Campus

Universitário de Cáceres, da UNEMAT, e conduzidos pela psicóloga Cláudia Oliveira. A opção pelo sábado à tarde foi pensada para contemplar mães ou pais que exercem atividades laborais aos sábados no período matutino, ampliando assim as possibilidades de participação. Para Cláudia, "estar a frente deste projeto é, antes de tudo, um compromisso com o cuidado, com a escuta e com a transformação. [...] um projeto que não apenas preenche lacuna, mas semeia futuro, promovendo saúde emocional para quem muitas vezes cuida em silêncio [...]".

A metodologia dos encontros prevê, inicialmente uma breve exposição teórica sobre o tema, seguida da realização de dinâmicas para interação, reflexão e partilha de experiências. A professora ressalta que embora a adesão inicial ainda seja reduzida, os resultados já observados têm se mostrado significativos e motivadores, reforçando a importância da continuidade do projeto. Nesse sentido, um relato ilustrativo da relevância dessa ação foi registrado pela senhora Cícera, mãe de um dos alunos do CRPB/UNEMAT, que tem participado do Grupo Terapêutico e sobre um deles escreveu em seu blog pessoal:

> (...) os encontros mensais se tornaram um respiro coletivo. Um tempo de escuta, acolhimento, troca de experiências práticas e fortalecimento emocional. (...) A conversa é leve, mas profunda. Falamos de cansaço, sim. Mas também falamos de coragem. De pequenas conquistas que só a gente entende. De estratégias que funcionam. De medos que ainda não conseguimos nomear. Se teu coração andou pedindo um lugar de abrigo, esse lugar existe. Aqui, ninguém precisa dar conta sozinha. Vem tecer com a gente. Porque quando estamos juntas, o impossível fica mais leve (Cícera, 2025, informação publicada com autorização da autora).

Outro aspecto relevante do projeto é a sua preocupação com a logística familiar. Assim, enquanto os encontros terapêuticos acontecem, bolsistas do CIPEEF/CRPB/UNEMAT desenvolvem atividades específicas com as crianças e adolescentes que acompanham seus pais ou mães. Dessa forma, garante-se tranquilidade aos cuidadores(as), que podem participar do grupo com a segurança de que seus filhos(as) estão próximos, bem assistidos e envolvidos em atividades planejadas para eles(as).

É importante ressaltar que além dos encontros ocorrerem aos sábados à tarde, para contemplar mães ou pais que trabalham no sábado no período matutino, ela conta com o apoio de bolsistas do CIPEEF/ CRPB da UNEMAT para realizar atividades para as crianças/ adolescentes que vão acompanhando seus (uas) pais ou mães. Dessa forma, a mãe ou pai podem participar do encontro com a certeza de que seus (uas) filhos(as) estão por perto e bem cuidados participando de uma atividade planejada para eles(as) (Fotografia 27). Essa ação integrada evidencia o papel humanizado da extensão universitária, que pensa na rede de apoio aos responsáveis como parte fundamental da inclusão. O planejamento simultâneo de oficinas

pedagógicas para as crianças transforma o momento de espera em uma vivência rica e produtiva.

Fotografia 27 - Participantes do projeto: Além dos Limites



Fonte: Acervo pessoal de Bruna K. Y. Barros, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A foto mostra oito pessoas sorridentes reunidas em uma sala de aula. Em primeiro plano, uma mulher tira a selfie, e ao fundo as demais posam lado a lado. Atrás do grupo, uma tela exibe o logotipo do projeto “Além dos Limites”. O clima é de encontro descontraído e acolhedor.

Percebe-se que o projeto “Além dos Limites” cria condições para que pais e mães de crianças/adolescentes ou jovens atletas com deficiência do CRPB da UNEMAT possam vivenciar processos proximais de qualidade: rodas de conversa, escuta ativa, dinâmicas psicoeducacionais e trocas de experiências. Esses momentos fortalecem vínculos de apoio social, ressignificam a experiência de cuidado e ampliam a rede de suporte emocional dos cuidadores(as).

Recentemente, no dia 21 de fevereiro de 2025, o secretário municipal de Educação, Fransérgio Rojas Piovesan e o deputado estadual Lúdio Cabral estiveram no CRPB da UNEMAT com o objetivo de conhecer de perto as atividades desenvolvidas e a estrutura do projeto. Nessa ocasião, compareceram também professores(as), bolsistas e familiares de alunos(as) do projeto (Fotografia 28).

A presença das lideranças políticas e da gestão educacional no cotidiano do centro reforça a importância do diálogo entre a universidade pública e o poder legislativo para o financiamento e a ampliação de políticas sociais. Essa visita técnica proporcionou um momento direto de escuta das demandas dos docentes, bolsistas e das próprias famílias, criando um canal oportuno para a viabilização de emendas parlamentares e parcerias governamentais. A articulação visa garantir a melhoria contínua da infraestrutura, a aquisição de novos

equipamentos adaptados e a manutenção do ecossistema de apoio que atende a comunidade cacerense.

Fotografia 28 - Visita de autoridades ao CRPB-UNEMAT



Fonte: Autora, 2025.

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um grupo com cerca de sessenta pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos, distribuídos em várias fileiras. Muitas pessoas vestem camisetas esportivas de cores vivas — principalmente azul, verde e amarelo — Algumas das pessoas estão em pé, outras sentadas ou agachadas. Nota-se também que várias crianças seguram raquetes de badminton. O clima geral é de confraternização: muitos(as) sorriem e alguns(as) apoiam os braços sobre ombros de colegas, transmitindo sensação de inclusão e alegria.

Nesse mesmo mês, a vereadora Elis Enfermeira também realizou visita ao espaço, demonstrando interesse em compreender melhor a proposta, ouvir as demandas apresentadas e avaliar possibilidades de contribuição dentro de suas atribuições legislativas. No mês seguinte, em 28 de março de 2025, a parlamentar retornou ao projeto acompanhada do deputado federal Rodrigo da Zaeli, que pôde conhecer a infraestrutura existente, visitar a obra em andamento e dialogar com os coordenadores do CIPEEF e do CRPB-UNEMAT. Durante a visita, foi protocolado um documento que destacou as principais demandas do projeto, com vistas a pleitear possível inclusão em emendas parlamentares. Também neste ano de 2025 devido ao estreitamento dos laços com as Secretarias Municipais da Prefeitura de Cáceres/MT, algumas famílias de alunos(as) do CRPB UNEMAT receberam filtros de barro e cobertores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), por meio do Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Esporte e Exercício Físico (CIPEEF) e do Centro de Referência Paralímpico (CRPB-Unemat), desenvolve um projeto inovador voltado à tecnologia assistiva no esporte paralímpico. Entre os resultados, destaca-se a produção de luvas esportivas personalizadas para cadeiras de rodas, com custo até 96% inferior ao de modelos comerciais e

maior durabilidade em relação às versões artesanais. A iniciativa conjuga ciência, inclusão e inovação tecnológica, contribuindo não apenas para o aprimoramento do desempenho de atletas em fase inicial de treinamento, mas também para a efetiva democratização do acesso ao esporte adaptado. Os protótipos já foram testados e aprovados, demonstrando viabilidade técnica e funcional. Dessa forma, além de atender às demandas locais, a produção dessas luvas projeta-se como alternativa consistente em âmbito nacional, permitindo ao CRPB-Unemat suprir também demandas do próprio Comitê Paralímpico Brasileiro. Reafirma-se, assim, o papel estratégico da universidade pública na promoção de soluções acessíveis, sustentáveis e socialmente relevantes.

4.1. O Caminho até o esporte paralímpico: Trajetórias, Desafios e o Ingresso no CRPB-UNEMAT

A partir da leitura das narrativas constantes no quadro de análise das respostas obtidas após a aplicação do roteiro das entrevistas nos grupos focais (Apêndice 3), foi possível aplicar a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Assim, foi realizada uma pré-análise e leitura flutuante do material e a formulação de hipóteses interpretativas. Na sequência ocorreu a exploração do material, com a codificação e categorização das unidades de sentido, e, por fim, a interpretação dos resultados, de modo a evidenciar temas e relações significativas.

Foram identificadas quatro grandes categorias temáticas, a partir da sistematização das falas de mães e pais dos(as) alunos(as) que participam do Centro de Referência Paralímpico (CRPB) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Cáceres/MT. A definição dessas categorias seguiu um processo de categorização apriorística (BARDIN, 2016), estruturado de forma direta a partir dos blocos temáticos e da intencionalidade investigativa do roteiro do grupo focal. Visto que o instrumento de coleta foi planejado para mapear de forma cronológica e biopsicossocial a jornada das famílias, as manifestações dos participantes foram organizadas e codificadas em uma grade de análise que reflete as perguntas disparadoras. Essas categorias refletem, portanto, a vivência anterior ao ingresso no projeto, a experiência no âmbito do CRPB-UNEMAT, as mudanças percebidas nos(as) filhos(as) e a visão geral das famílias sobre o CRPB da UNEMAT. São elas:

1.Vivências anteriores ao ingresso no projeto: Os depoimentos impulsionados pelas questões iniciais do roteiro sobre o histórico de vida dos participantes revelam um cotidiano marcado pela ausência de políticas públicas eficazes, pela escassez de locais adaptados e de

profissionais capacitados; bem como pelo preconceito social. Muitas mães relataram que não encontravam atividades físicas inclusivas ou terapias multidisciplinares na cidade, sendo comum a inexistência de professores(as) e outros profissionais preparados para atender pessoas com deficiência. As escolas, segundo os relatos, tinham atuação meramente assistencial, com baixa expectativa de aprendizagem e participação.

As crianças, por sua vez, viviam isoladas, sem oportunidades de convivência social e excluídas da educação física escolar. Algumas passaram por estados de sofrimento psíquico e pensamentos auto lesivos. Em síntese, antes do CRPB predominava um contexto de exclusão, falta de acolhimento e não efetivação de direitos fundamentais.

2. Experiência no âmbito do CRPB-UNEMAT: Derivada dos blocos do roteiro que investigaram os fatores de ingresso e a vivência diária na instituição, a participação no Centro de Referência é descrita como um divisor de águas. As famílias destacam a sensação de acolhimento e pertencimento proporcionada pelo ambiente, no qual as diferenças são respeitadas e onde não há julgamentos. O projeto promove a prática esportiva adaptada, oportunidade de viagens para competições, oportunizando aos alunos conhecer novos lugares e experimentar a autonomia de dormir fora de casa, conviver com colegas e enfrentar desafios competitivos. Para muitos, o CRPB é a primeira experiência real de socialização e de inclusão em um ambiente coletivo. Os depoimentos apontam que as equipes do projeto prezam pelo tratamento humanizado, pela atenção às individualidades e pelo estímulo à autoconfiança.

3. Desenvolvimento físico-motor, cognitivo e emocional: Esta categoria emergiu diretamente das indagações do roteiro sobre as transformações globais percebidas no dia a dia dos(as) filhos(as). Após o ingresso no CRPB, as mães relatam melhorias significativas na coordenação motora, na agilidade e na força das crianças. Alunos(as) que antes não conseguiam realizar movimentos simples passaram a desenvolver habilidades como pular corda, andar com mais segurança ou utilizar a cadeira de rodas com maior independência.

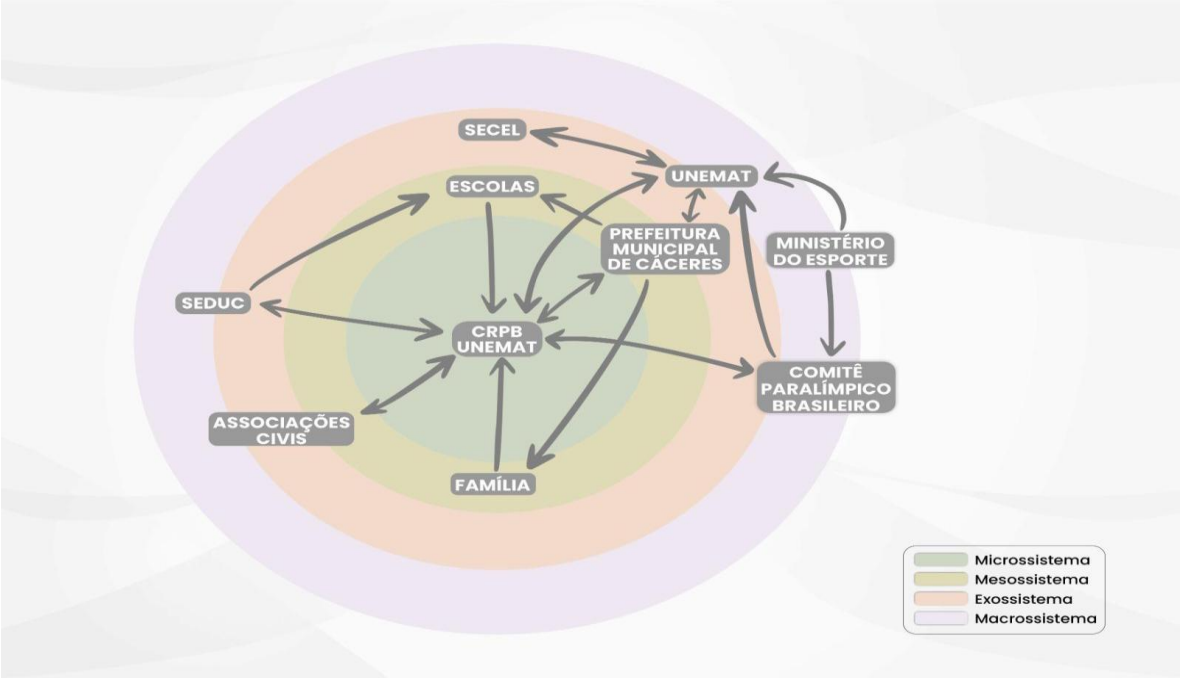
No aspecto emocional, os familiares apontam a redução de crises de depressão e pensamentos suicidas, além de ganho de autoestima, disposição e na qualidade do sono. Houve também ganhos no comportamento social: crianças que eram retraídas passaram a se comunicar melhor, formar amizades e demonstrar interesse em participar de atividades coletivas.

Em termos de autonomia, muitos pais mencionam que os(as) filhos(as) adquiriram responsabilidade e senso de pertencimento, sentindo-se capazes de estabelecer metas e conquistar resultados por esforço próprio. Tais transformações confirmam a efetividade do esporte como instrumento de reabilitação e de inclusão social.

4. Avaliação geral do Centro de Referência: Apoiada nas considerações finais e livres permitidas pelo roteiro, a avaliação das famílias é amplamente positiva. As falas expressam gratidão pela existência do projeto, destacando o acolhimento da equipe, a visão humanizada da coordenação e a ausência de preconceito. Muitos reconhecem que o CRPB abriu possibilidades até então inexistentes, ampliando horizontes profissionais, educativos e de lazer. Ressaltam, contudo, que a cidade ainda carece de outras iniciativas como o CRPB UNEMAT.

O Quadro 4 é uma representação, seguindo o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, do alcance do impacto das ações e mobilizações do CRPB UNEMAT. Ressoa não apenas no microssistema, mas alcançam o mesossistema, exossistema e macrossistema.

Quadro 4 - Representação, seguindo o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner



Fonte: Produzido pela Autora (2025).

Nota de acessibilidade (Audiodescrição): A imagem mostra um diagrama circular inspirado no modelo bioecológico de Urie Bronfenbrenner. O fundo é composto por quatro círculos concêntricos em diferentes cores, representando os níveis de interação. No centro do diagrama, dentro do Microssistema, está escrito “CRPB UNEMAT”, sigla para Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da Universidade do Estado de Mato Grosso. Ao redor dele estão outras instituições e atores sociais, conectados por setas que indicam relações de influência e interação entre os sistemas seguintes: Mesossistema, Exossistema e Macrossistema conectados por setas entre si e também com o CRPB UNEMAT, representando articulação em nível nacional. No canto inferior direito, há uma legenda identificando as cores dos círculos concêntricos com as palavras: Microssistema (verde), Mesossistema (amarelo), Exossistema (laranja) e Macrossistema (lilás).

O CRPB e a UNEMAT são o espaço da prática esportiva (o microssistema). Em seguida verificamos que a família e as escolas constituem o mesossistema, pois são ambientes em que os(as) alunos(as) participam ativamente. São diretamente influenciados (impactados) pelo microssistema e também o influenciam, ou seja, são constituídos por pessoas que interagem diretamente com os (as) alunos(as) e por pessoas que de uma forma ou de outra influenciam esse processo.

Na linha de intersecção entre o mesossistema e o exossistema identificamos as Associações Civis (muitas delas constituídas por pais ou mães de alunos/as do CRPB/UNEMAT) e a Prefeitura de Cáceres/MT, através de suas Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Esporte e Lazer e Assistência Social. São contextos onde os(as) alunos(as) não participam, mas cujas decisões interferem nos(as) alunos. Tal como a disponibilidade de transporte para o projeto, Professores(as) capacitados(as) para atuar com pessoas com deficiência, entre outros. Quanto às associações, estas percebem as demandas e mobilizam conselhos municipais e secretarias municipais e o resultado nessa mobilização afeta os(as) alunos do CRPB/UNEMAT.

No outro ponto de intersecção entre o exossistema e o macrossistema, identificamos a UNEMAT, aqui não mais como o espaço de prática esportiva, mas como pessoa jurídica de direito público, integrante do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, que celebra Convênios, Acordos de Cooperação, que contrata bolsista e estagiários(as), que desenvolve o tripé ensino/pesquisa/extensão; a SEDUC que é responsável pelas escolas estaduais onde parte dos(as) alunos(as) do CRPB/UNEMAT estudam, responsável também pela capacitação de professores(as) e a SECEL que administra o Plano Estadual de desporto e promove a formação, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais na área esportiva e também contribui financeiramente custeando passagens para as viagens.

Concomitantemente, o CRPB-UNEMAT também sofre influência direta do Ministério do Esporte, enquanto órgão responsável pela formulação e execução das políticas públicas esportivas e paradesportivas nacionais, e do Comitê Paralímpico Brasileiro, que figura como um dos principais financiadores do projeto. Essa relação, contudo, não se dá de forma unilateral. Já é possível observar um impacto reverso, na medida em que os resultados produzidos localmente pelo CRPB-UNEMAT já reverberam no cenário nacional: de um lado, pela visita institucional da então Ministra do Esporte, Ana Moser, que simboliza o reconhecimento da relevância social do projeto; de outro, pela produção das luvas esportivas inovadoras, que

passaram a ser fornecidas ao próprio Comitê Paralímpico Brasileiro; bem como pela recém convocação do CPB de atletas do CRPB UNEMAT para representarem o Brasil no Pan-Americano.

É importante ressaltar que embora os(as) alunos(as) do CRPB UNEMAT não participem ativamente das decisões e diretrizes provenientes das esferas situadas no Exossistema e Macrossistema, estes afetam diretamente suas rotinas e oportunidades. De forma que cada nível desse sistema não está isolado, mas interage dinamicamente com os demais, formando uma rede interdependente que influencia de maneira contínua o desenvolvimento e a experiência das pessoas. Essa interconexão confirma a premissa ecológica de que o desenvolvimento humano não pode ser compreendido de forma isolada, mas sim em função das múltiplas relações (processos), ambientes, pessoas e tempo.

A partir da análise das narrativas familiares, foi possível identificar um conjunto de impactos que se manifestam em diferentes níveis de interação — do microssistema ao macrossistema — e que, de forma articulada, evidenciam o alcance do CRPB-UNEMAT para além da esfera individual dos(as) alunos(as). Os depoimentos colhidos revelam tanto transformações diretas na vida dos participantes e de suas famílias, quanto efeitos indiretos que reverberam na comunidade, nas instituições locais, nas políticas públicas e até mesmo nas instâncias nacionais de gestão do esporte paralímpico. Para melhor organizar esses achados, elaborou-se o Quadro 5, que sintetiza os impactos observados em duas dimensões: impactos diretos, vivenciados de maneira imediata pelos(as) alunos(as), e impactos indiretos, que se expressam em redes mais amplas de influência social, institucional e política.

Quadro 5 - Descritivo dos impactos observados no contexto

Impactos diretos:
- Integração social e convivência: melhoria no convívio entre os participantes, fortalecendo vínculos interpessoais; bem como integração destes com a comunidade; - Autonomia e autoestima: ganho perceptível na autoestima, no senso de pertencimento e na autonomia dos(as) participantes; - Desenvolvimento físico-motor, cognitivo e social: os(as) alunos se beneficiam de um ambiente facilitador que promove aprendizagem, socialização e construção de habilidades

para a vida; além de contribuir para a melhoria das capacidades e habilidades motoras dos(as) participantes; - Melhoria das condições de saúde e qualidade de vida dos(as) participantes; - Inserção esportiva: aumento do número de praticantes de atividades esportivas paralímpicas; inserção do Município de Cáceres/MT e da UNEMAT no cenário esportivo paralímpico regional e nacional.
Impactos indiretos: - Fortalecimento de políticas públicas: mobilização da UNEMAT, Secretarias Municipais e Estaduais, contribuindo com infraestrutura, logística, apoio institucional e financiamento, construindo uma rede de proteção e promoção do paradesporto; - Ampliação da cultura inclusiva: fomento de uma cultura de inclusão e corresponsabilização do poder público e da sociedade civil, transcendendo o atendimento aos(às) beneficiários(as) diretos(as); - Quebra de barreiras sociais e institucionais: ao longo do tempo, vem promovendo mudanças graduais de percepção social e institucional, reduzindo preconceitos; - Influência acadêmica e profissional: a iniciativa impulsiona pesquisas, extensão universitária, capacitação de professores(as), formação de árbitros(as) paradesportivos(as) e a formação de futuros profissionais da Educação Física e de outras áreas como enfermagem capacitados(as) e comprometidos(as) com a inclusão; - Inserção profissional e acadêmica futura: a vivência esportiva nesse ambiente universitário gera oportunidades para que atletas se projetem em carreiras profissionais e acadêmicas, ampliando horizontes além do campo esportivo; - Construção de protagonismo e cidadania: o projeto valoriza o papel ativo dos(as) participantes, favorecendo sua participação nos processos sociais, promovendo inclusão efetiva e contribuindo para a efetivação de direitos.

Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

Os impactos identificados evidenciam que o CRPB-UNEMAT transcende a dimensão esportiva, consolidando-se como um espaço de inclusão, cidadania e transformação social. Ao articular efeitos diretos sobre os participantes com repercussões indiretas na comunidade e nas políticas públicas, o projeto demonstra sua capacidade de promover mudanças estruturais e culturais, fortalecendo tanto o desenvolvimento individual quanto coletivo.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender em que medida e de que forma o Centro de Referência Paralímpico Brasileiro da Universidade do Estado de Mato Grosso (CRPB-UNEMAT), localizado em Cáceres/MT, impacta a vida de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, bem como de suas famílias e da comunidade local, à luz do modelo bioecológico do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner. Para tanto, partiu-se da premissa de que o esporte adaptado, quando implementado em consonância com políticas públicas inclusivas, transcende o caráter meramente recreativo ou competitivo, constituindo-se como ferramenta de promoção da dignidade humana e de efetivação de direitos fundamentais.

O percurso teórico demonstrou que a trajetória histórica dos direitos da pessoa com deficiência, no Brasil e no mundo, foi marcada pela transição de paradigmas: de um modelo médico-assistencialista, centrado na deficiência como limitação individual, para um modelo social, que compreende a deficiência como produto das barreiras sociais, ambientais e atitudinais. O direito ao esporte, constitucionalmente reconhecido, integra esse processo de afirmação de direitos fundamentais e está diretamente relacionado ao princípio da igualdade material, que demanda políticas específicas para assegurar condições de acesso e permanência.

No plano metodológico, a pesquisa se desenvolveu sob uma abordagem qualitativa, combinando análise documental, revisão de literatura e, principalmente, a escuta das mães e pais dos(as) alunos(as). Os grupos focais revelaram, com profundidade, as experiências vividas antes e depois do ingresso no CRPB-UNEMAT, permitindo identificar mudanças concretas nas dimensões física, emocional, cognitiva e social.

A sistematização das falas evidenciou quatro grandes categorias: (1) A vivência anterior ao ingresso no projeto, marcada pela ausência de políticas públicas eficazes, isolamento social e baixa expectativa educacional; (2) A experiência no CRPB, descrita como um divisor de águas pela sensação de pertencimento e acolhimento; (3) As mudanças percebidas nos filhos e filhas, que englobam avanços motores, emocionais e sociais; e (4) A percepção geral das famílias, amplamente positiva, com destaque para a visão humanizada e inclusiva do projeto.

Essas categorias foram interpretadas à luz do modelo bioecológico, permitindo compreender o CRPB-UNEMAT como microssistema que se articula dinamicamente com mesossistemas (família, escola), exossistemas (prefeitura, associações civis, secretarias estaduais, UNEMAT enquanto instituição de Estado) e macrossistemas (Ministério do Esporte

e o Comitê Paralímpico Brasileiro). Evidenciou-se, assim, que os impactos não se restringem à esfera individual, mas reverberam em redes sociais, institucionais e políticas mais amplas.

Entre os impactos diretos identificados, destacam-se: a integração social, o fortalecimento da autoestima e da autonomia, o desenvolvimento motor e cognitivo, a melhoria da saúde e da qualidade de vida e a inserção esportiva em nível regional e nacional. Já os impactos indiretos incluem: o fortalecimento de políticas públicas, a ampliação de uma cultura inclusiva, a redução de preconceitos sociais e institucionais, a influência acadêmica e profissional com repercussões na formação universitária, a inserção futura de atletas em carreiras acadêmicas e profissionais e a construção de protagonismo e empoderamento.

É importante salientar que, embora o CRPB-UNEMAT sofra influência do Ministério do Esporte e do Comitê Paralímpico Brasileiro, essa relação não é unilateral. O impacto reverso já se materializa, seja pela visita da então Ministra Ana Moser, simbolizando reconhecimento político, seja pela produção de luvas esportivas de baixo custo e alta durabilidade, fornecidas ao próprio Comitê Paralímpico, seja ainda pela convocação de atletas locais para competições nacionais e internacionais. Esse movimento confirma que uma iniciativa localizada, quando sustentada por articulação interinstitucional e compromisso social, pode alcançar relevância em escala nacional.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui ao demonstrar a aplicabilidade do modelo bioecológico na avaliação de políticas e projetos sociais voltados à inclusão esportiva da pessoa com deficiência. O referencial de Bronfenbrenner mostrou-se adequado para captar a complexidade das interações entre sujeitos, instituições e políticas, permitindo compreender como transformações no microssistema se expandem para esferas mais amplas. Ao mesmo tempo, a inserção ecológica da pesquisadora no campo fortaleceu vínculos de confiança, favoreceu a captação de nuances e garantiu rigor metodológico.

Em termos de implicações práticas, os resultados apontam para a necessidade de consolidação e ampliação de iniciativas como o CRPB-UNEMAT. O esporte adaptado precisa integrar uma política pública estruturada, com financiamento estável, profissionais capacitados e articulação entre os entes federados. A experiência aqui estudada revela que a UNEMAT é uma universidade pública comprometida com o tripé: ensino, pesquisa e extensão e pode atuar como agente estratégico na formulação e execução dessas políticas, oferecendo soluções inovadoras, acessíveis e sustentáveis.

Por fim, reafirma-se que a efetividade de direitos não decorre apenas da previsão normativa, mas exige implementação concreta, alocação de recursos, formação continuada de

profissionais e participação ativa da sociedade civil. O CRPB-UNEMAT, ao conjugar ciência, inclusão e inovação, demonstra que é possível transformar realidades, ampliar horizontes e ressignificar trajetórias de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, mesmo numa cidade localizada no interior do Estado de Mato Grosso. Trata-se, portanto, de um projeto que vai além do esporte, constituindo-se como espaço de protagonismo e empoderamento de uma população historicamente marginalizada.

Em síntese, esta pesquisa confirma que o esporte adaptado, quando desenvolvido em ambiente inclusivo e sustentado por políticas públicas, atua como potente vetor de desenvolvimento humano e social. O desafio que se coloca é o de transformar essa experiência local, em política estruturante, garantindo sua continuidade e expansão, para que os impactos aqui observados possam se multiplicar em outras regiões do país, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. L. T. et al. (org.). **Educação Física, diversidade e inclusão**, 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

ARAÚJO, E. H. S. **Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Faculdade de Direito da UFBA.** 2015. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Artes e Ciências) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ARAÚJO, P. F. de. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte, 2011.

AZEVÊDO, N. P.; DE AZEVÊDO FREITAS, D. P.; DA SILVA, M. da L. **Esporte para todos e a constituição de um projeto de intervenção social.** Metáfora Educacional, n. 9, p. 18-30, 2010.

BANDEIRA, C. A. M. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 13 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.853/1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 04 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 14 de ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=Das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Gerais-,Art.,das%20pessoas%20portadoras%20de%20defici%C3%AAncia. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm. Acesso em: 25 de out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.010, de março de 2022**. Altera o Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, para dispor sobre os recursos de loterias destinados às entidades desportivas e para dar outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11010.htm#art3. Acesso em: 26 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2020**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em 15 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2020**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 15 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-normaatualizada-pl.html. Acesso em 28 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm#art1. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.370, de 01 de janeiro de 2023**. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm. Acesso em 22 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023.** Institui a Lei Geral do Esporte. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14597.htm. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. **AgênciaGov**. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/dia-nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia-acessibilidade-e-inclusao. Acesso em: 22 out. 2024

BRASIL. **Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania**. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2024. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Disponível em: https://paradesporto.unifesp.br/producao/. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Comitê Paralímpico Brasileiro**. Disponível em: https://cpb.org.br/o-comite/institucional/. Acesso em: 27 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024**. Institui a Política Nacional do Cuidado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2015.069%2C%20DE%2023,a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Cuidados Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Dados do ObservaDH sobre pessoas com deficiência evidenciam desigualdades em relação à educação e trabalho**. Brasília: MDHC, 28 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/dados-do-observadh-sobre-pessoas-com-deficiencia-evidenciam-desigualdades-em-relacao-a-educacao-e-trabalho. Acesso em: 7 jun. 2026.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano:** Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CÁCERES. Prefeitura Municipal. **Competição de pesca para pessoas com deficiência inaugura o 41º FIPe**. Cáceres, MT, 2024. Disponível em:

https://www.caceres.mt.gov.br/Noticias/Competicao-de-pesca-para-pessoas-com-deficiencia-inaugura-o-41-fipe-9982/. Acesso em: 02 nov. 2024.

CÁCERES. Câmara Municipal. **Premiação FIPe PCD**. Cáceres, MT, 6 ago. 2025. Disponível em: https://www.caceres.mt.leg.br/institucional/fotos/premiacao-fipe-pcd-06-08-25. Acesso em: 16 ago. 2025.CAPLAN, S. Using focus group methodology for ergonomic design. **Ergonomics**, v.2, 33, n.5, 1990.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, D.; ALMEIDA JUNIOR, V. de P. (org.). **Avaliação participativa**: perspectivas e desafios. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. p. 15-37.

FEITOSA, C. A. **Quem cuida do cuidador?:** blog pessoal. [S. l.], 2025. Disponível em: https://quemcuidadocuidador.com.br/. Acesso em: 30 ago. 2025.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa, 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?**. Disponível em: https://www.academia.edu/31377941/ensino_pesquisa_extens%c3%83o_como_fundamento_metodol%c3%93gico_da_constru%c3%87%c3%83o_do_conhecimento_na_universidade. Acesso em: 14 ago. 2025.

GALVÃO FILHO, T. A**. A tecnologia assistiva para uma escola inclusiva:** apropriação, demandas e perspectivas. 2009. 346f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GENTIL, H. S. Estado e Políticas Públicas/ Movimentos Sociais e Resistência. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 34–55, 2019. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/2771.. Acesso em: 8 out. 2024.

GODOI, E.; DE ALMEIDA, K. P. A trajetória da luta pela legalização da audiodescrição no Brasil: entre a legalidade e a legitimidade. **Educação e Fronteiras**, v. 10, n. 28, p. 22-33, 2020.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. O esporte para pessoas com deficiência. In: GREGUOL, M.; COSTA, R. F. (org.). **Atividade física adaptada:** qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2019. p. 359-374.

GUALTIERI, R. C. E. Educar para regenerar e selecionar: convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1147. Acesso em: 28 dez. 2023.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

HILGEMBERG, T. Jogos Paralímpicos: história, mídia e estudos críticos da deficiência. **Recorde**, v. 12, n. 1, p. 1-19, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: Cáceres - MT. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/caceres.html. Acesso em: 13 jun. 2026.

KOLOTOUCHKINA, O. et al. Disability, Sport, and Television: Media Visibility and Representation of Paralympic Games in News Programs. **Sustainability**, v. 13, n. 1, p. 256, 2021. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.3390/su13010256. Acesso em: 05 ago. 2025.

KORSAKAS, P. et al. Entre meio e fim: um caminho para o direito ao esporte. **LICERE - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 664-694, 2024.

KOLLER, S. H. **Ecologia do desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOLLER, S. H.; PALUDO, S. dos S.; MORAIS, N. A**. Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

LIMA, E. G. S. **Avaliação institucional:** o uso dos resultados como estratégia de (re) organização dos espaços de discussão nas universidades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos da criança.** Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 1989. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 14 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** 2006. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html. Acesso em: 23 jan. 2024.

PAUTASSI, L. El cuidado: de cuestión problematizada a derecho. Un recorrido estratégico, una agenda en construcción. In: FERREYRA, M. (coord.). **El trabajo de cuidados:** una cuestión de derechos humanos y políticas públicas. [S. l.]: ONU Mujeres, 2018. p. 175-188.

PINTOS, A. E.; PERIM, G. L. **A responsabilidade social do gestor público do esporte e do lazer.** Anais Seminário Nacional de Políticas Públicas e Esporte e Lazer. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes gráficas, 2013.

RAMOS, A. de C. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

REVERDITO, R. S**. Pedagogia do Esporte e modelo bioecológico do desenvolvimento humano:** indicadores para avaliação de impacto em programa socioesportivo. 2016. Tese

(Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

REVERDITO, R. S. et al. **Pedagogia do Esporte:** aspectos conceituais da competição e estudos aplicados. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2013.

REALE, M. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, I. P. dos. **Identidade nacional e eugenia:** os impactos do movimento eugenista brasileiro nas políticas imigratórias da era Vargas (1930 - 1945). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SERON, B. B. et al. O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista: dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, e27048, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-8918.113969. Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA BORGES DE SIQUEIRA, F. A feminização do cuidado e a desvalorização das trabalhadoras no cenário capitalista vigente. **Crítica Revolucionária**, [S. l.], v. 4, p. e003, 2024. DOI: 10.14295/2764-49792RC_CR.v4.28. Disponível em: https://criticarevolucionaria.com.br/revolucionaria/article/view/28. Acesso em: 9 fev. 2025.

SIQUEIRA, E. M. **História de mato grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2012.

WINCKLER, C. **Análise do Programa Bolsa Atleta no Paradesporto**. Santos: Paradesporto Brasil, 2022.

TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 273-294, ago. 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- 65382005000200008. Acesso em: 06 jun. 2026

APÊNDICE A - ROTEIRO GRUPO FOCAL: PAI/MÃE/RESPONSÁVEL

Quadro 6 – Roteiro de perguntas grupo focal

1. Como vocês descrevem as experiências de vida do filho (a) de vocês antes de fazerem parte do Centro de Referência? No tocante ao preconceito, relação com a família, escola, etc?
2. Como você soube do Centro de Referência Paralímpico? Qual fator foi decisivo para você decidir matriculá-lo (a)? Ou o que adiou essa decisão? Ex: Falta de tempo ou meio de transporte?
3. Como você descreve a experiência do/a seu/sua filho(a)/neto(a) no projeto de esporte paralímpico? Com relação à participação no esporte, viagens, campeonatos, inclusão, sentimento de pertencimento, etc.
4. Vocês perceberam mudanças, positivas ou negativas, nos seus filhos (as)? Com relação a habilidades físico-motoras e emocionais: quanto à autonomia, disposição, qualidade do sono, etc. No relacionamento social na escola, vizinhos de bairro, igreja, e quanto ao desempenho escolar? No relacionamento familiar?
5. Gostariam de acrescentar algo, falar mais alguma coisa?

Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

APÊNDICE B - QUADRO DAS RESPOSTAS DOS GRUPOS FOCAIS

Abaixo segue quadro contendo os trechos mais relevantes dos 3 grupos focais e que corroboram com tudo o que foi escrito e retratado acima.

Quadro 7 – Síntese das respostas dos grupos focais 1, 2 e 3

Perguntas	Grupo focal 1	Grupo focal 2	Grupo focal 3
1) Como era a rotina e experiências do (a) filho (a) antes de fazerem parte do Centro de Referência? No tocante ao preconceito, relação com a família, escola, etc	Mãe 1: [...] Eu sofria muito por não ter nada para oferecer para ele [...] Ele foi crescendo e eu fui buscando um local para encaixá-lo aqui na cidade. E nunca tinha, ele só tinha as terapias, não tinha nada adaptado, não tinha nada que o atendesse. O olhar sempre era pra deficiência. Então nós. A minha luta sempre foi para inserir no contexto social. Na escola não era fácil, não tem profissionais preparados para atender ou pelo menos que tenha uma mente aberta, com respeito e nem preparação. [...] Pai 1: A preocupação nossa. Como pais é dar atividades para nossas crianças para que elas não desenvolvam síndromes que vão	Mãe 2: [...] Então, a deficiência física, como é o caso da minha filha, a atividade física sempre foi algo restrito [...] na escola mesmo, uma vez eu cheguei na escola e a atividade, a aula de educação física era no campo da escola. E eu cheguei, ela estava sentada. Daí eu falei assim Ai, filha, você não vai participar aí? Antes dela me responder à professora, falou Não, ela não gosta não. Ela prefere ficar sentada. [...] Qualquer atividade física era limitador. E o acesso difícil. [...] Mãe 6: [...] Antes ela era assim, tipo uma criança muito explosiva.[...] Mãe 7: [...] não participava das aulas de educação física. [...] a gente não tinha noção da importância	Mãe 9: [...] para a criança especial, tem poucas oportunidades. Para quem passou dos 18 é menos, né? [...] Mãe 10: [...] A gente morava no Rio e assim a gente fazia Associação Beneficente Anchieta, que era o nome da associação que ele ia e lá tinha várias atividades. Então assim, ele ia na parte da tarde e tinha muita coisa para fazer lá. Realmente assim que era, porque lá tinha fono, tinha psicólogo lá, tinha essa parte de atividades psicomotoras [...] Pai 2: [...] Hoje nós temos uma cidade, infelizmente, que atrapalha até um passeio com cadeirante. [...] Mãe 12: [...] eu não deixava ela fazer

	prejudicar elas. Solidão, o interpessoal, né? Mãe 2: O que era antes para nós? Era viver em função da deficiência dos cuidados com relação à deficiência sem enxergar, é escola sem enxergar que há outras possibilidades. Mas isso a gente não conhecia. Então, era escola e cuidado com a deficiência. Terapia, médico, porque é a vida de quem tem filho com deficiência. [...] Então, assim, você só enxergava casa e a terapia. Mãe 3: [...] você já passou por todas essas etapas e de frustração também, porque a cada nova coisa que surge na cidade a gente busca e chega lá não tem continuidade, não tem uma regularidade, não tem profissionais realmente que estão empenhados naquilo. [...] Por não ter profissionais, por não ter uma regularidade, por não ter uma continuidade. [...] pode ser a melhor escola que ela não	da atividade física para as crianças. É essencial. Com o conhecimento que eu tenho hoje. Eu briguei por muita coisa, mas se fosse hoje o [...] iniciando na escola, a minha briga seria muito maior. Eu acho que principalmente por atividade mesmo. Eu não. Hoje eu não aceitaria [...] ficar na escola sem atividade física. [...] Mãe 8: Meu filho é cadeirante. Paralisia cerebral e tem uma deficiência intelectual também [...] eu não imaginava ele nesse espaço do esporte, de campeonato, né?	quase nada. Mesmo ela já grande eu ia pentear o cabelo. [...] Eu ia vestir a blusa todo dia. [...] Eu tenho que fazer isso por você. Você não consegue. E eu colocava isso na cabecinha dela também. Prejudicava ela também, né? [...]

	traz o aluno para dentro da escola, o aluno com deficiência, né? É muito bonito na teoria, mas na prática eu não vejo porque a gente se depara com profissionais e profissionais de educação física que passaram pelo curso sem saber o que é uma motricidade. [...] E aí você, mais uma vez excluída. Daquele grupo dentro do horário da educação física, né? Mãe 4: [...] Assim, no início eu sentia ele um pouco depressivo. [...] Porque a gente vivia num mundo tão fechado! Porque ele não via assim um incentivo. [...] Mãe 5: [...] Falei que a direção (da escola) não deu muita importância para o que aconteceu comigo, que era o guri fazendo bullying, falando, xingando [...]		
2) Sobre a experiência do (a) filho(a) no CRPB da UNEMAT. Com relação à participação no	Mãe1: [...] Porque nesse ambiente? Eles não se sentem julgados ou são olhados porque são diferentes, então eles	Mãe 2: [...] foi bom para ela socializar melhor com a equipe, com o grupo lá em Cuiabá, na primeira competição. Ela	Mãe 9: [...] Então é muito bom porque ela socializa. Ela interage com outras crianças. É um lugar onde ela se sente

esporte, viagens, campeonatos, inclusão, sentimento de pertencimento, etc.	são livres. [...] Hoje ele chega e fala Tchau, mãe e vai. E então ele se sente livre. [...] Pai1: [...] vindo pro Paralímpico foi uma situação assim, de inclusão mesmo, né? Mãe 3: Quando a gente traz para o projeto e o projeto consegue incluir eles dessa forma de dar aula, de se sentir, de falar que a solução passa, né? Eu vou lá buscar competição para mim ainda não tem idade, mas já trabalha com ela de falar eu também vou, né? Em algum momento eu vou chegar lá. Para poder participar, o colega foi, fulano foi. Mãe 4: [..] Ele se sentia assim. Ele não via o dia, o momento de chegar no dia de ir para o projeto que ele amava, ele ama o projeto. Quando eu falava meu filho não vai dar de você ir hoje. Ele falava, não mamãe eu quero. A gente fazia o possível para levar ele para o projeto.[...] O projeto é para ele, é tudo. A	dormiu com o pessoal na casa. Então, para ela foi, foi desafiador porque nunca tinha ficado sem a gente. E ela voltou diferente. Ela voltou super animada.[...] Mas a primeira já foi muito transformador. Várias coisas. Dormir com a equipe, viajar de ônibus com eles e lá na competição, aquela ansiedade da prova e depois a conquista. Então, assim, são muitas superações que até então ela nunca tinha vivido. Então ela não é ainda o amor dela. Mas eu acho que ainda tem várias coisas que ela poderá superar e ver que ela é capaz participando [...] Ela começou a pegar carinho pelas cadeiras. Ainda mais que ela viu que ela ganhou agilidade e tal. [...] Na educação física, ela já entende que uma cadeira é melhor. Então, com certeza facilitou a quebra dessa barreira, porque aqui ela usa e ela gosta, né? [...] Mãe 6: [...] ela já foi duas vezes para São Paulo e ela amou. Ela	bem, acolhida. Ela se sente, querida, né? É assim o centro. Mãe 10: [...] ele gosta de vir, mas ele gosta de vir quando tem piscina. Quando tem natação. Mãe 11: [...] E aqui no projeto ela começou ano passado, já foi até pra Cuiabá. No campeonato eu me senti. Eu fiquei muito feliz, mas um pouco com medo, sabe? Muito medo, porque ela nunca ficou longe de nós de casa. Foi sozinha. [...] Ela adora. Ela ama isso aqui. Pai 2: [...] ele gosta de competir. E ele foi na competição e chegou com medalha. [...] Mãe 12: [...] até essa questão dela ser tão fechada assim, antissocial, tá melhorando com a conversa com as crianças, né? [...] E hoje em dia ela já tá viajando para tudo quanto é canto. Menina, tá querendo viajar. [...]

	amizade que ele fez no ônibus, também com os coleguinhas dele. [...] Ele aprendeu muito da convivência com o projeto.	fala mãe eu quero treinar mais, porque eu quero fazer parte da seleção. Mãe 7: [...] Além de gostar das atividades, é um momento de convívio com outras crianças também. [...] Mãe 8: [...] Quando comecei trazê-lo no projeto e logo no início ainda acompanhava para ele se sentir seguro, mas agora não, deixo ele, saio, volto [...]. O [...] gosta de vir [...].	Eles se sentem tão bem lá, menina. Mas tão bem que até esquece da gente. [...] Pai 3: [...] depois que ele veio pro projeto, aí aperfeiçoou mais ainda essa disciplina dele. [...]
3) Percepção de mudanças, positivas ou negativas, nos (as) filhos (as). Com relação a habilidades físico-motoras e emocionais: quanto à autonomia. disposição, qualidade do sono, etc	Mãe1: O [...] teve fases de pensamentos suicidas, de depressão. Fases muito, muito, muito dolorosas para nós dois. O suicídio era uma coisa muito clara na cabeça dele. Ele tinha suas dificuldades dele, mas e o Centro veio assim virou uma página na nossa vida porque trouxe uma nova perspectiva para ele. Ao trabalho da autoestima, autonomia, responsabilidade. [..] Foi com questão do esporte que veio assim, trazendo,	Mãe 2: Ela não perdeu peso nesse período, né? Mas talvez o ganho foi menor do que se não tivesse aqui, né? Tanto que geralmente engorda, quanto está nas férias, que é quando para a fisioterapia, para o projeto aqui. [..] Mãe 6: Agora ela se aceita. [...] Agora foi se acalmando.[...] de uns tempos pra cá, Graças a Deus, ela está evoluindo bastante. [...] Ela se socializou mais porque ela era bem mais na dela. Na escola inclusive, então, ela não era de conversar com a	Mãe 9: [...] eu percebo que ela tem mais agilidade, agilidade, Tem coisas que ela não fazia antes. [...] Ela já tem assim coordenação, coisa que ela não tinha antes. A coordenação motora dela por exemplo como pular corda. Ela não conseguia. [...]. Então, aí ela conseguiu. Na última aula, ela conseguiu pular. [...] A coordenação motora dela ajudou muito, sabe? Mãe 12: [...] Então, depois que ela

	trabalhando todas as áreas que precisavam ser preenchidas. Lacunas, né? E ele fica disposto, acorda cedo, eu peço pra ele Vamos, vamos fazer isso, vamos lá fora, vamos mexer com ele. Antes não era assim. Pai 1: E nesse processo ela vem evoluindo. É lógico que tem picos de instabilidade que a gente sempre absorve com outra atividade para não deixar ela ficar sem nenhuma atividade. Mas assim a gente vê que com o processo de inclusão dentro do Paralímpico, ela passou a desenvolver a coordenação. Ela não tinha, né? Ela passou a ter essa interação com quem tem deficiência e com quem não tem. Com ela junto, né? Mãe 4: [...] Acho que ele passou a perceber que a deficiência dele era a mesma coisa que todos os coleguinhas, que ele viu no projeto, que cada um tinha uma deficiência, que todos eles são	criança que chegasse [...]. Mãe 7: Quando [...] veio para o Paralímpico e um dia eu vi ele pegando a bola, vocês não fazem ideia da minha alegria, porque assim são pequenas conquistas que quem está de longe acha que não tem importância, mas é muito importante. [...] Em termos de autonomia, ele teve algumas mudanças de comportamento. Tem coisas que ele quer fazer. Tipo assim, antes a gente falava assim não deixe que eu faço. E tem algumas coisas que ele decidiu fazer. [...] ele fez pipoca sozinho, assim, sozinho mesmo. De lá, pegar o milho, o óleo, tudo. De repente a pipoca está feita. E aí, recentemente ele aprendeu fritar ovo. [...] Então eu vejo assim que o ganhou uma certa autonomia, um certo querer sair. Ele não ligava muito de sair, mas agora ele já fala assim: vamos sair. [...]	começou a participar do projeto, foi bom para mim também abrir a mente com ela, porque na minha cabeça eu tinha que estar ali sempre. [...] Mas hoje em dia, deixo ela. Se ela não consegue, ela mesmo vai até conseguir. [...] hoje em dia ela faz tudo, faz tudo, tudo, tudo [...] Ela não corria por conta que nem eu expliquei e ela não conseguia correr por conta do braço dela que eu limitava também. E aí ela foi aprender a correr aqui e já grande. Então assim já foi difícil para ela, porque ela já tava grande. Então aí ela hoje em dia já corre bastante. Mas no começo ela sofreu bastante porque ela não corria. Então ela aprendeu a correr aqui, justamente aqui. Pai 2: [...] Ficou mais independente. Ele começou a socializar mais com a cadeira de rodas

	especiais, são todos normais. Cada um tem as suas deficiências, todos são normais. Todo mundo faz a mesma coisa que você faz, as coisas que a mamãe faz. Mas cada um do seu jeito [...] Ele fala assim: Mãe, olha só. Eu emagreci mãe. Eu emagreci bastante, mas também né mãe só fico correndo para lá e para cá. [...] Mas ele mudou bastante coisa até pra dormir. Assim ele chega em casa, toma banho, ele dorme, ele acorda cedo, arrumado, já não é? Pai 1 [...] Ela não andava na linha certa, ela ia de um lado pra outro, né? E aqui com alguns exercícios das meninas fazendo com ela, caminhou, graças a Deus. [...] Desenvolveu bem o intelecto dela nessa nessa situação. (...)	Mãe 8: [...] Então, foi um grande passo ele desprender de mim um pouquinho. [...] Ele não tem ainda a noção dos dias. Ele fica perguntando, perguntando. Então amanhã então eu vou jantar, porque amanhã tenho que acordar cedo. [...] Organiza, procura a camiseta dele, pega a garrafinha. Vai do jeitinho dele, já está separado. [...] Então ele aprendeu a manusear a cadeira aqui. Aqui no projeto. Então porque quando eu sentava ele na cadeira, eu empurrava. Se o pai estava, o pai ia. [...] Agora ele toma banho sozinho, escova dente sozinho. [...]	que a gente tinha. [...] Pai 3: [...] No início do projeto ele era bem fortinho, bem cheinho. Depois ele pegou assim um pouco de corpo de atleta mesmo. Foi muito bom pra ele. [...]
Percepção dos pais/ mães sobre o CRPB da UNEMAT	Mãe 1: [...] E graças a Deus veio o centro de referência. Quando eu soube, eu falei vou matricular ele, [...] E vim assim desde o primeiro momento. Abracei essa causa e é	Mãe 2: [...] Então, embora a cidade ainda não tenha esse olhar de acessibilidade, tem melhorado. Talvez não no tempo que a gente gostaria, mas quando a gente vê	Mãe 11: [...] abriu um leque mesmo de possibilidades para ela. [...] Pai 2: O projeto serviu muito pra isso, até a mobilidade dele

	só gratidão. [...] Não tem julgamento, não tem limitação e isso é fantástico. [...] Então isso aqui foi. Perfeito, sabe? Veio trazer uma paz para nós. Para mim enquanto mãe, de ver o quanto ele está bem [...] E fico torcendo por ele e me sinto muito orgulhosa e grata a Deus. [...] eu fico muito maravilhada quando vejo ele viajando, competindo, indo. [...] foi muito benéfico tudo isso. [...] Mãe 2: [...] Então é enxergar a perspectiva da deficiência com um outro olhar que antes a gente não tinha, porque desconhecia que eles poderiam fazer parte disso. E não tínhamos isso numa cidade que é tão complicada ainda e tão complicada em termos de acessibilidade para quem tem deficiência física. (...) Mãe 3: Então, com o Projeto ela percebeu que falaram (na educação física escolar) que eu não	alguém olhando para a deficiência, que foi o caso do projeto da UNEMAT. Aí você fala Meu Deus, alguém enxerga que eles existem e que é importante oferecer algo. [...] Eu acho que o projeto é bom, não para minha filha só, mas é bom para cidade, é bom para outras pessoas. [...] Mãe 8: Então isso é bom. No ambiente em que os nossos filhos estão bem, a gente sente bem.	com a cadeira de rodas que ele usava pouco, porque como ele ficava em casa, ele ficava engatinhando [...] Aqui a gente conheceu muita gente boa, muita gente acolhedora, muita gente que vê realmente a necessidade do aluno. [...] Pai 3: [...] a gente sente esse acolhimento da equipe. A equipe muito boa. Assim, o pessoal da turma suporte o pessoal que está ali junto. É uma família [...] Então, assim, a gente está muito feliz com esse projeto. Ele desenvolveu bem [...] Mãe 12: [...] Mas assim, o projeto ajudou muito nessa questão dela ver que não é uma coisa nossa o fim do mundo, né ter uma deficiência (...)

	posso correr com a turma, mas eu posso participar de um jogo de competição, né? Então, o projeto, a importância é isso, esse divisor que a gente teve. [...] Eu fiquei muito feliz com esse projeto [...] Então, isso é muito bom para nós, pais, que buscamos isso, esse respeito para com nossos filhos. Então, essa decência de falar tem ali que eu posso contar com ele, ele vai ser visto, que ele vai mostrar a capacidade dele. [...] Pai 1: [...] Então assim, muda o contexto de vida, porque se não tivesse essas atividades eles ficariam ociosos e aí o desenvolvimento com certeza não seria satisfatório. [...] a atenção de vocês é especial e contribui muito para esse desenvolvimento. Então estamos muito satisfeitos quando se fala assim que tem que continuar, a gente vai continuar. Não tenho dúvida disso. Mãe 4: [...] foi realmente positivo. E		

	aí voltar a pensar nesse convívio, nessa interação, nesse socializar que ela fazia parte e que eu tanto buscava dentro do ambiente escolar, dentro do âmbito social que a gente fazia parte. Então a mudança foi essa e dela estar reconhecendo o pertencimento de ser capaz. Então, o projeto realmente trouxe essa mudança tanto para mim quanto para ela. [...] Mãe 5: Eu gostei muito do projeto porque ela tinha medo de bola, ela via bolas, ela gritava comigo e aqui não, aqui ela acho que interagindo com a criançada ela superou isso daí.		

Fonte: Produzido pela Autora, 2025.

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: O percurso de desenvolvimento de jovens no esporte
Pesquisador: Riller Silva reverdito
Área Temática:
Versão: 3
CAAE: 55839321.7.0000.5166
Instituição Proponente: Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.299.266

Apresentação do Projeto:
Trata-se de emenda ao projeto de pesquisa que pretende compreender o desenvolvimento dos jovens no percurso da formação esportiva é fundamental, uma vez que essa prática poderá gerar efeitos capazes de mobilizar o potencial desenvolvente. O projeto foi aprovado por este Comitê de Ética em Pesquisa (Número do Parecer: 5.356.680). Assim, o pesquisador responsável solicita a prorrogação no prazo de execução, cujo objetivo é a continuidade do projeto por um ciclo de mais quatro anos (2025-2028). Como apresentado em sua concepção inicial, trata-se de um projeto de natureza longitudinal do tipo coorte.

Objetivo da Pesquisa:
Objetivo Primário:
Caracterizar a experiência e percurso de jovens no esporte em programa extracurricular de participação esportiva.
Objetivo Secundário:
-Descrever os ativos do desenvolvimento e percepção de satisfação dos jovens no esporte, controlando a variável tempo de participação.
- Caracterizar o estado de crescimento corporal e capacidades funcionais dos jovens no esporte.
- Analisar efeitos de competência percebidos e associados a participação no esporte no sistema ecológico em que os jovens participam diretamente.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada III **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)98120-0113 **Fax:** (65)99989-7459 **E-mail:** cep@unemat.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT



Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- A pesquisa apresenta garantia de que danos previsíveis serão evitados, como preconiza a resolução 466/2012.

Fazendo a ponderação, como preconiza a resolução 466/2012, entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta:

- Respeito aos participantes da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- Relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de acordo com as exigências da resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS-Conselho Nacional de Saúde.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso CEP/UNEMAT após análise do protocolo em comento, de acordo com a resolução 466/2012 e a Norma Operacional 001/2013 do CNS, é de parecer que não há restrição ética para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Lattes_Emanuel_Messias_Oliveira_de_Carvalho.pdf	05/12/2024 14:02:42	Raul Angel Carlos Olivera	Aceito
Outros	Lattes_Eduardo_Santana_Silva.pdf	05/12/2024	Raul Angel Carlos	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada III **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)98120-0113 **Fax:** (65)99989-7459 **E-mail:** cep@unemat.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT



Continuação do Parecer: 7.299.266

Outros	Lattes_Eduardo_Santana_Silva.pdf	14:02:29	Olivera	Aceito
Outros	Lattes_Denise_da_Costa_Boamorte_Cortela.pdf	05/12/2024 14:02:12	Raul Angel Carlos Olivera	Aceito
Outros	Folha_Rosto_2024.pdf	05/12/2024 14:01:58	Raul Angel Carlos Olivera	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2462284_E1.pdf	27/11/2024 19:19:30		Aceito
Outros	oficiosolicitacaoassinado.PDF	27/11/2024 19:11:50	Riller Silva reverdito	Aceito
Cronograma	cronogramanociclo.pdf	27/11/2024 19:08:49	Riller Silva reverdito	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaoemanuelcarva.pdf	27/11/2024 17:56:29	Riller Silva reverdito	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaodenise.pdf	27/11/2024 17:55:15	Riller Silva reverdito	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaoeeduardo.pdf	27/11/2024 17:54:47	Riller Silva reverdito	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_.pdf	27/11/2024 17:52:06	Riller Silva reverdito	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_de_vulneraveis.pdf	30/03/2022 18:44:23	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido.pdf	30/03/2022 18:43:51	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	Carta_resposta_ao_parecer_do_comite_de_etica_em_pesquisa.pdf	30/03/2022 18:29:55	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Orçamento	orcamentocronogramafisicofinanceiro.pdf	23/12/2021 23:32:59	Riller Silva reverdito	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_pesquisadores_prof_elson_aparecido_oliveira.pdf	23/12/2021 20:41:55	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_pesquisadores_prof_luciano_santos_alves.pdf	23/12/2021 20:41:29	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_pesquisadores_prof_riller_silva_reverdito.pdf	23/12/2021 20:41:05	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_pesquisadores_profa_stefany_caroliny_de_souza.pdf	23/12/2021 20:40:37	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_pesquisadores_profa_leticia_ferreira_conti.pdf	23/12/2021 20:40:14	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_p	23/12/2021	MAYARA DE	Aceito

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada III **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)98120-0113 **Fax:** (65)99989-7459 **E-mail:** cep@unemat.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DE MATO GROSSO - UNEMAT

Continuação do Parecer: 7.299.266

Outros	esquisadores_profa_mayara_de_almeida_tavares.pdf	20:39:51	ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_pesquisadores_profa_leilane_alves_de_lima.pdf	23/12/2021 20:39:34	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	copia_do_curriculo_da_equipe_de_pesquisadores_profa_carine_collet.pdf	23/12/2021 20:38:02	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_assentimento_livre_e_esclarecido.pdf	23/12/2021 20:19:05	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	percursodedesenvolvimentodejovens.pdf	23/12/2021 18:17:25	Riller Silva reverdito	Aceito
Outros	termo_de_autorizacao_para_uso_de_imagem_e_som_de_voz.pdf	22/12/2021 18:46:56	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	declaracao_de_responsabilidade_do_pesquisador_responsavel.pdf	22/12/2021 18:44:41	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	declaracao_de_responsabilidade_do_pesquisador.pdf	22/12/2021 18:38:20	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Outros	declaracao_de_que_a_coleta_de_dados_nao_foi_iniciada.pdf	22/12/2021 18:35:15	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_individual_pesquisadores_participantes.pdf	22/12/2021 18:31:08	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_e_autorizacao_para_o_uso_da_infraestrutura.pdf	22/12/2021 18:29:27	MAYARA DE ALMEIDA TAVARES	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

CACERES, 16 de Dezembro de 2024

Assinado por:
Raul Angel Carlos Olivera
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Tancredo Neves, 1095
Bairro: Cavalhada III **CEP:** 78.200-000
UF: MT **Município:** CACERES
Telefone: (65)98120-0113 **Fax:** (65)99989-7459 **E-mail:** cep@unemat.br